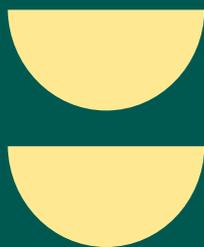


Não violência,



princípios e
práticas políticas
da sociedade civil
brasileira



Cássio Martinho

Marcel Taminato

Maria Teresa Arruda Campos

Mikael Freitas

Não violência,

princípios e
práticas políticas
da sociedade civil
brasileira

ESCOLA DE ATIVISMO



Sumário



1. INTRODUÇÃO	13
1.1 Objetivos do Estudo	15
1.2 Como o Estudo está organizado	15
1.3 Autoria	17
2. METODOLOGIA	19
2.1 Considerações sobre os conceitos	21
2.2 Definição da Amostra e seleção das organizações	23
a) Critérios de relevância	24
b) Ênfase nas lideranças	24
c) Equipe	25
d) Convite	25
2.3 Coleta de dados	26
a) Questionário-base	26
2.4 Anonimização, cuidados e segurança	27
Box - Siglas	28
3. UM PEQUENA AMOSTRA DA SOCIEDADE CIVIL	31
3.1 As pessoas	32
a) Identidade de gênero	33
b) Idade	33
c) Raça/Etnia	34
d) Religião	35
e) Escolaridade	36
f) Residência (Unidade da Federação)	37
g) Papel, cargo ou posição na organização	39
3.2 As organizações	40
a) Tempo de existência	40
b) Tamanho da organização (número de pessoas atuantes)	41
c) Número de pessoas “atendidas” pela organização	42
d) Abrangência da atuação	43
e) As pautas e os diferentes campos de atuação	45
f) Valores e princípios das organizações	52
g) Práticas de equidade	57
h) Atividades realizadas pelas organizações	58
4. A VISÃO DA SOCIEDADE CIVIL SOBRE VIOLÊNCIA	65
4.1 Como as OSCs entendem a violência	67
a) Tipo ou natureza da violência	68
b) Os agentes que praticam a violência	74

c) Quem sofre a violência	75
d) Os efeitos que a violência produz	77
4.2 Reflexão interna das OSCs sobre violência	81
4.3 Os tipos de violência que as OSCs enfrentam e combatem	84
4.4 As OSCs como vítimas de violência	86
a) Como as OSCs reagem às violências sofridas	91
5. A VISÃO DA SOCIEDADE CIVIL SOBRE NÃO VIOLÊNCIA	95
5.1 Grau de conhecimento sobre o tema da não violência	96
a) O debate interno sobre não violência nas OSCs	97
b) Nomes de referência no tema da não violência	100
5.2 O que a sociedade civil entende como não violência	103
a) De que consiste a não violência	104
b) Qualidades, atributos e características da não violência	106
c) As finalidades da não violência	112
5.3 Vantagens, desvantagens, pontos positivos e negativos da não violência	115
a) Pontos positivos da não violência	116
b) Pontos negativos da não violência	120
c) BOX – Ponderação sobre pontos positivos e negativos	125
5.4 Avaliação e posicionamento sobre não violência	126
a) Afirmativas que caracterizam a não violência	126
Box - Ambiguidades e “contradições”	131
b) Grau de concordância com algumas proposições sobre não violência	134
5.5 A relevância do debate sobre não violência	143
5.6 As diferentes visões de não violência e seus elementos constitutivos	147
a) A perspectiva empática/conciliatória da não violência	148
b) A perspectiva pragmática/antagonista da não violência	151
5.7 Tensão, disputa e complementariedade e outras relações entre as diferentes visões	153
6. A PRÁTICA POLÍTICA DA SOCIEDADE CIVIL E A QUESTÃO DA VIOLÊNCIA/NÃO VIOLÊNCIA	157
6.1 Práticas das OSCs são não violentas	158
a) Atribuição de qualidade não violenta às práticas	162
b) OSCs acusadas de “violentas”	166
6.2 O que as OSCs não fariam jamais e o que isso quer dizer	170
6.3 Posicionamento (concordância/discordância) em relação a práticas políticas	173

a) As práticas mais aprovadas	177
b) As práticas que são mais aprovadas do que reprovadas mas não alcançam a maioria das organizações	179
c) As práticas “desaprovadas” mas que talvez não o sejam tanto assim	181
d) As práticas rejeitadas	185
e) As campeãs da rejeição – as práticas tidas como violentas	187
7. BREVES REFLEXÕES A PARTIR DOS ACHADOS DO ESTUDO	193
1. Interseccionalidade	194
2. Valores e causas	196
3. O eixo da violência	196
4. Defesa não violenta	197
5. O rótulo de “organização violenta”	198
6. A prática não violenta das OSCs	199
7. As OSCs não violentas	200
8. Possibilidade de uso da violência	201
9. Rejeição da não violência	203
10. A dúvida sobre a eficácia da não violência	204
11. Força (ou fraqueza)	206
12. Duas perspectivas de não violência	210
13. Consolidação da extrema-direita	212
14. Desinformação e silêncio sobre não violência (de viés pragmático/antagonista)	214
15. A relevância política do debate sobre não violência	216
CRÉDITOS	219
ANEXOS	
Anexo 1 – Categorias de pautas e temas correlacionados	224
Anexo 2 – Nomes de referência no tema da não violência	226
Anexo 3 – Glossário de termos e expressões empregados durante as entrevistas	228

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Número de organizações por campo de atuação	46
Tabela 2	Temas e pautas trabalhados pelas organizações	48
Tabela 3	Valores e princípios adotados pelas OSCs	54
Tabela 4	Agentes da violência	75
Tabela 5	Efeitos da violência	78
Tabela 6	Lista das violências diretas contra as OSCs	89
Tabela 7	Fenômeno de que consiste a não violência	106
Tabela 8	Análise das afirmações que caracterizariam a não violência	127
Tabela 9	Comentários sobre a relevância do debate sobre não violência	144
Tabela 10	Ações não violentas realizadas pelas OSCs	161
Tabela 11	Comentários sobre a qualidade não violenta das organizações e suas práticas	163
Tabela 12	Motivos para OSCs serem acusadas de “violentas”	168

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Identidade de gênero	33
Gráfico 2	Idade	33
Gráfico 3	Raça/etnia	34
Gráfico 4	Religião	35
Gráfico 5	Escolaridade	36
Gráfico 6	Residência (por região)	37
Gráfico 7	Residência (por Unidade da Federação)	38
Gráfico 8	Cargo ou função na organização	39
Gráfico 9	Tempo de existência da organização	40
Gráfico 10	Número de pessoas atuantes na organização	41
Gráfico 11	Número de pessoas atendidas pela organização	42
Gráfico 12	Área de abrangência de atuação	44

Gráfico 13	Área de abrangência de atuação – local, estadual, regional e internacional	44
Gráfico 14	Organizações por campo de atuação	47
Gráfico 15	Temas e pautas trabalhados pelas organizações	50
Gráfico 16	Como organizações colocam em prática valores e princípios	57
Gráfico 17	Práticas de equidade das organizações	58
Gráfico 18	Atividades das organizações – se fazem/fizeram fariam ou não fariam	60
Gráfico 19	Atividades realizadas pelas organizações – se fazem/fizeram e fariam	62
Gráfico 20	Natureza e tipo de violência	69
Gráfico 21	Quem sofre a violência	76
Gráfico 22	Verbos da violência	80
Gráfico 23	Existência de reflexão interna sobre violência	81
Gráfico 24	Temas do debate interno sobre violência	82
Gráfico 25	Formas de debate interno sobre violência	83
Gráfico 26	Violências combatidas pelas organizações	85
Gráfico 27	OSCs como vítimas diretas de violência	86
Gráfico 28	Violências praticadas contra as OSCs (por tipo)	87
Gráfico 29	Como as OSCs reagem à violência sofrida	93
Gráfico 30	Grau de conhecimento sobre não violência	97
Gráfico 31	Reflexão interna sobre não violência	99
Gráfico 32	Temas abordados nos debates internos sobre NV	99
Gráfico 33	Nomes de referência no tema da não violência	101
Gráfico 34	Nomes de referência no tema da não violência (por categoria)	102
Gráfico 35	Qualidades, atributos e características da não violência	107
Gráfico 36	Finalidades da não violência	112
Gráfico 37	Pontos positivos da não violência	116
Gráfico 38	Pontos negativos da não violência	121
Gráfico 39	Avaliação de concordância/discordância de afirmativas sobre não violência	132
Gráfico 40	Concordância/discordância (sentença “a”)	136
Gráfico 41	Concordância/discordância (sentença “b”)	137
Gráfico 42	Concordância/discordância (sentença “c”)	137

Gráfico 43	Concordância/discordância (sentença “d”)	137
Gráfico 44	Concordância/discordância (sentença “e”)	138
Gráfico 45	Concordância/discordância (sentença “f”)	138
Gráfico 46	Concordância/discordância (sentença “g”)	140
Gráfico 47	Concordância/discordância (sentença “h”)	140
Gráfico 48	Concordância/discordância (sentença “i”)	140
Gráfico 49	Concordância/discordância (sentença “j”)	141
Gráfico 50	Concordância/discordância (sentença “k”)	142
Gráfico 51	Relevância do debate sobre NV	143
Gráfico 52	Entendimento das próprias práticas como não violentas	159
Gráfico 53	Classificação da organização como não violenta	159
Gráfico 54	Práticas das OSCs tachadas de “violentas”	167
Gráfico 55	Motivos da acusação de “violentas”	167
Gráfico 56	Motivos da acusação de “violentas” - 2	167
Gráfico 57	Motivos para OSCs serem acusadas de “violentas” – pela pauta de atuação	168
Gráfico 58	Atividades que as organizações não fariam de jeito nenhum	171
Gráfico 59	Concordância /discordância em relação a práticas políticas	174
Gráfico 60	Concordância e oposição a práticas	176



1.

Introdução



 tema da não violência tem décadas de existência reconhecida e amplamente registrada no mundo no que se refere às lutas por direitos e à resistência civil, mas não há, pelo que se saiba, uma investigação direta e mais sistemática sobre o assunto a partir da perspectiva da atuação das organizações da sociedade civil no Brasil. É um tema pouco estudado e pouco debatido.

No entanto, a luta e a ação política da sociedade civil brasileira apresentam ao longo da história fortes características identificadas com o paradigma da não violência. Protestos, greves e outras táticas, formas de resistência e resolução de conflito empregadas se encaixam, de maneira geral, dentro deste prisma.

Os princípios e práticas da ação política da sociedade civil podem ser compreendidos como não violentos?

Este Estudo busca dar uma contribuição no sentido de *ampliar a compreensão sobre como se dão as lutas por direitos, democracia e justiça socioambiental no Brasil a partir da abordagem do tema da não violência*. Afinal, o que a sociedade civil brasileira entende por não violência? E como caracteriza as suas práticas: seriam não violentas? Por outro lado, essas práticas podem ser chamadas de “violentas”? A violência é parte do ferramental contemporâneo do ativismo e da militância da sociedade civil brasileira?

Como se pode perceber, não se trata de um debate fácil – ainda mais porque há pouco acúmulo sobre um tema raro nas rodas de conversa, nos seminários, nas publicações, nas mídias sociais. Não à toa, este é um Estudo *exploratório*, que tateia o tema, que tem o intuito de levantar questões e de suscitar mais perguntas, que tem a limitação au-

toimposta de não aprofundar os problemas teóricos e práticos eventualmente identificados e que busca apontar e indicar para o futuro debates e investigações ainda por fazer.

Num contexto em que a violência se tornou disseminada e gravemente legitimada por segmentos da sociedade – as práticas da extrema-direita são manifestação recente que agudizam o fenômeno –, um estudo desta natureza pode ser insumo importante para organizações, movimentos e ativistas que busquem incidir politicamente na conjuntura brasileira.

1.1 Objetivos do Estudo

A não violência, como um conjunto de princípios e práticas que recusam a violência, é caracterizada por diferentes formas de manifestação – desde processos de comunicação não violenta ou práticas de “pacifismo” até aquelas de confrontação política direta.

Em face desse conjunto diverso de perspectivas sobre o tema, o Estudo, em caráter inicial, buscou verificar e compreender:

- **quais práticas conformam o fazer político das organizações da sociedade civil brasileira;**
- **se tais práticas caracterizam-se (ou não) por ser “não violentas”;**
- **o que pensam os ativistas e militantes da sociedade civil brasileira sobre a não violência.**

1.2 Como o Estudo está organizado

Os caminhos que orientaram a realização do Estudo estão apresentados no Capítulo 2, “Metodologia”, que exhibe os primeiros contornos conceituais do tema, a delimitação e seleção das organizações da Amostra e o *método* de coleta de dados.

A caracterização mais detalhada – uma espécie de *perfil* – das pessoas e das organizações da sociedade civil (OSCs) que participaram do Estudo está presente no Capítulo 3, “Uma pequena amostra da sociedade civil”, onde se pode, por exemplo, verificar os campos de atuação e as diversas pautas com as quais as organizações trabalham, seus valores e princípios e as atividades que realizam no dia-a-dia.

O modo como a sociedade civil aborda o tema e o fenômeno da *violência* encontra-se no Capítulo 4, “A visão da sociedade civil sobre violência”, onde são apresentadas as diferentes interpretações do conceito de violência, os tipos de violência que as organizações enfrentam e combatem e as formas como elas reagem às violências que sofrem diretamente. Uma lista com cerca de 60 tipos diferentes de atos violentos que atingem OSCs e ativistas é um retrato impressionante da magnitude do fenômeno no país.

No Capítulo 5, é agora “A visão da sociedade civil sobre não violência” que é apresentada e analisada. Em detalhes, são examinadas as diferentes noções e representações que as organizações têm da não violência, suas premissas e seus elementos constitutivos. Desse conjunto emergem duas perspectivas principais: uma, denominada aqui *perspectiva empática/conciliatória*; outra, chamada de *pragmática/antagonista*. As tensões e relações entre essas duas visões são também discutidas.

Na sequência, no Capítulo 6, “A prática política da sociedade civil e a questão da violência/não violência”, o enfoque é a materialidade da ação e do arcabouço tático das organizações. Nesse capítulo, as OSCs abordam e avaliam suas próprias ações à luz das questões postas pelo debate sobre não violência e apresentam seu posicionamento diante de práticas mais ou menos “agressivas”, segundo um espectro variável de premissas sobre o que seria ou não “violento” ou “não violento”.

Por fim, no Capítulo 7, “Breves reflexões a partir dos achados do Estudo”, são apresentadas as primeiras reflexões a partir dos dados coletados no Estudo, numa tentativa de sintetizar e/ou detalhar os principais

achados analíticos do trabalho realizado. As duas diferentes perspectivas de não violência voltam a ser avaliadas e as ambiguidades das organizações diante do binômio violência/não violência – e de seus diferentes níveis de “eficácia” – são analisadas à guisa de provocação para outros debates e investigações futuras.

1.3 Autoria

Este Estudo é produto do trabalho do Núcleo de Ação e Não Violência (NANV) da Escola de Ativismo. O NANV atua, desde 2017, com produção de conhecimento, apoio e processos de aprendizagem em práticas metodológicas, táticas e intervenções estratégicas para ativistas, grupos e organizações, com ênfase nos princípios e práticas de não violência.

A Escola de Ativismo é um coletivo independente, constituído em 2011, cuja missão é fortalecer grupos ativistas por meio de assessoria e processos de aprendizagem em estratégias e ações não violentas e criativas, campanhas, comunicação, mobilização e segurança e proteção integral, voltadas para o alargamento da democracia, a superação de todas as formas de injustiça e a defesa dos direitos humanos e da natureza.



2.



Metodologia



A inquietação inicial que dá origem a este Estudo sobre *não violência, princípios e práticas políticas da sociedade civil brasileira* surge da experiência de uma década de atuação da Escola de Ativismo, junto a coletivos, movimentos e organizações de todo tipo, em processos de apoio e aprendizagem em estratégias e táticas de ação política. A premissa da não violência aparentava contar com uma adesão tácita, mas, nas ocasiões em que o tema era tratado diretamente, tudo o que parecia sólido se dissolvia no ar.

Dessa experiência emergiram três impressões fortes, porque recorrentes:

- **a militância e o ativismo brasileiro parecem ser, na prática, majoritariamente não violentos;**
- **apesar disso, a não violência não é assumida ou apropriada pelos grupos e organizações;**
- **há desinformação e visões divergentes (até antagônicas) sobre o tema.**

Por não existirem muitas informações sobre não violência no Brasil¹, optou-se, assim, por realizar um *estudo exploratório* para levantar *dados tanto qualitativos como quantitativos* sobre as práticas de luta das organizações e sobre seu entendimento de não violência. Trata-se este Estudo, portanto, de uma investigação inicial sobre um assunto que ainda não foi alvo de análises mais profundas e sistemáticas.

Dados esse caráter e suas limitações intrínsecas, duas grandes questões buscaram ser examinadas aqui:

¹ Os livros e textos publicados a partir dos anos 1970 no Brasil versam, em geral, sobre teoria ou filosofia da não violência, táticas não violentas, cultura de paz, comunicação não violenta etc, a partir de fontes, experiências e contextos estrangeiros – e não abordam de forma direta a realidade brasileira. Até a data desta publicação, não há informações sobre a existência de outros estudos ou pesquisas sobre não violência no Brasil.

1. **O que pensam os ativistas e militantes da sociedade civil brasileira sobre a não violência;**
2. **Se as práticas das organizações e movimentos caracterizam-se (ou não) por ser “não violentas”.**

Embora não se trate de uma pesquisa acadêmica ou pretenda uma eventual natureza “científica”, o Estudo buscou adotar um caminho metodológico que tivesse o rigor necessário para permitir *fundamentar* os achados e as análises, de modo a tentar escapar do “impressionismo” ou da mera opinião, como muitas vezes se tornou comum nos debates sobre não violência.

As bases para a coleta de informações e a elaboração do Estudo estão detalhadas a seguir.

2.1 Considerações sobre os conceitos

Não há como ignorar, obviamente, o lugar e a circunstância histórica dos quais partimos – um Núcleo de Ação e Não Violência, uma Escola de Ativismo – para conduzir a investigação. No entanto, a tentativa metodológica foi a de buscar ao máximo abordar as questões levando em consideração os próprios termos nos e pelos quais as organizações da sociedade civil pensam e atuam. Optou-se, por isso, pelo menos de partida, em utilizar conceitos *latos*, de amplo espectro, mais abertos a usos e interpretações diferenciados.

Dada a natureza da atuação da Escola de Ativismo, o foco preponderante da atenção recaiu (e recai) sobre a ação política conduzida por movimentos, grupos, coletivos informais e organizações da sociedade civil em defesa da democracia, dos direitos humanos e da justiça socioambiental – isto é, um amplo e variado espectro de pautas e temas, estratégias de luta e métodos de ação que chamamos, de forma sucinta, de *ativismo*. Aqui, a opção é deixar esse conceito o mais aberto possível, uma vez que há grande diversidade de formas de

fazer e de atingir objetivos políticos pretendidos. No texto, os termos “luta” e “ação política” às vezes são empregados para também designar esse fenômeno. Para os fins do Estudo, não se faz distinção entre as expressões “ativista” e “militante”, quando se referem aos agentes que fazem as lutas.

A noção de sociedade civil empregada, para além de sua condição básica de constituir uma esfera não-estatal e não-mercantil, foi orientada pela mesma caracterização mencionada acima: um conjunto amplo e diverso de organizações civis de caráter coletivo ou associativo, sem fins lucrativos, institucionalizadas ou informais, com a finalidade de intervenção sobre a realidade social e política². Outros tipos de organizações ficaram de fora deste escopo (embora também sejam “civis” e tenham atributos institucionais similares): clubes, irmandades, igrejas ou comunidades religiosas, entidades corporativas ou patronais, sindicatos e partidos políticos. Também ficaram de fora entidades beneficentes e de assistência social (como creches, abrigos, de atendimento de saúde etc).

Por fim, o conceito de não violência, como ponto de partida, é usado aqui pela sua expressão mais ampla que se refere a *princípios e práticas que negam, refutam ou recusam a violência*. Como se verá adiante, a própria formulação do conceito de *não violência*³ será objeto de trabalho e análise (o mesmo se aplicando, em menor medida, também ao conceito de *violência*).

2 Neste documento, outras expressões serão utilizadas para fazer referência ao universo do Estudo, tais como “sociedade civil organizada”, “grupos” ou “organizações da sociedade civil”, sua abreviatura “OSCs”, “organizações” e, em alguns casos, quando cabe um tratamento genérico, somente “sociedade civil”

3 Preferimos adotar, também pelos mesmos motivos – ser mais genérica, aberta, passível de múltiplas interpretações –, a grafia “não violência”, em detrimento de outras formas como “não-violência”, com hífen, utilizada com mais frequência (ou “nãoviolência”, grafia atualizada pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, pouco comum). Eventualmente será usada a abreviatura “NV”.

2.2 Definição da Amostra e seleção das organizações

Para orientar a identificação e a prospecção de organizações da sociedade civil para participação no Estudo, foram definidas previamente 11 áreas temáticas:

- **Defesa da Democracia**
- **Direito à Cidade**
- **Direitos Indígenas**
- **Educação**
- **Feminismo**
- **LGBTQIAPN+**
- **Movimento Negro e Antirracista**
- **Saúde e Segurança Alimentar**
- **Segurança Pública e Antiproibicionismo**
- **Socioambientalismo**
- **Terra e Território**

Essa divisão teve caráter meramente instrumental, isto é, serviu apenas para organizar a composição da Amostra. O intuito era dar conta da diversidade da sociedade civil brasileira – a multiplicidade de pautas e temas, de formas de atuação, de discursos, de visão de mundo etc – e poder tornar o conjunto das organizações a serem ouvidas o mais “representativo” possível dessa diversidade. Importante dizer

que essas agendas, do modo como foram divididas, não se referem necessariamente a áreas ou campos de atuação constituídos ou com reconhecimento político, razão pela qual o Estudo teve de verificar mais adiante, com as pessoas entrevistadas, para fins de sistematização e análise, as pautas concretas de cada organização⁴.

a. Critérios de relevância

Para inclusão na Amostra, também no propósito de conferir maior pertinência ao exame das opiniões, visões e perspectivas, a prioridade foi selecionar organizações que ocupassem *lugares de referência* no âmbito de seus respectivos campos de atuação e luta. A definição da condição de *relevância* de uma organização para participação no Estudo foi feita com base num conjunto de oito critérios objetivos: (a) participação em coalizões e fóruns; (b) assinatura de manifestos e outros posicionamentos relevantes; (c) citações como fonte ou referência em materiais de imprensa e mídia; (d) relevância nas mídias sociais; (e) disponibilidade de recursos; (f) ocupação de cadeiras de conselhos de políticas públicas e outros espaços de consulta e decisão do Estado; (g) referência para ativistas e militantes da pauta; e (h) indicações das próprias pessoas e grupos selecionados para entrevista.

Uma primeira lista de organizações foi então elaborada com base nesses critérios de relevância. De um total de 362 organizações mapeadas inicialmente, definiu-se um recorte de 161 organizações, uma média de 15 por área temática.

b. Ênfase nas lideranças

Decidiu-se ainda por focar as entrevistas nas *lideranças* das organizações – o pressuposto é de que estas representam e por vezes atuam na formação das opiniões da “base” ou do conjunto de pessoas que

4 Conferir seção “As pautas e os diferentes campos de atuação”, p. 45

efetivamente compõem e realizam as lutas políticas nos respectivos campos de atuação. Portanto, não só buscou-se *organizações de referência* em cada área temática, como também *pessoas de referência* no âmbito das organizações.⁵

c. Equipe

Para conduzir esse levantamento das organizações (e, posteriormente, as entrevistas) foram selecionadas pessoas (também ativistas e militantes) com algum envolvimento prévio ou experiência acumulada em uma ou mais das 11 áreas temáticas definidas inicialmente. Optou-se por esse modelo para permitir mais acuidade na seleção e gerar maior grau de confiança na situação de entrevista, de modo a viabilizar a participação de organizações e pessoas no Estudo, sobretudo aquelas em condição de maior risco político e vulnerabilidade.

d. Convite

O convite para participação foi feito pela equipe do Estudo por meio de contatos pessoais e formalizado por meio de carta convite padronizada. Nessa carta, além dos compromissos de segurança e confidencialidade, constava uma apresentação do projeto, intitulado na ocasião “Princípios e Práticas da Ação Política no Brasil”.

Nos convites, não se fez referência específica ao tema da não violência (ou da violência) como elemento prioritário da abordagem. Esta escolha se deu para evitar que eventuais preconceitos ou predisposições em relação ao tema diminuíssem ou impedissem a adesão ao processo de investigação.

5 Conferir seção “Papel, cargo ou posição na organização”, p. 39.

2.3 Coleta de dados

O instrumento principal de coleta de dados consistiu na realização de entrevistas semi-estruturadas, orientadas por um questionário-base, sem tempo de duração pré-determinado. As entrevistas foram individuais – e não aconteceram encontros com mais pessoas de uma mesma organização. O contato personalizado se justificava por garantir uma interação mais livre e, eventualmente, permitir ultrapassar as questões e temas em debate previamente estabelecidos.

A realização das entrevistas ocorreu no período entre novembro de 2021 e abril de 2022. Cada entrevista teve duração média de 1h30. Como o Estudo aconteceu em meio à pandemia da Covid-19, foram seguidos os protocolos de segurança da Escola de Ativismo, seja da perspectiva do isolamento social, seja do cuidado com as informações das pessoas e organizações envolvidas. Por este motivo, as entrevistas foram realizadas prioritariamente por meio de plataformas seguras de comunicação online.

Da Amostra inicial estipulada de 161 organizações, foram realizadas 137 entrevistas (85% do previsto), com uma média de 12 organizações por área temática.⁶

a. Questionário-base

O questionário-base da entrevista foi estruturado em oito partes: socio-demográfica, para obter informações sobre a pessoa entrevistada; dados institucionais, para compor um retrato da organização; princípios e valores da organização; atividades realizadas pela organização; uma seção específica sobre percepção e entendimentos sobre violência; uma seção sobre não violência; por fim, uma breve avaliação da própria entrevistada. Ao todo, o questionário contou com 48 perguntas, sendo 29 fechadas e 19 abertas. Das questões fechadas, muitas ainda abriam espaço para

⁶ No cômputo definitivo por área de atuação, a partir das informações das próprias organizações, essa proporção se altera significativamente. Conferir p. 45.

comentários adicionais. O questionário serviu de orientação para a conversa com as pessoas entrevistadas, mas a conversa não se limitou a ele.

Para o registro de cada entrevista, a equipe entrevistadora utilizou formulário-padrão em uma plataforma segura de arquivamento de informações. Foi adotado também um “Diário de Campo”, para registro de informações complementares sobre a situação de entrevista, intercorrências etc.

2.4 Anonimização, cuidados e segurança

Um conjunto de práticas de cuidado e segurança foi seguido na elaboração do Estudo. É importante lembrar que, no período em que a coleta de dados ocorreu, a extrema-direita ocupava o poder federal, e a perspectiva de perseguição, violência e criminalização de ativistas, organizações e lutas não só se exercia na prática como, em grande medida, assombrava o futuro próximo – caso não houvesse uma mudança eleitoral radical. Havia riscos na realização do Estudo – e na participação das organizações – e tornava-se essencial minimizá-los.

Todas as respostas das organizações da Amostra foram anonimizadas diretamente na base de dados. Apesar da representatividade e do peso político significativo das organizações ouvidas, a lista das participantes não será divulgada, assim como nenhuma resposta individualizada. A garantia do direito à segurança e à privacidade foi um compromisso assumido com as pessoas entrevistadas e, por conta disso, os dados apresentados estão agregados e não permitem a identificação de qualquer organização ou liderança participante do Estudo.

O RESPEITO À SEGURANÇA
E À PRIVACIDADE DAS
PESSOAS ENTREVISTADAS
ORIENTA O ESTUDO, DA
COLETA À APRESENTAÇÃO
DOS DADOS

No início e durante a entrevista, as pessoas entrevistadas eram alertadas sobre a natureza sensível de algumas informações e lembradas sobre sua prerrogativa de, eventualmente, não responder a determinadas perguntas. Isso parece ter acontecido pouco, mas é possível que silêncios ou respostas não-conformes advenham de uma atitude de cautela frente aos riscos.

Também o próprio questionário-base expressa uma certa contenção em função do cenário de ameaça política. Nas seções relacionadas às táticas e métodos de ação, optou-se por não inserir no escopo das questões tópicos associados, por exemplo, à luta armada, práticas de guerrilha e métodos similares. Ainda assim, essa decisão metodológica parece não ter trazido prejuízo ao escopo do debate sobre a ação política/violência/não violência, como se verá, adiante, nos capítulos finais.

USO DAS SIGLAS

NS “Não sei”

NL “Não lembro”

NR “Não respondeu”
(quando a pessoa se recusa ou não consegue responder à pergunta)

NSA “Não se aplica”
(resposta não-conforme ou incompatível com a questão a que se refere)



3.

**Uma pequena
amostra da
sociedade civil**

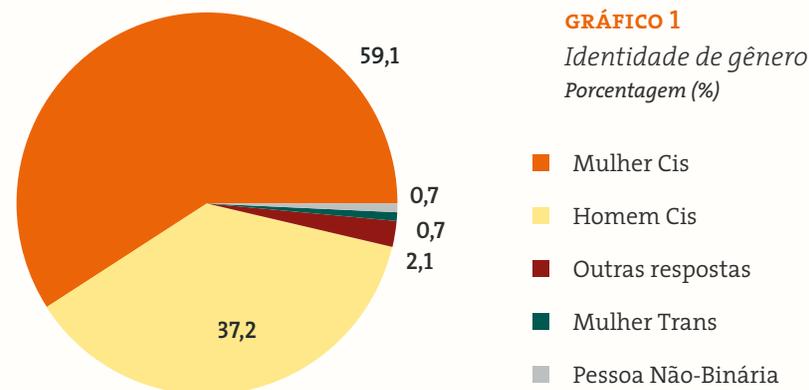
As características do conjunto das organizações ouvidas pelo Estudo – bem como das pessoas que foram entrevistadas – são apresentadas neste capítulo. Para além do caráter descritivo da Amostra (os ditos aspectos demográficos), são elencadas as características organizacionais das OSCs, públicos atendidos, abrangência de atuação etc, bem como os temas e causas com as quais trabalham. Uma seção é dedicada aos valores e princípios das organizações e ao modo como esses são colocados em prática. Um breve panorama dos tipos de atividades realizadas pelas OSCs encerra o capítulo.

3.1 – As pessoas

Este Estudo ouviu 137 pessoas, representantes de organizações, movimentos e coletivos, em 19 estados brasileiros. A idade média das pessoas entrevistadas é de aproximadamente 43 anos. Do ponto de vista de gênero, a maioria (59%) se identifica como ‘mulher cis’. Pessoas negras e pardas são majoritárias (46%). Quase a metade (44%) se identifica como “sem religião”. Ampla maioria possui curso superior ou pós-graduação (88%) e ocupa cargos de direção/gestão das organizações (76,6%).

A configuração demográfica da Amostra a seguir em detalhes.

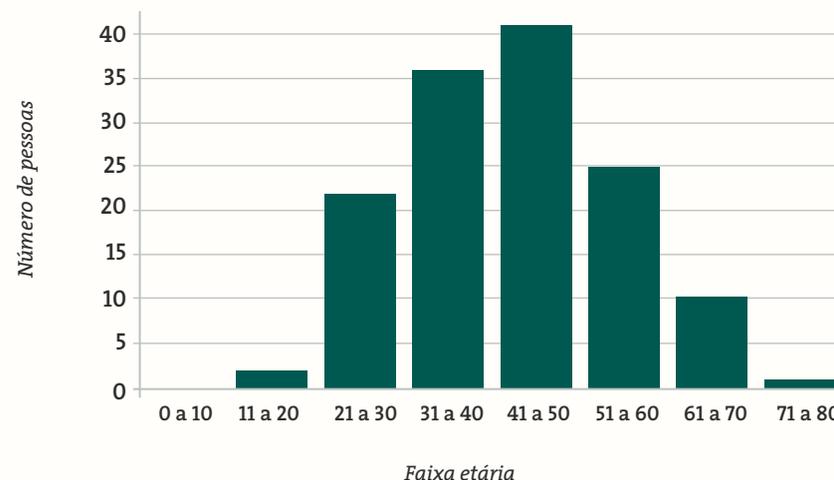
a. Identidade de gênero



Quanto ao gênero, a maioria das pessoas da Amostra se identifica como “Mulher cis” (59,1%). Na sequência, temos “Homem cis”, com 37,2%; “Pessoa não-binária” e “Mulher trans”, com o mesmo percentual (0,7%) e “Outras respostas”, com 2,1%.

b. Idade

GRÁFICO 2 Idade

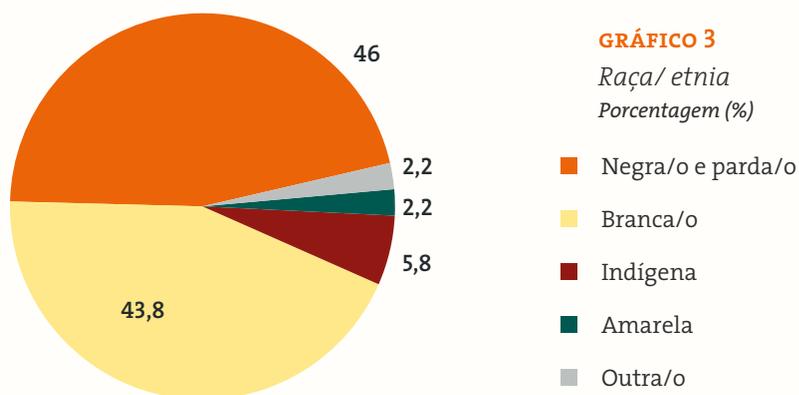


O maior número de pessoas entrevistadas tem idade entre 41 e 50 anos (30%), seguidas do grupo entre 31 e 40 anos (26%). Pessoas entre 51 e 60 anos são 18% da Amostra, quase a mesma proporção do grupo mais jovem (até 30 anos), com 17%. Os maiores de 60 anos representam 8% do total. Com isso, a média de idade das pessoas entrevistadas ficou em 42,8 anos.

Há uma prevalência de pessoas acima dos 40 anos (56%), dado que vem reforçar, mais adiante, o padrão de escolaridade do grupo e que também parece estar correlacionado com a posição de liderança nas organizações⁷.

c. Raça/Etnia

Sobre identidade de cor ou etnia, há uma prevalência de pessoas autodeclaradas negras e pardas (35,8% e 10,2%, respectivamente, totalizando 46%), seguidas de brancas (43,8%), indígenas (5,8%), amarelas (2,2%) e outras (2,2%)⁸.

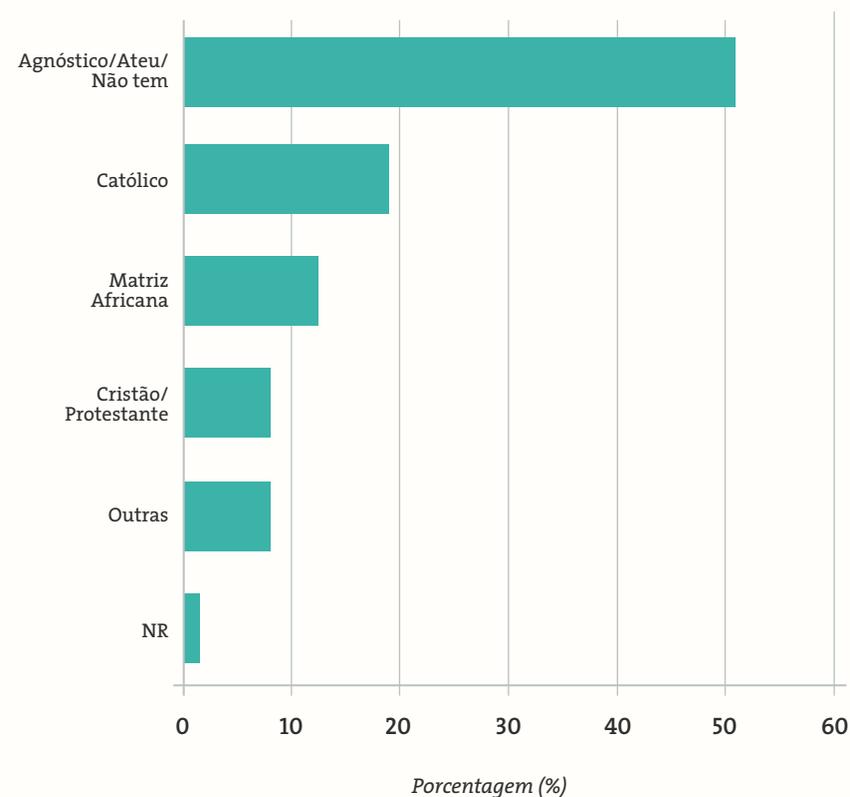


7 Isso não quer dizer, contudo, que as organizações sejam compostas em sua maioria de pessoas com o mesmo perfil etário das pessoas entrevistadas. De partida, a opção metodológica foi por ouvir “lideranças” indicadas pelas organizações, o que talvez influa diretamente na caracterização etária da Amostra. A investigação sobre o perfil etário das organizações não compõe o escopo do Estudo.

8 Das pessoas que responderam ‘outra’, uma se percebe como uma ‘mistura’; uma como ‘caboclo’; e uma não se identifica como indígena e argumenta que este é um termo ligado ao colonizador.

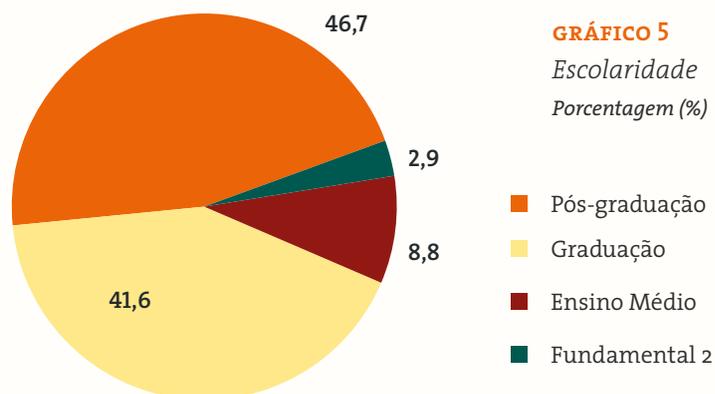
d. Religião

GRÁFICO 4 Religião



Agnósticas, ateias ou sem religião representam 51% das pessoas entrevistadas. Em segundo lugar, aparecem cristãs (19% católicas, 8% protestantes). Religiões de matriz africana são praticadas por 12,4%. Outras religiões representam 8% da Amostra. Não responderam: 1,4%.

e. Escolaridade



É bastante significativa, no grupo de pessoas entrevistadas, a predominância da pós-graduação (46,7%), maior do que aquelas que têm somente graduação (41,6%) – o que corresponde a um total de 88,3% de pessoas com ensino superior. Do total, 8,8% concluíram apenas o Ensino Médio; e 2,9%, o Fundamental 2º.

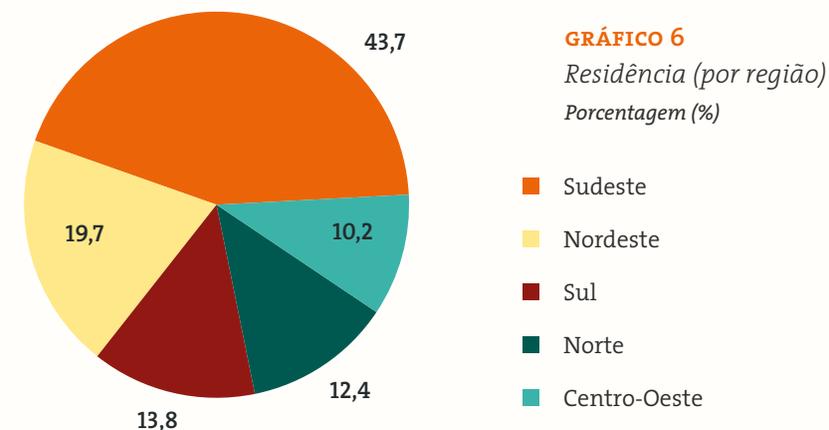
Trata-se, portanto, de um conjunto altamente escolarizado e significativamente distinto do perfil atual da população brasileira. Isso não quer dizer, contudo, que as organizações das quais essas pessoas são representantes sejam compostas em sua maioria de pessoas com o mesmo perfil. De partida, a opção metodológica do Estudo foi por ouvir “lideranças” das organizações, o que parece refletir diretamente nesta composição de escolaridade.

⁹ Para fins de comparação, segundo dados do Estudo Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD), feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o percentual da população brasileira com ensino superior completo chegou a 19,2% em 2022. Fonte: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2023-06/ibge-revela-desigualdade-no-acesso-educacao-e-queda-no-analfabetismo>

f. Residência (Unidade da Federação)

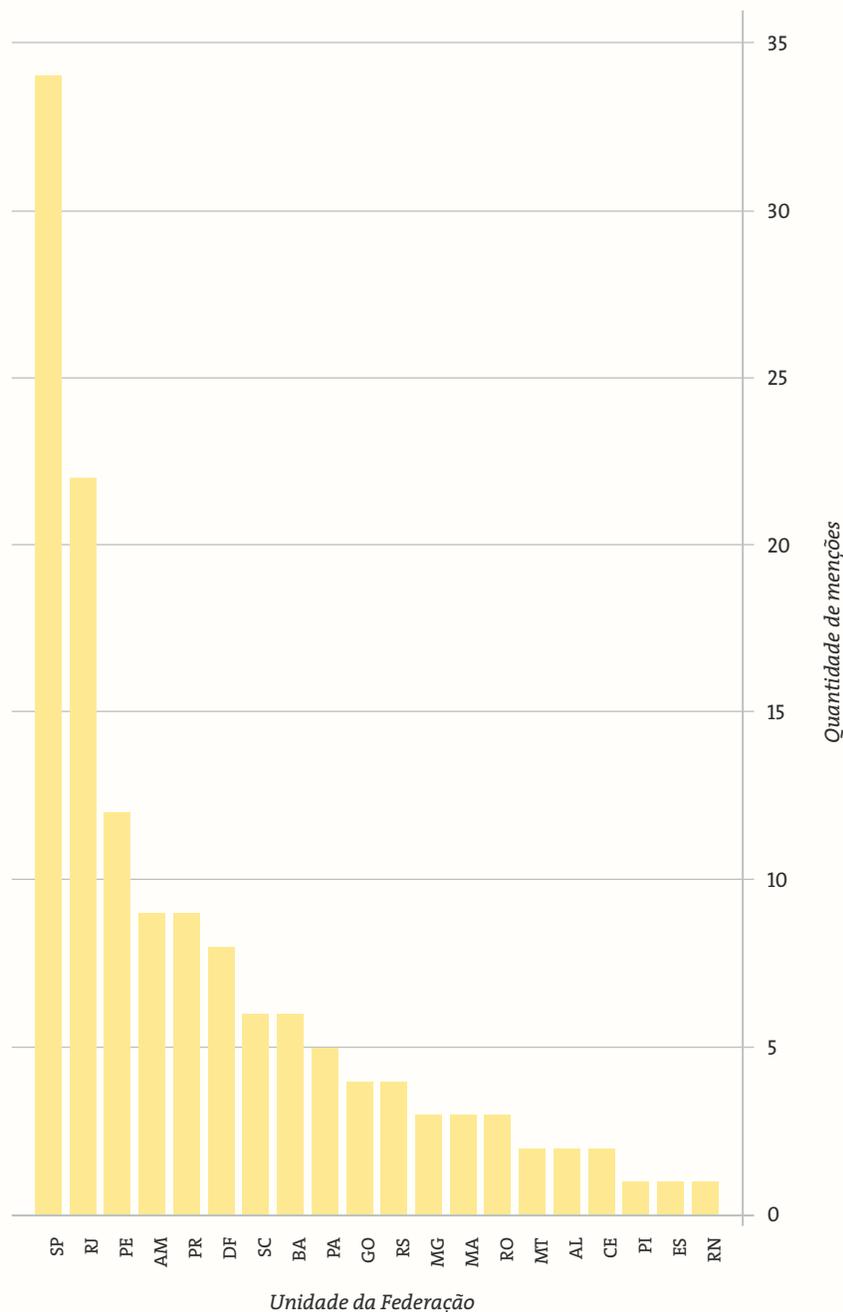
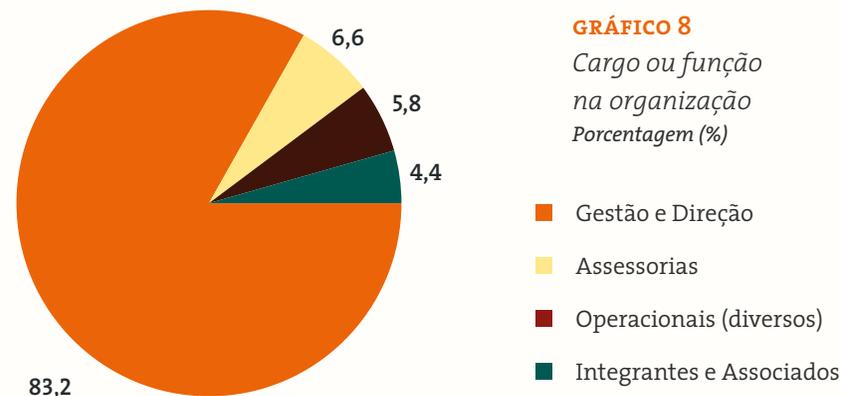
O Sudeste concentra a maior parte das residências das pessoas entrevistadas, num total de 43,7%, do qual se destaca São Paulo, estado que conta com a maior cidade do país, com 24,8%. O Nordeste vem em seguida, com 19,7%. A região Sul tem 13,8%; o Norte, com 12,4%; e o Centro-Oeste, com 10,2%, incluindo o DF.

Não foram ouvidas pessoas residentes nos estados de Acre, Amapá, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Roraima, Sergipe e Tocantins.



O estado de residência não indica necessariamente a distribuição geográfica das organizações ou de sua atuação, mas tão somente o local principal de moradia das pessoas entrevistadas. O trabalho remoto e a pluralidade das formas de ação das OSCs não permite inferir, a partir desse dado isolado, a presença *territorial* das organizações.¹⁰

¹⁰ Conferir seção 3.2, letra “d”, “Abrangência de atuação”, p. 43.

GRÁFICO 7 Residência (por Unidade da Federação)**g. Papel, cargo ou posição na organização**

Dada a diversidade da estrutura organizacional dos grupos, coletivos, movimentos e OSCs entrevistados aqui não são significativas as diferenças de nomenclatura de cargos e funções, mas sim a natureza do papel exercido pela pessoa dentro da organização. Há organizações que possuem “diretoria” formalmente designada; em outras, a direção tem caráter informal. Algumas chamam suas lideranças de “coordenação”; em outras OSCs, a coordenação equivale a uma liderança de projeto.

Ainda que formalmente 43,1% das pessoas entrevistadas sejam dirigentes de suas organizações, outras 40,1% se autodeclararam “coordenadoras” e cumprem (ou podem vir a cumprir) o mesmo papel de “liderança” em seus respectivos âmbitos institucionais (e até mesmo para além deles), falando e atuando em nome da organização. O mesmo se aplica ao posto de “secretaria executiva”. Desse modo, teríamos um total de 83,2% das pessoas em cargos de gestão e direção.

Apenas 4,4% das pessoas entrevistadas se colocaram na condição de “integrantes ou associadas”; 6,6% atuam em assessorias diversas; enquanto 5,8% compõem uma categoria que engloba funções e papéis

operacionais variados, dos quais metade não possui cargo algum devido à natureza horizontal das organizações.

De todo modo, em todos os casos, a pessoa entrevistada pelo Estudo foi ouvida tendo como premissa sua condição de *representante* da organização, condição essa *validada* pela própria organização – o que implica assumir aqui seu papel de *voz* da organização.

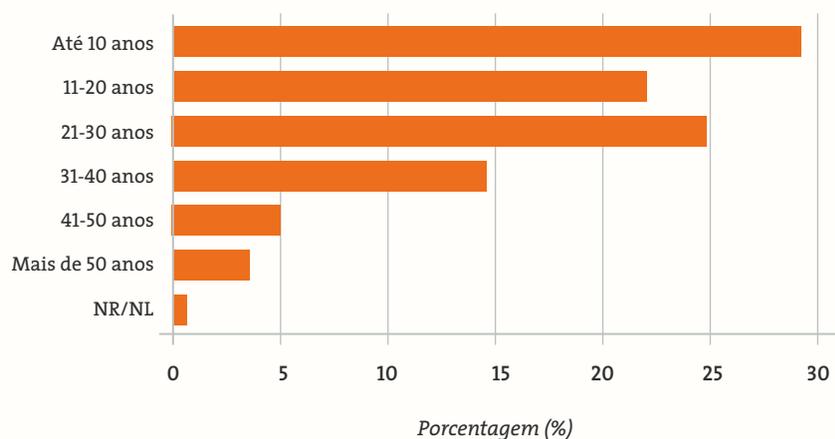
3.2 – As organizações

O conjunto das 137 organizações, coletivos e movimentos da sociedade civil é complexo, heterogêneo e diverso. Se não pode ser entendida exatamente como representativa de toda a sociedade civil brasileira (mesmo porque este Estudo não possui tal pretensão), a Amostra apresenta elementos suficientes para fundamentar uma análise preliminar das práticas políticas da sociedade civil na atualidade.

Esse conjunto de 137 organizações apresenta as seguintes características, conforme os dados coletados.

a. Tempo de existência

GRÁFICO 9 Tempo de existência da organização

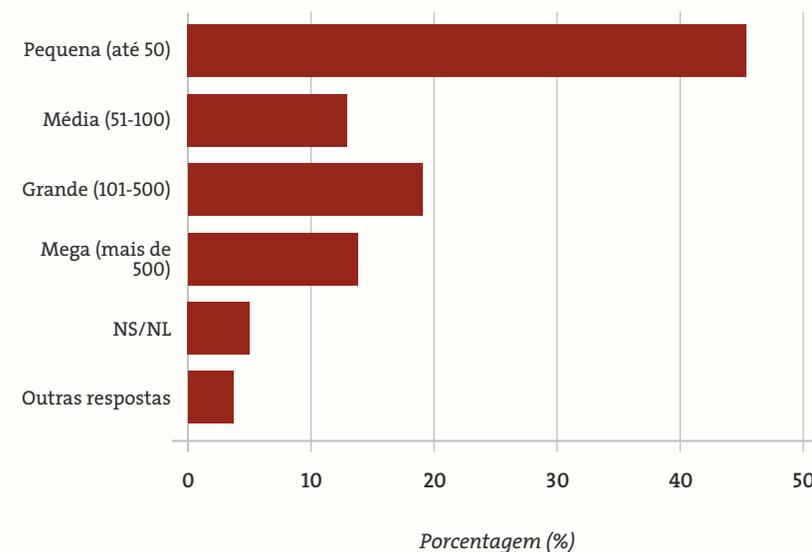


Cerca de 29% da Amostra não tem 10 anos de existência ainda; poucas (14,6%) são organizações recentes, de menos de 5 anos. Um conjunto de 21,9,4% tem entre 11 e 20 anos; 24,8%, de 21 a 30 anos; 14,6%, entre 31 e 40 anos de existência. As mais antigas somam 8,7% (5,1% entre 41 e 50 anos, e 3,6%, acima de 50 anos).

Chama a atenção o fato de 70% da Amostra representar organizações com mais de 10 anos de existência, isto é, organizações consolidadas em seus respectivos campos de atuação. Não cabe aqui, a partir desse dado, inferir qualquer juízo relacionado a mérito, capacidade ou eficácia da atuação, uma vez que uma organização “nova” pode exibir também altos níveis de qualidade e incidência. O que se pode apreender, no entanto, é que a grande maioria das organizações consultadas têm experiência acumulada, conhecimento de causa e, até, alguma tradição. Esses atributos são relevantes para lastrear os achados deste Estudo.

b. Tamanho da organização (número de pessoas atuantes)

GRÁFICO 10 Número de pessoas atuantes na organização

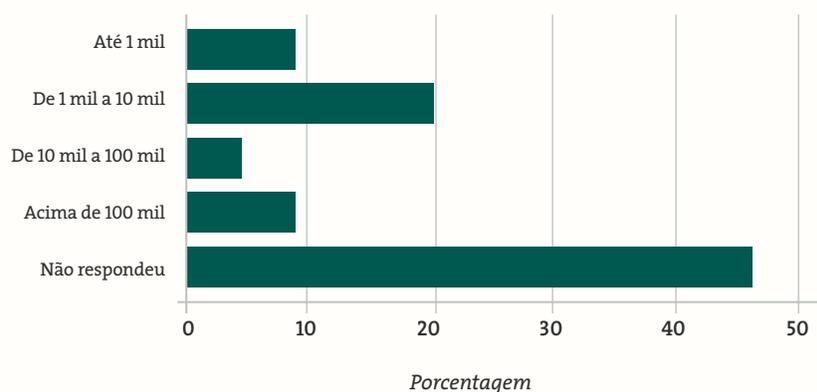


Um conjunto de 45,2% das OSCs – que podem ser chamadas aqui de “pequenas” organizações – possuem até 50 pessoas trabalhando nelas. Um conjunto de 13,1% conta com até 100 pessoas ativas (seriam as organizações de porte “médio”). As chamadas “grandes” organizações representam 19% do total; essas chegam a ter de 101 a 500 integrantes. Mas existe ainda um grupo de OSCs (13,8%) que extrapola esse número – afirmando contar com 1 mil, 2 mil, 5 mil, 10 mil, até 200 mil pessoas envolvidas (em certos casos, até milhares de outras *organizações*). Seriam as “mega” organizações. Há um último grupo que não informou em termos quantitativos o contingente de pessoas atuantes, mas indicou sua presença em vários estados e regiões brasileiras (podendo se enquadrar entre médias e mega organizações, mas certamente não na categoria das pequenas): representam 3,6% das OSCs entrevistadas.

Esse dado evidencia bem a pluralidade dos formatos organizacionais e formas de atuação da sociedade civil brasileira, que abriga desde pequenos grupos de atuação pontual ou especializada até movimentos e redes que articulam centenas ou milhares de pessoas espalhadas pelo país (em alguns casos, pelo mundo).

c. Número de pessoas “atendidas” pelas organizações

GRÁFICO 11 Número de pessoas atendidas pela organização



Essa informação complementa a anterior (número de integrantes da organização), de modo a indicar o tamanho relativo da organização. Uma OSC pode ter número reduzido de integrantes ativos, mas beneficiar com seu trabalho, de forma direta, um contingente grande de pessoas.

Um número significativo (46%) de pessoas entrevistadas não respondeu ou disse não saber o número de pessoas atendidas pelas organizações.

Um percentual menor de OSCs (9,4%) atuam com até 1 mil pessoas. Cerca de 20% das organizações atendem um público entre 1 mil e 10 mil pessoas. Outras 14,6% das organizações têm público entre 10 mil e 100 mil pessoas; e 9,4% das OSCs beneficiam diretamente populações numerosas (acima de 100 mil indivíduos)¹¹.

d. Abrangência da atuação

Chama a atenção o fato de 85,4% das organizações consultadas terem uma abrangência de atuação ampla, no mínimo em âmbito nacional. Muitas delas (40%, um número bastante significativo) estendem seu trabalho para além das fronteiras brasileiras, em âmbito internacional, portanto. E são raras (apenas 2,9%) as OSCs que atuam somente até o nível estadual. Nenhuma das organizações consultadas atua *apenas* em nível local ou municipal.

Não quer dizer que não haja na Amostra OSCs que atuam em âmbito mais restrito: 13,1% tem atuação *também* local. Outras 23,3% atuam *também* em nível estadual; e 25,5% atuam *também* em nível regional. Existem inclusive 14 organizações (10%) que operam num arco de abrangência que vai do local/municipal até o nacional. Dessas, dez têm um arco ainda mais elástico: atuam do nível local/municipal até o âmbito internacional.

¹¹ Incluem-se entre os públicos numerosos das OSCs: comunidades e povos (quilombolas, ribeirinhos, indígenas etc), habitantes de territórios e regiões específicos (bacia hidrográfica, bioma etc), grupos identitários específicos (por recorte de orientação sexual, por exemplo), categorias profissionais ou de trabalho (pescadores, por exemplo), estratos populacionais (crianças, jovens, idosos etc), e até mesmo seguidores de mídias sociais.

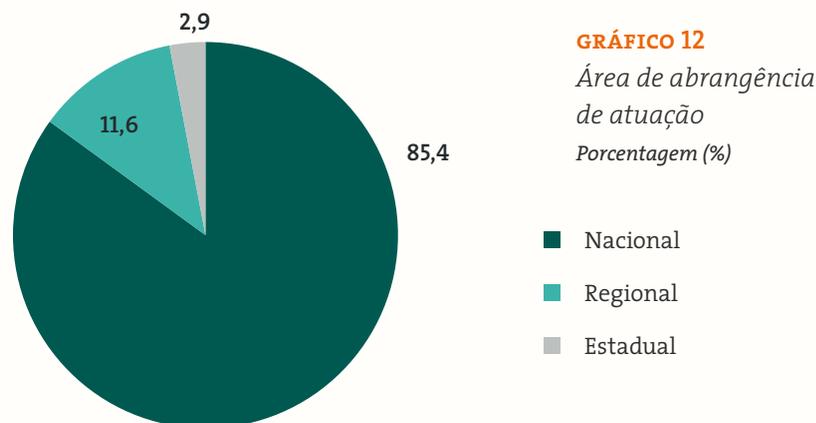
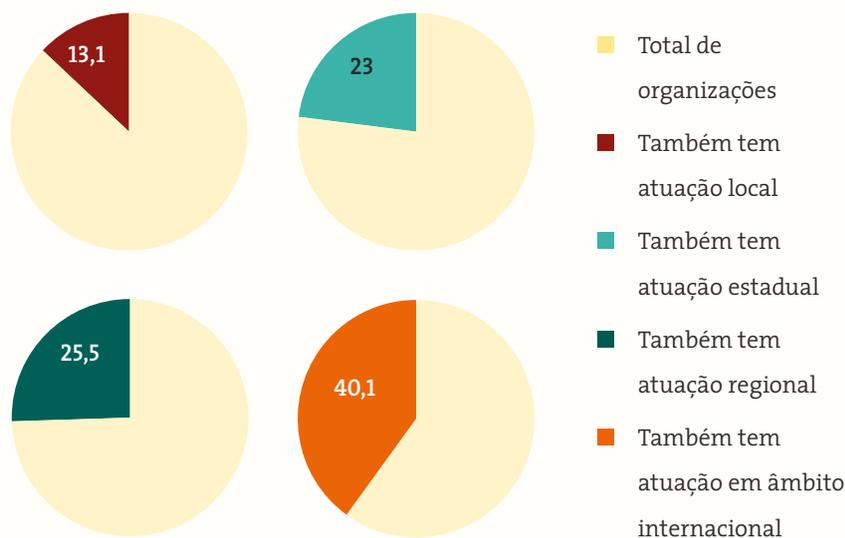


GRÁFICO 13 Área de abrangência de atuação – local, estadual, regional e internacional
Porcentagem (%)



Esses dados parecem corroborar a condição de *maturidade* ou *consolidação* dessas organizações. Atuar para além da esfera estritamente local (ou pontual) requer capacidade operacional, grau de incidência e um mínimo de pertinência sociopolítica (credibilidade, conexões políticas, reconhecimento do campo etc); exige trabalho, tempo e, inclusive, efetividade (impacto positivo de sua atuação).

e. As pautas e os diferentes campos de atuação

Como foi mencionado no capítulo sobre Metodologia, as organizações da Amostra foram subdivididas inicialmente em 11 grupos temáticos, de maneira a facilitar a operacionalização das entrevistas e da coleta de dados. Naquele momento, essa era a única função da categorização das organizações. Sabe-se que uma mesma organização pode ter várias frentes de atuação e se dedicar a uma variedade de pautas e temas diferentes. Sabe-se ainda que a própria ação sociopolítica pode alterar as prioridades temáticas, e uma organização, inicialmente criada para incidir sobre uma questão ou tema, pode vir a se dedicar a outro problema. É fato também que a luta e a dinâmica social movimentam e transformam a constituição das próprias causas ao longo do tempo, retroalimentando e transformando, por sua vez, a própria luta e a dinâmica social. Torna-se essencial, portanto, consultar as organizações sobre suas pautas prioritárias – e é essa informação que deve orientar o exercício de classificação das OSCs conforme seu campo de atuação.

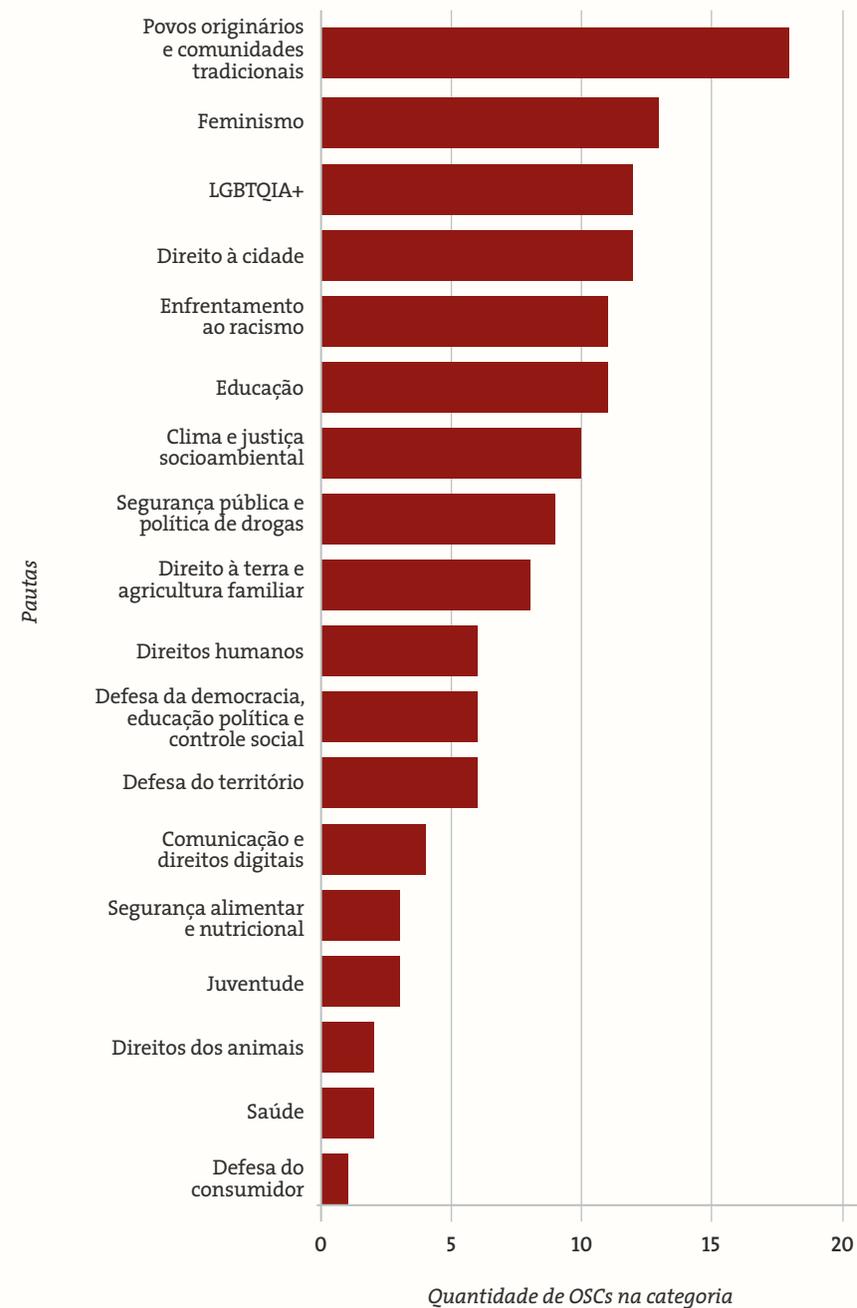
Desse modo, com base nas informações coletadas, as 137 organizações ouvidas no Estudo se agrupam em torno dos, agora, 18 campos de atuação apresentados a seguir.

TABELA 1 Número de organizações por campo de atuação

Cada organização foi classificada conforme seu principal campo de atuação [uma organização participa de apenas um campo]

Campo de atuação	Número de OSCs	Percentual
Povos originários e comunidades tradicionais	18	13,1
Feminismo	13	9,5
LGBTQIAPN+	12	8,8
Direito à cidade	12	8,8
Enfrentamento ao racismo	11	8
Educação	11	8
Clima e justiça socioambiental	10	7,3
Segurança pública e política de drogas	9	6,6
Direito à terra e agricultura familiar	8	5,8
Defesa da democracia, educação política e controle social	6	4,4
Defesa do território	6	4,4
Direitos humanos	6	4,4
Comunicação e direitos digitais	4	2,9
Segurança alimentar e nutricional	3	2,2
Juventude	3	2,2
Direitos dos animais	2	1,5
Saúde	2	1,5
Defesa do consumidor	1	0,7
TOTAL	137	100%

GRÁFICO 14 Organizações por campo de atuação



Essa distribuição evidencia somente a constituição da Amostra específica deste Estudo, não tem a função de servir de “retrato” ou diagnóstico dos campos de atuação da sociedade civil no Brasil na atualidade. Sua função é apenas a de servir de pano de fundo e parâmetro para a interpretação dos dados e análises que apresentamos aqui.

Os dados coletados mostram também um segundo conjunto de informações significativo por si só, mas ainda mais interessante quando comparado com a Tabela 1. Trata-se do *conjunto de pautas ou temas com as quais as organizações trabalham*. Diferentemente das causas que, em síntese, orientam a missão de uma organização (por exemplo, a defesa de um povo, que está no cerne da constituição de uma organização indígena), nesse segundo conjunto constam os temas e pautas variados com os quais cada organização, em diferentes graus e com diferentes abordagens, decide lidar – seja porque trata-se de uma demanda das pessoas com quem atua, seja porque determinado território necessita enfrentar um desafio específico, seja porque o contexto sociopolítico e o momento histórico assim o exigem. Para ilustrar a diferença de enquadramento, é possível citar um exemplo simples extraído da experiência recente da pandemia de Covid-19, quando muitas das organizações de defesa de direitos ou de *advocacy* passaram a agir no enfrentamento à fome e no atendimento direto da população – ainda que isso não estivesse no escopo original de seu propósito institucional. Este é o fenômeno que a Tabela 2 irá mostrar.

Conforme os dados coletados, as 137 organizações ouvidas fizeram 406 menções a pautas e temas em torno dos quais orientam suas atividades, agrupadas em 24 categorias, a seguir.

TABELA 2 *Temas e pautas trabalhados pelas organizações*

Tabela baseada em respostas múltiplas. Soma dos percentuais ultrapassa 100%¹²

¹² Cada organização pôde indicar até três temas com os quais atua.

Temas/pautas	Número de OSCs	Percentual
Clima e justiça socioambiental	44	32,1
Feminismo	40	29,2
Enfrentamento ao racismo	37	27,0
Defesa do território	27	19,7
Direitos humanos	25	18,2
Povos originários e comunidades tradicionais	24	17,5
Defesa da democracia, educação política e controle social	23	16,8
Segurança pública e política de drogas	22	16,1
Direito à terra e agricultura familiar	20	14,6
Educação	20	14,6
Direitos LGBTQIAPN+	17	12,4
Saúde	14	10,2
Segurança alimentar e nutricional	13	9,5
Desigualdade e justiça social	13	9,5
Comunicação e direitos digitais	12	8,8
Direito à cidade	10	7,3
Juventude	9	6,6
Trabalho e seguridade social	7	5,1
Inclusão produtiva, geração de trabalho e renda	7	5,1
Religião e liberdade religiosa	6	4,4
Ciência e tecnologia	6	4,4
Cultura	5	3,6
Outros	3	2,2
Direitos dos animais	2	1,5

GRÁFICO 15 *Temas e pautas trabalhados pelas organizações*

A Tabela 2 mostra a diversidade dos principais temas da sociedade civil, mas não dá conta de evidenciar como as organizações realizam os cruzamentos desses temas no âmbito de sua atuação. Uma mesma organização pode trabalhar com defesa do território, feminismo e segurança alimentar e nutricional; outra pode se dedicar tanto à comunicação e direitos digitais quanto ao enfrentamento ao racismo e aos desafios da segurança pública e política de drogas. O fato é que o número de temas da Tabela 2 é maior do que as pautas que classificam a missão das organizações (mostrado na Tabela 1).

É importante destacar que alguns dos temas podem estar contidos dentro de outros, ou ser um subtema ou uma abordagem de uma pauta principal (por exemplo, a relação pode ser direta entre a defesa do território e clima e justiça socioambiental, ou entre a defesa do território e dos povos originários e comunidades tradicionais e educação, saúde e direitos humanos, por exemplo). [No Anexo 1¹³ encontra-se o detalhamento de quais problemáticas e questões estão relacionados e incorporados às categorias referidas aqui.]

O que a Tabela 2 exhibe, quando comparada à Tabela 1, é o grau de relevância sociopolítica que determinadas pautas possuem hoje e, também, de forma significativa, uma amostra da *interseccionalidade* existente na sociedade civil brasileira. Três pontos podem ser destacados nesse sentido:

1. **A pauta de Clima e justiça socioambiental (que reúne todas as práticas relacionadas a meio ambiente, sustentabilidade, mudanças climáticas etc) é a missão essencial de dez organizações entrevistadas (cf. Tabela 1). Sem considerar essas, que “puxam” o debate nesses temas, outras 34 organizações afirmaram atuar na pauta (cf. Tabela 2, que aponta 44 menções ao assunto, tornando-o o primeiro dentre os 24 listados).**

13 Anexo 1 – “Categorias de pautas e temas correlacionados”, pg. 224.

2. **O Feminismo (termo diretamente relacionado ao debate sobre gênero no país) é o segundo em número de menções na Tabela 2, contando com um conjunto de 40 organizações que atuam com direitos das mulheres, enfrentamento à violência de gênero, entre outras pautas feministas. O número é três vezes maior do que as 13 organizações feministas entrevistadas (Tabela 1). Isso quer dizer que há organizações de outros campos (socioambiental, indígena, juventude, direito à cidade etc, para só citar alguns a título de ilustração) que dizem atuar hoje com a pauta das mulheres. Se não são organizações feministas *stricto sensu*, tornaram-se (ou buscam tornar-se) feministas devido à sua atuação.**
3. **O mesmo raciocínio se aplica à pauta antirracista. O enfrentamento ao racismo, que está na origem de 11 organizações listadas na Tabela 1, é pauta de trabalho de 37 organizações (Tabela 2), ou seja, num volume 236% maior. Aqui pode-se inferir que a luta antirracista esteja ganhando espaço no âmbito da sociedade civil brasileira, um possível indicador de sucesso dos esforços das organizações do campo.**

Dado o pequeno tamanho da Amostra, antes de apostar em conclusões definitivas ou de indicar tendências, seria preciso comparar os dados revelados aqui com outros estudos de maior envergadura. No âmbito exclusivo do que foi possível verificar no Estudo, determinadas pautas extravasam os limites das organizações que são suas “representantes” vocalizadoras. Como também pode-se notar, algumas pautas continuam restritas às organizações do seu campo específico (caso dos Direitos dos Animais).

f. Valores e princípios das organizações

A Tabela 3 a seguir exhibe os valores e princípios que as OSCs ouvidas no Estudo declararam seguir e respeitar. No total, foram 446 menções diferentes. Apenas três organizações não se posicionaram.

O maior conjunto de valores concerne diretamente às pautas e temas com os quais as organizações trabalham; isto é, expressam os desafios e propósitos das causas e das lutas. São ao todo 18 categorias de valores e princípios que refletem esse vínculo com o propósito. As cinco mais citadas são um bom exemplo: equidade de raça, equidade de gênero, defesa da democracia e do interesse público, defesa dos direitos humanos, respeito à diversidade e combate ao preconceito. Seguem na tabela outras referências às pautas das OSCs, como justiça ambiental e sustentabilidade, educação, direitos LGBTQIAPN+, direito à cidade etc.

O segundo maior conjunto é de “valores de uso geral”, isto é, que podem ser exercidos em qualquer circunstância, por pessoas físicas ou organizações, na luta ou fora dela. Compreendem princípios e valores como ética e respeito, transparência e honestidade, solidariedade, empatia e diálogo, fundamentos religiosos etc, mencionados em oito categorias diferentes.

Em seguida, temos valores e princípios relacionados aos modos de organização e de operação das OSCs – como “horizontalidade, colaboração e parceria” (a sexta mais citada), inovação, protagonismo comunitário, interseccionalidade e apartidarismo, entre outras.

Por fim, aqueles valores e princípios que enfocam diretamente o fazer político dos embates e lutas: como a participação social, o ativismo e a resistência, as noções de soberania e poder popular, autonomia, independência e liberdade.

Certamente esses conjuntos de valores podem ser organizados de outros modos e, aqui, esta classificação serve apenas para ajudar a interpretar a Tabela 3, cuja lista reflete bem a diversidade da Amostra investigada.

TABELA 3 Valores e princípios adotados pelas OSCs

Tabela baseada em respostas múltiplas. Soma dos percentuais ultrapassa 100%

Valor/princípio	Número de menções	Percentual
Antirracismo e equidade de raça	34	24,8
Feminismo e equidade de gênero	33	24,1
Democracia e interesse público	31	22,6
Direitos humanos e coletivos	28	20,4
Respeito à diversidade, combate ao preconceito e à discriminação	24	17,5
Horizontalidade, colaboração e parceria	23	16,8
Respeito à natureza, justiça socioambiental, sustentabilidade	20	14,6
Igualdade/equidade	18	13,1
Ética e respeito	17	12,4
Participação social, ativismo e resistência	17	12,4
Educação e direitos da criança	16	11,7
Autonomia, independência e liberdade	15	10,9
Justiça social e equidade de classe	13	9,5
Direito dos povos e comunidades	13	9,5
Outros valores humanos ¹⁴	13	9,5
Transparência e honestidade	12	8,8
Direitos LGBTQIAPN+	11	8,0

¹⁴ Incluem-se aqui valores como alegria, compromisso, credibilidade, disciplina, humildade, etc.

Direito ao território, equidade territorial	10	7,3
Direito à vida e à dignidade	10	7,3
Inovação, conhecimento, ciência	9	6,6
Soberania e poder popular	9	6,6
Solidariedade	9	6,6
Diálogo, empatia, cuidado	9	6,6
Antiproibicionismo e antiencarceramento	8	5,8
Protagonismo comunitário	8	5,8
Direito à cidade e inclusão das periferias	8	5,8
Apartidarismo/Suprapartidarismo	7	5,1
Justiça	7	5,1
Anticapitalismo	6	4,4
Agricultura e soberania alimentar	6	4,4
Princípios religiosos	5	3,6
Interseccionalidade, transversalidade	4	2,9
Defesa da cultura e dos modos de vida	4	2,9
Não violência e pacifismo	4	2,9
Outros ¹⁵	24	17,5
Não sabe	2	1,5
Não respondeu	1	0,7

¹⁵ Na categoria “Outros” há um conjunto numeroso de princípios e valores avulsos mencionados. Exemplos: ancestralidade, bem-viver, anticapacitismo, saúde, acesso à informação, enfrentamento das violências, prestação de contas, produção cidadã de dados etc.

No Gráfico 16, segue a relação das formas pelas quais as organizações consultadas realizam na prática o exercício de seus princípios e valores. Ao todo, foram 300 menções diferentes; cinco organizações não tiveram informações computadas no Gráfico.

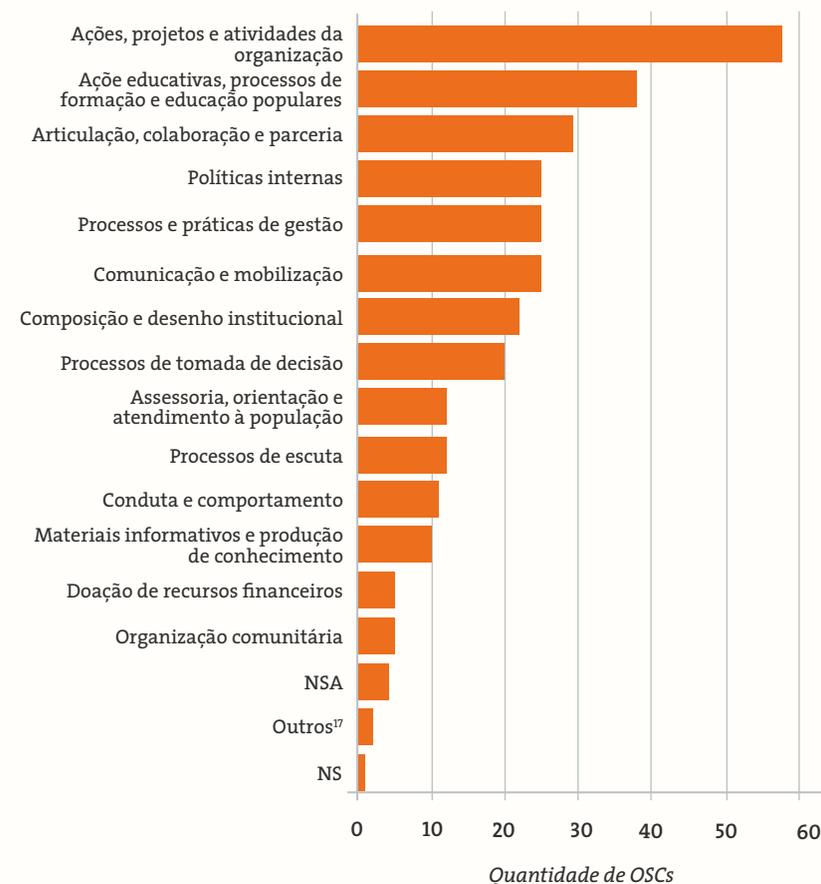
Corroborando a correlação verificada acima entre valores e pautas/lutas, o conjunto mais numeroso de formas de aplicação concreta de valores e princípios pelas OSCs refere-se aos próprios projetos e ações finalísticos das organizações – demonstrando que é na prática que valores e princípios se materializam. Ilustram essa perspectiva os seguintes tópicos: “ações, projetos e atividades da organização”, “ações educativas, processos de formação e educação popular”, “comunicação e mobilização”, “assessoria, orientação e atendimento à população”, “materiais informativos e produção de conhecimento”, “organização comunitária” e “doação de recursos financeiros”.

As OSCs também colocam em prática valores e princípios numa perspectiva organizacional, isto é, adotando procedimentos, regras e modos de fazer internos à organização – de modo a expressar na sua própria estrutura ou funcionamento os valores em que acreditam. No conjunto, estas formas representam um volume significativo, uma vez que incluem desde a prática da “articulação, colaboração e parceria” até a realização de “processos de escuta” das comunidades e outros atores, passando pelas “políticas internas”, “processos e práticas de gestão”, “processos de tomada de decisão” e até mesmo a “composição e desenho institucional” da organização. É aí, por exemplo, que os valores de equidade citados acima¹⁶ se manifestam de modo concreto.

Por fim, numa frequência bem menor (8%), as OSCs dizem praticar seus princípios e valores pela via da “conduta e comportamento” individuais.

16 Conferir também próxima seção, “Práticas de equidade”.

GRÁFICO 16 Como organizações colocam em prática valores e princípios



g. Práticas de equidade

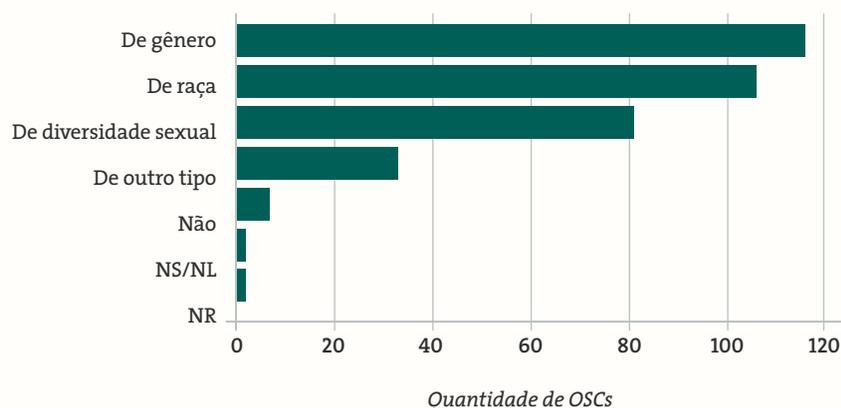
Este tópico aprofunda aspectos levantados no debate sobre valores acima.

Quando perguntadas sobre se mantinham práticas de equidade no âmbito de seu trabalho, apenas 5% das organizações entrevistadas disseram não possuir nenhuma ação ou projeto do tipo. Por outro lado,

17 Referem a acolhimento e segurança.

ações para promover igualdade de gênero são desenvolvidas por 84% das organizações. Outras 77% mantêm práticas de equidade racial/antirracistas, e 59%, buscam promover a diversidade sexual. Ações de outro tipo¹⁸ são realizadas por 24%. Outras 2,8% não souberam ou não quiseram responder.

GRÁFICO 17 Práticas de equidade das organizações



h. Atividades realizadas pelas organizações

Ainda que variem quanto ao campo de atuação, distribuição geográfica, tamanho e tempo de existência, de modo geral as 137 organizações entrevistadas têm em comum um mesmo “pacote” de métodos de ação.

Como mostram os Gráficos 18 e 19, quase a totalidade da Amostra (acima de 97%) realiza as mesmas atividades: cursos, debates e processos de aprendizagem; participação em instâncias coletivas (como fóruns, articulações e redes); ações de comunicação (relação com a imprensa, mídias sociais, campanhas); cartas abertas, manifestos, notas de repúdio e petições; organização, engajamento e mobilização popular. Um número

¹⁸ Outras práticas de equidade têm como foco: acessibilidade, diversidade territorial/regional, equidade geracional/etária, religiosa, de classe e linguística.

também muito alto (91% a 94%) incrementam essa atuação com trabalhos de pesquisa e produção de conhecimento, produção de materiais informativos ou educativos e articulação ou incidência no Legislativo/Executivo. Mesmo aquelas que afirmam não fazer tais atividades, as apoiam ou admitem fazê-las se houver necessidade, com uma ou outra exceção.

Temos aqui um tipo de retrato do *modus operandi* básico da sociedade civil brasileira.

Outras formas de ação complementam esse “pacote básico” para um contingente superior a 70% das organizações entrevistadas. São elas: protestos, atos simbólicos e manifestações de rua; assessoria técnica; manifestações culturais e artísticas; e atendimento direto e/ou encaminhamento (psicossocial, de saúde, abrigo, alimentação, proteção animal etc). Nesses casos, a diferença de natureza ou missão da organização é o fator determinante da opção (ou não) por esses métodos: muitas organizações não fazem atendimento direto à população; outras não produzem manifestações artísticas por conta de seu trabalho técnico; outras ainda não fazem assessoria técnica porque seu escopo de atuação não é compatível com a atividade.

Dentre o conjunto das ações, há uma faixa média (em torno dos 50% da Amostra) que abriga atividades cuja existência é condicionada estritamente pelo escopo de atuação das organizações, como acaba de ser dito. São as atividades eminentemente “técnicas”, como cuidados digitais, segurança física (proteção e prevenção a ameaças), advocacia popular (promoção e defesa jurídica), geração de trabalho e renda/economia solidária e desenvolvimento e implementação de tecnologias digitais.

Por fim, há um grupo de métodos de ação que são praticados por um conjunto menor (entre 34% e 43%) das organizações consultadas. Curiosamente, tais métodos são tipicamente aqueles empregados como táticas de ação política. Excetuando protestos, atos simbólicos e manifestações de rua (que também pertencem ao rol dessas táticas, praticados por 85% das organizações), entre 60% e 70% das organizações *não fazem* acampadas ou ocupações, boicotes, empates/bloqueios e greves ou paralisações.

GRÁFICO 18 Atividades das organizações – se fazem/fizeram, fariam ou não fariam

	<i>Faz/ Já fez</i>	<i>Não fez mas faria</i>	<i>Não faria de jeito nenhum</i>	<i>NS/NL</i>	<i>NR</i>
Cursos, debates e outros processos de aprendizagem	136	1	0	0	0
Participação em instâncias coletivas (fóruns, articulações, redes)	136	1	0	0	0
Comunicação (relações com a imprensa, mídias sociais, campanhas)	136	1	0	0	0
Cartas abertas, manifestos, notas de repúdio, petições	134	1	2	0	0
Organização, engajamento e mobilização popular	133	3	1	0	0
Pesquisa e produção de conhecimento (relatórios, estudos, livros, etc), produção de materiais informativos ou educativos (zines, cartilhas, audiovisuais, etc)	130	7	0	0	0
Articulação e/ou Incidência no Legislativo/Executivo	126	9	1	1	0
Protestos, atos simbólicos, manifestações de rua	117	6	10	3	1
Assessoria técnica	110	17	8	2	0
Manifestações culturais e artísticas (música, artes do corpo, artes visuais, etc)	103	22	9	2	1
Atendimento direto e/ou encaminhamento (psicossocial, esportivo, saúde, abrigo, alimentação, proteção animal, etc)	96	23	17	1	0
Ação direta	95	18	19	4	1
Cuidados digitais (comunicação e navegação seguras, criptografia, etc)	73	51	8	5	0
Segurança Física (proteção, prevenção a ameaças)	72	44	18	2	1
Advocacia Popular (promoção e defesa jurídica)	70	46	17	4	0
Geração de trabalho e renda, economia solidária	68	48	20	0	1
Desenvolvimento e implementação de tecnologias digitais	68	41	25	2	1
Acampada e/ou ocupação	60	47	27	2	1
Boicote	59	44	23	9	2
Empate/Bloqueio	57	33	38	8	1
Greve e paralisação	47	50	32	5	3

Quantidade de OSCs

GRÁFICO 19 Atividades realizadas pelas organizações
– se fazem/fizeram e fariam

	Faz/ Fez	Faz/Fez/ Faria
Cursos, debates e outros processos de aprendizagem	99	100
Participação em instâncias coletivas (fóruns, articulações, redes)	99	100
Comunicação (relações com a imprensa, mídias sociais, campanhas)	95	100
Cartas abertas, manifestos, notas de repúdio, petições	99	100
Organização, engajamento e mobilização popular	97	99
Pesquisa e produção de conhecimento (relatórios, estudos, livros, etc), produção de materiais informativos ou educativos (zines, cartilhas, audiovisuais, etc)	98	99
Articulação e/ou Incidência no Legislativo/Executivo	92	99
Protestos, atos simbólicos, manifestações de rua	80	93
Assessoria técnica	75	91
Manifestações culturais e artísticas (música, artes do corpo, artes visuais, etc)	53	91
Atendimento direto e/ou encaminhamento (psicossocial, esportivo, saúde, abrigo, alimentação, proteção animal, etc)	85	90
Ação direta	70	87
Cuidados digitais (comunicação e navegação seguras, criptografia, etc)	50	85
Segurança Física (proteção, prevenção a ameaças)	51	85
Advocacia Popular (promoção e defesa jurídica)	53	85
Geração de trabalho e renda, economia solidária	69	82
Desenvolvimento e implementação de tecnologias digitais	50	80
Acampada e/ou ocupação	44	78
Boicote	43	75
Empate/Bloqueio	34	71
Greve e paralisação	42	66

Porcentagem

Um rápido exame do chamado “pacote básico” de métodos de ação mostra que a prática das organizações da sociedade civil brasileira se divide em dois subconjuntos *grosso modo*: o da organização popular e trabalho de base (que junta os processos informativos, educativos, de mobilização e, às vezes, atendimento direto – complementado, quando é o caso, pelo aporte de apoio técnico em áreas diversas) e o da incidência em espaços e políticas públicas (que reúnem das notas de repúdio e petições à relação com a imprensa e à participação em instâncias coletivas). As manifestações de rua e protesto se encaixam também aí.

Surge uma primeira indagação: por que outras formas de ação política, que também ostentam atributos de manifestação pública de descontentamento e oposição e de proposição de avanços políticos e sociais, não fazem parte da prática usual das organizações? Este é um ponto a merecer uma análise mais detida e será tratado no Capítulo 6, mais adiante.

A análise do Gráfico 18 – que mostra quais as atividades as 137 OSCs *fazem, fariam e não fariam de jeito nenhum* – dá uma dimensão extra à compreensão dessa situação. A afirmação de que as organizações podem vir a realizar determinada atividade (“fariam”) revela disposição e até mesmo algum grau de “aprovação” ou “validação” do respectivo método de ação. Já a opção “Não faria de jeito nenhum” revela diretamente o contrário: a inexistência de disposição e às vezes a desaprovação do método. Isso também será discutido no Capítulo 6.



4.

**A visão da
sociedade
civil sobre
violência**



A violência é um componente estrutural da sociedade através dos tempos e atinge sistematicamente pessoas, grupos, comunidades e populações inteiras, em graus desiguais de prejuízo e impacto. Ela está na origem da constituição das causas e das lutas por transformação e, como consequência, também está na origem das instituições e movimentos que são criados para servir de instrumento a essas causas.

A presença da violência no cotidiano das organizações da sociedade civil se manifesta não só pelas desigualdades econômicas, culturais, sociais e políticas cuja superação dá horizonte e propósito às OSCs, mas também de formas muito concretas no dia-a-dia do trabalho, por exemplo a partir de atores externos, oponentes ou antagonistas que por vezes perseguem e atacam, ferem e matam lideranças, ativistas e pessoas das comunidades. A violência se manifesta ainda nas relações interpessoais e de trabalho dentro do espaço institucional das organizações.

Não se trata de um fenômeno simples, nem incomum. As organizações da sociedade civil brasileira lidam com a violência o tempo todo e, embora muitas vezes isso não seja evidente, o modo como enfrentam os diferentes tipos de violência condiciona e caracteriza fortemente sua visão de mundo e sua atuação. Por isso, torna-se essencial compreender como as OSCs encaram e entendem a violência que enfrentam. Como se verá neste capítulo, suas diferentes visões do que seja a violência – e as maneiras como, diferentemente, a violência atravessa a vida das organizações – nos ajudam a compreender como se dá sua prática política. Ainda que este Estudo seja incipiente e breve na abordagem do tema da violência, os dados levantados podem nos apontar importantes pistas para uma investigação de maior fôlego sobre a questão.

4.1 Como as OSCs entendem a violência

Foi solicitado às pessoas durante a entrevista que apresentassem de forma breve seu entendimento do que seria a *violência*. A vivência e o combate a múltiplas violências é elemento comum a todas as organizações da Amostra e, embora o conceito de violência seja abordado de diferentes perspectivas, essas não são necessariamente contraditórias entre si; ao contrário, parecem se complementar para dar conta de uma visão ampla do fenômeno.

Um primeiro conjunto de formulações produzido pelas entrevistadas se apresenta com termos genéricos e sujeitos indeterminados (provavelmente devido à necessidade de síntese), mas não deixam de revelar fatores importantes para a compreensão da natureza da violência. Como nestes exemplos:

- **“Violência é qualquer forma física, psicológica, jurídica de impedir alguém de fazer algo que deseja ou obrigar a fazer o que não queira; ou impedir alguém de ser quem é.”**

- “Qualquer tipo de ação que confronta ou reduz a dignidade humana.”
- “Todo e qualquer ato que faça a pessoa ser e/ou se sentir subjugada ou violada.”
- “Violência é tudo aquilo que fere a existência do outro.”
- “Aquilo que agride toda e qualquer forma de vida, a autonomia e liberdade de qualquer vida.”
- “Qualquer atitude no campo físico, emocional, psicossocial que represente um dano, uma violação do direito do outro.”

Explicitados ou pressupostos, os elementos que caracterizam a violência estão já relacionados nessas definições. Contudo, a análise mais detalhada do conjunto dos dados levantados permite um retrato mais nítido de como a violência é vista pelas OSCs brasileiras ouvidas pelo Estudo.

Quatro aspectos foram objeto de atenção no exame das formulações:

- a) o tipo ou a natureza da violência (referida na resposta);
- b) os sujeitos que *perpetram* a violência;
- c) os sujeitos que *sofrem* a violência;
- e d) os efeitos que a violência produz.

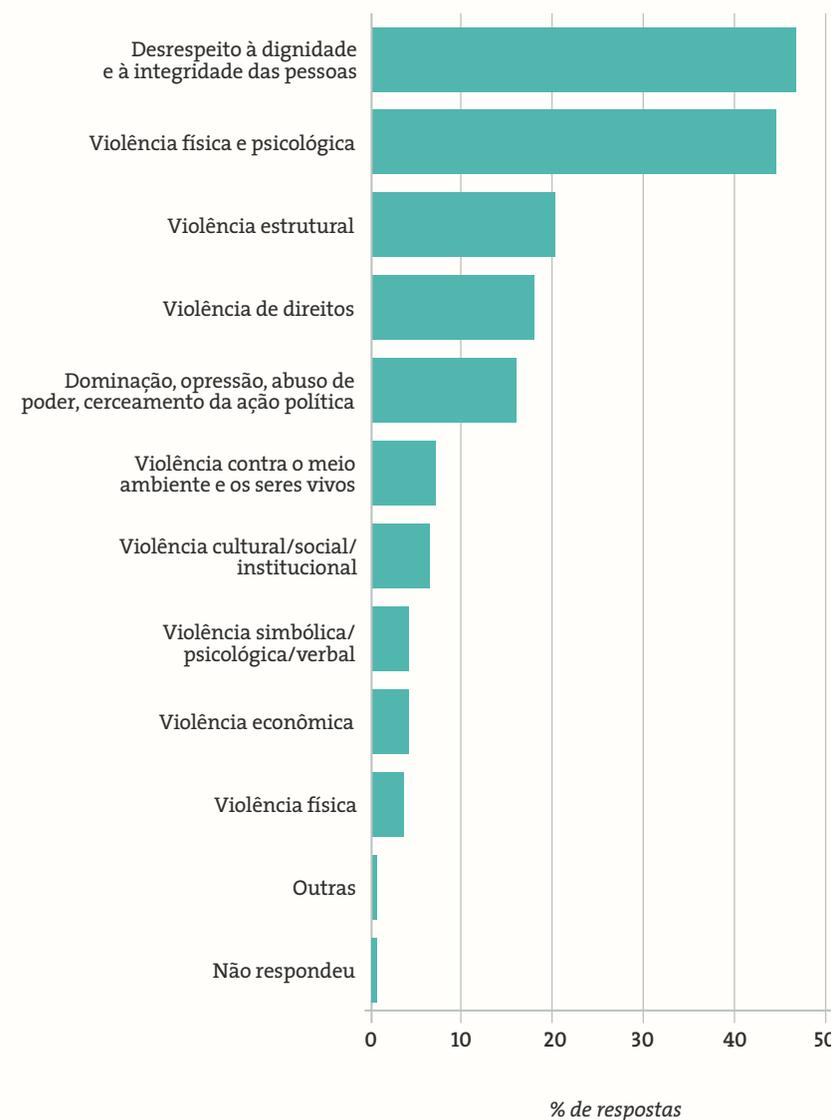
Cada um desses aspectos será detalhado a seguir.

a. Tipo ou natureza da violência

Esse primeiro aspecto explicita a condição polimórfica da violência. O Gráfico 20 mostra as categorias encontradas no conjunto das definições.

GRÁFICO 20 Natureza e tipo de violência

Gráfico baseado em respostas múltiplas. Soma dos percentuais ultrapassa 100%¹⁹



¹⁹ Vários aspectos podem aparecer numa mesma formulação.

A ideia de “desrespeito à dignidade e integridade das pessoas” aparece em 46,7% das respostas, sejam elas de caráter genérico (conforme se pode observar no teor das formulações citadas acima), sejam específicas quanto aos sujeitos violados e às formas de violência praticadas. “Dignidade” e “integridade” talvez constituam princípios essenciais para a abordagem do fenômeno da violência²⁰. Na citação abaixo, a ideia de integridade é estendida ao coletivo:

“Violência é uma violação da integridade física, psíquica ou social de indivíduo ou coletivo; é violação de direitos básicos de um indivíduo.”

Afora essa categoria mais difusa, as demais referem-se a “tipos” mais sistematicamente observáveis no dia-a-dia da luta social: as violências física, psicológica, política, cultural, social, econômica, ambiental e estrutural.

A violência física – que produz dano direto nos corpos dos indivíduos afetados – foi mencionada pela maioria (48,1%) das pessoas entrevistadas²¹. A violência simbólica ou psicológica (humilhações, xingamentos, ameaças), por sua vez, recebeu 48,8% das menções²². Os aspectos físicos (agressão, tortura, linchamento, assassinato) e simbólicos/psicológicos parecem ser os mais imediatamente sentidos ou percebidos diretamente pelas pessoas entrevistadas. A combinação das violências física e simbólica, isto é, quando mencionadas juntas, foi considerada por 44,5% das pessoas, como a demonstrar que fazem parte de um mesmo processo, prática ou comportamento.

20 Não à toa, dignidade e integridade vão aparecer mais adiante à pág. 106 na abordagem do tema da não violência.

21 Aqui somados os percentuais referentes tanto à menção combinada de “violência física e psicológica” (44,5%) quanto à menção somente de “violência física” (3,6%) (cf. Gráfico 20).

22 Somados os percentuais referentes tanto à menção combinada de “violência física e psicológica” (44,5%) quanto à menção somente de “violência simbólica/verbal/psicológica” (4,3%) (cf. Gráfico 20).

“[Há] dois tipos principais: a violência física e a violência simbólica. Muitas vezes é a simbólica que desemboca na física. Mas a física acaba sendo a ponta do iceberg”, afirma uma pessoa entrevistada. Ambas podem ser, portanto, identificadas como as formas mais conhecidas de violência.

A violação de direitos é mencionada especificamente por 18,2% das organizações, que veem a violência como **“a negação ou retirada de qualquer direito de qualquer natureza de qualquer cidadão”** ou como **“tudo que viola nossos direitos e não deixa a gente acessar nossos direitos”**.

Elementos como dominação, opressão, abuso de poder e cerceamento da ação política foram mencionados por 16%. **“A violência é qualquer ato que cerceia, impede, limita, constrange a atuação política das mulheres (no nosso caso)”**, diz uma entrevistada, referindo a um ponto específico mas que pode ser facilmente generalizado. Essa afirmação reforça a natureza política da violência que opera sobre as organizações, grupos e comunidades em vários campos, pautas e territórios. Essa natureza política concerne tanto aos casos de violação de direitos quanto aos casos de dominação e opressão. Outras respostas corroboram a ideia:

“O principal aspecto que caracteriza a violência é a relação de poder, com as pessoas e o meio ambiente. A violência é um sistema de poder, e o racismo prova isso.”

“[A violência] é uma questão de poder, dentro de relações desiguais, assimétricas, e que são intencionais.”

A violência contra o meio ambiente e os seres vivos também foi lembrada por 7,2% das organizações – e, o que parece ser significativo, nunca como um tipo de violência desconectado dos outros tipos, mas como uma forma entre outras de manifestação do mesmo princípio. Estas duas declarações o demonstram:

“Violência é tudo o que atinge a dignidade das pessoas; seja física, psicológica, seja impedindo o acesso às políticas públicas. Também pode ser violência contra a terra, o ambiente, as águas, todos os bens naturais.”

“A violência tem diversas facetas. A violência física que matou Chico Mendes é a violência física sobre a estrutura da floresta, contra a natureza: o desmatamento, a mineração, a contaminação das águas.”

A violência parece se organizar e/ou se expressar também através das instituições (igrejas, sistemas de justiça, “família tradicional”), códigos sociais, normas de conduta e comportamento. Essa violência cultural/social/institucional foi mencionada por 6,5% das pessoas entrevistadas. Essa forma de violência está explicitada em afirmações como *“Outra violência é cultural, o sistema capitalista que tenta impor uniformização”* ou nas situações descritas a seguir:

“A violência é toda forma de impor um valor qualquer sobre uma pessoa ou um grupo. Quando constrange a pessoa a fazer algo que ela não quer. Silenciamento também é violência. Negar emprego para uma pessoa por conta da sua identidade de gênero e/ou orientação sexual é violência. Ou: 80% do humor que vemos hoje é baseado em violência. Rir coletivamente de uma pessoa é uma violência.”

De forma bastante específica, o componente econômico foi referido explicitamente por 4,3% das organizações. Parece pouco diante da gravidade dos problemas sociais brasileiros, mas é possível inferir a dimensão econômica da violência numa série grande de formulações que dão conta da violência estrutural (descrita adiante). Dois trechos extraídos das entrevistas tratam dessa dimensão:

“[Violência é] dar oportunidade para um e não dar oportunidade para outro. É a desigualdade. É você ver que uma pessoa precisa trabalhar oito horas por dia e outra, não.”

“A violência é uma violência de classes. O que importa de fato é tomar o lado da classe trabalhadora.”

Por fim, a chamada violência estrutural recebeu 20,4% das menções, entendida de modo geral como aquela que transcende as formas mais específicas e localizadas de violência, estando presente ou distribuída amplamente pelas sociedades contemporâneas e pelas organizações humanas. Entre suas múltiplas formas podemos destacar o racismo, o machismo, a lgbtfobia, a pobreza, a desigualdade etc. Como afirma uma pessoa entrevistada, *“o não acesso à educação é violência, fome é violência, a luta por território é violência, desigualdade é violência.”*

Outras formulações – que vêm reforçar a ideia de violência estrutural – demonstram ainda como as categorias e “tipos” de violência utilizados nesta análise se articulam, se mesclam e se combinam de formas diferentes para configurar o fenômeno da violência em toda a sua complexidade. Muitas das definições de violência apresentadas aqui operam por enumeração. Esse fato também sinaliza a compreensão da natureza polimórfica da violência e, por extensão, da sua condição estruturante da sociedade em que vivemos. Como afirma a liderança de uma organização:

“A violência acontece de forma organizada e institucionalizada como forma de controle de corpos e aqui eu falo de: cor, gênero, território, faixa etária. A desigualdade de raça, classe e gênero são formas de violência institucionalizada e o Estado funciona baseado na violência, que ele organiza a partir do capitalismo – que violenta o corpo das pessoas com o objetivo de lucrar em cima delas.”

A noção de violência das OSCs brasileiras vai se tornar mais precisa quando examinarmos as outras três categorias que balizam a análise do conceito: quem perpetra a violência, quem sofre a violência e os efeitos que a violência produz.

b. Os agentes que praticam a violência

Enquanto fenômeno, a violência está sempre associada a uma ação de alguém feita *contra* alguém, ou que *inviabiliza* o agir de alguém. A violência é perpetrada por atores sociais sobre outros atores sociais. Contudo, em 80,7% das formulações sobre violência produzidas pelas pessoas entrevistadas, os sujeitos praticantes da violência são indeterminados ou genéricos, isto é, não têm nome nem características definidas que permitam saber quem são.

“Violência é toda ação que afeta um direito, feita por um grupo que tem mais poder em relação a um grupo que tem menos poder”, afirma uma delas, sem indicar, no entanto, quais grupos são esses. Para a finalidade de expor a dinâmica da violência, torna-se evidente, porém, que há uma assimetria de poder entre quem pratica a violência e quem a sofre (como visto acima no tópico sobre violência política).

Nas demais formulações, o agente da violência consegue ser identificado de forma explícita (veja Tabela 4 a seguir). O Estado, o governo, ou as instituições do poder político são mencionados em 12,1% das respostas, *“seja pela própria forma de existência do Estado”*, como afirma uma das entrevistadas, *“seja pela atuação da polícia ou do próprio judiciário”*.

“A violência é uma expressão da forma como foi construído o país. O Estado sempre utilizou a violência como uma forma de controle social. A política é um aparato do Estado para ser violência. O Estado só chega na periferia em forma de violência, e é inevitável que as pessoas reproduzam essa violência estrutural.”

Completando o quadro, o poder econômico e seus agentes são mencionados como quem pratica a violência por 4,2% das organizações (há menção direta a empresas, hidrelétricas, mineradoras etc). Outros agentes (a igreja, o patriarcado, grupos poderosos etc) são mencionados por 2,8%.

TABELA 4 *Agentes da violência*

Tabela baseada em respostas múltiplas. Soma dos percentuais ultrapassa 100%

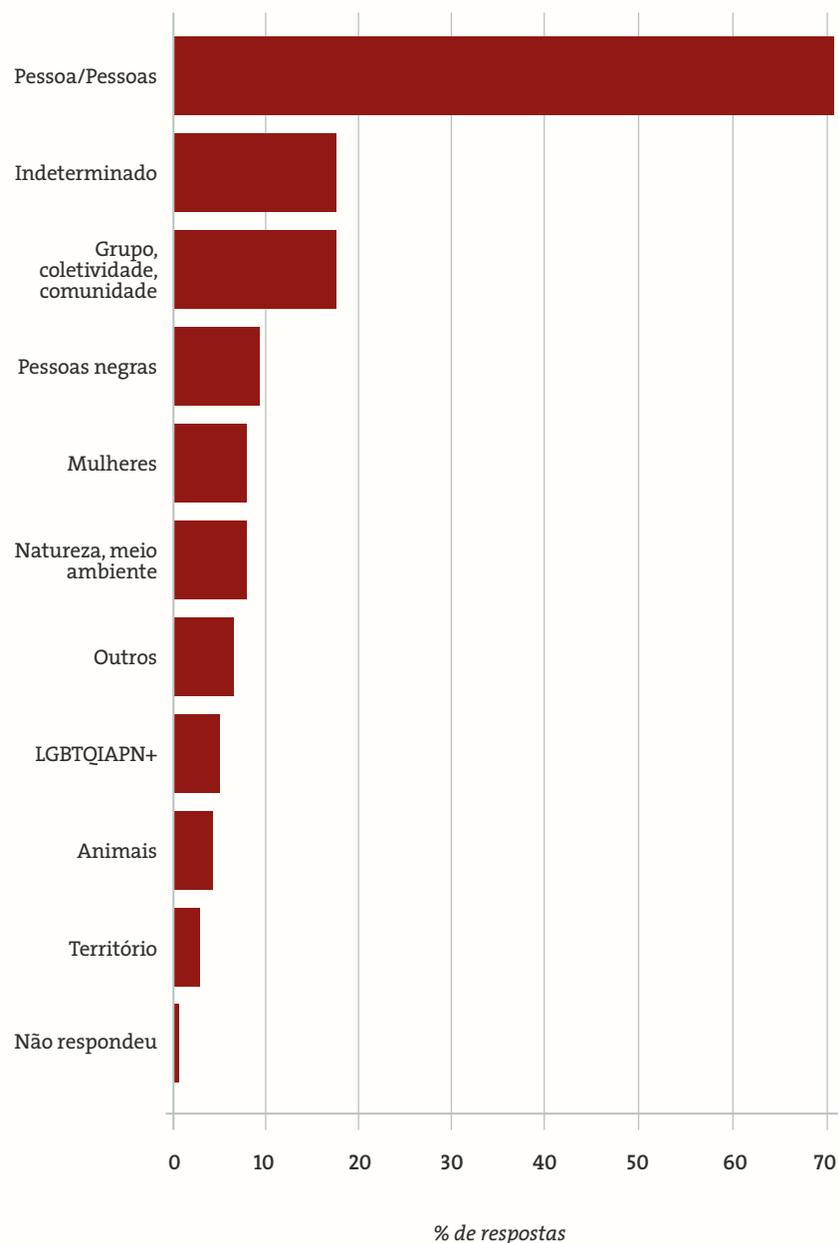
Categorias	Número de menções	Percentual
Genérico	113	80,7
Estado, governo, instituições	17	12,1
Poder econômico	6	4,2
Outros	4	2,8

c. Quem sofre a violência

Sobre os sujeitos que sofrem a violência, o conjunto das respostas aponta que esta pode ter como alvo indivíduos e grupos humanos, não humanos, a natureza, os territórios. É o que mostra o gráfico 21.

GRÁFICO 21 Quem sofre a violência

Gráfico baseado em respostas múltiplas. Soma dos percentuais ultrapassa 100%



Também aqui o grau de generalidade é alto. A maioria (70,8%) das formulações apontou “a pessoa ou as pessoas” como as principais vítimas da violência, e uma proporção significativa delas não chegou a sugerir sequer quais poderiam ser essas vítimas (17,5% de “indeterminados”). Considerando que é bem provável que esses “indeterminados” se tratem de seres humanos, então pode-se inferir que 88,3% das organizações optaram por ver as pessoas, de forma genérica, como os agentes impactados pela violência.

Ainda que também de forma ampla, grupos, coletividades e comunidades foram citados em 17,5% das formulações. A diferença para a categoria de “Pessoas” referida acima é que naquela não é possível afirmar a natureza coletiva de uma quantidade maior de indivíduos. O plural “pessoas” não dá conta de informar se elas constituem ou não um “grupo”. Daí que a violência sobre coletividades e grupos só pareça ser mencionada nesse percentual menor de respostas.

Por outro lado, categorias específicas de vítimas humanas aparecem no conjunto das definições de violência: pessoas negras (9,4%), mulheres (8%), pessoas LGBTQIAPN+ (5,1%). A categoria Outros (6,5%) abriga um conjunto grande de outras pessoas impactadas pela violência: camponeses, lideranças comunitárias, indígenas, presos e até a classe trabalhadora.

A lista tem ainda outras vítimas não-humanas. A natureza ou o meio ambiente recebeu 8% de menções; os animais, 4,3%; e o território foi citado em 2,9% das respostas.

d. Os efeitos que a violência produz

Quanto aos efeitos da violência, a última categoria presente nas respostas produzidas, o conjunto das menções feitas pelas organizações é uma amostra das agruras das lutas sociais no Brasil. O quadro é extenso e multifacetado (como mostra a Tabela 5) e explicita a profundidade e a magnitude do dano vivido pelas pessoas e grupos que sofrem os diversos tipos de violência no país.

TABELA 5 Efeitos da violência

Tabela baseada em respostas múltiplas. Soma dos percentuais ultrapassa 100%

Categorias	Número de menções	Percentual
Sufrimento, dor, mal estar	72	22,3
Sujeição ou perda de liberdade	65	20,2
Humilhação, exclusão e silenciamento	47	14,6
Violação ou perda de direitos	31	9,6
Violação da dignidade e da integridade pessoal	30	9,3
Privação ou restrição de possibilidades de vida/ação	27	8,4
Medo (decorrente de ameaça e intimidação)	11	3,4
Dano ou prejuízo	11	3,4
Fome, carestia, vulnerabilidade econômica	9	2,8
Morte	6	1,8
Destruição ou dano ambiental	5	1,5
Outros	4	1,2
Criminalização	3	0,9
NR	1	0,3

O sofrimento e a dor aparecem como os efeitos mais citados (22,3%), corroborando o destaque que a “violência física e psicológica” tem na caracterização que as organizações fazem da noção de violência. Essa

associação de causa-e-efeito é, de certa forma, previsível, uma vez que é do senso comum a noção de que o que se abate sobre a vítima de violência é dor, sofrimento e morte. Não seria diferente na visão das organizações da sociedade civil brasileira.

Outros efeitos correlatos à dor/sofrimento complementam esse viés: violação da dignidade e da integridade pessoal (9,3%), dano ou prejuízo (3,4%), medo (3,4%) e morte (1,8%)²³. Temos nesses casos resultados típicos da violência física sobre os indivíduos. Humilhação, exclusão e silenciamento (14,6%) são efeitos, por sua vez, diretamente relacionados à violência psicológica, verbal ou simbólica (outro “tipo” de violência que aparece em destaque nas formulações das OSCs).²⁴

Menos óbvio porém é o alto índice de menções (20,2%, segundo lugar no cômputo geral) que a ideia de *sujeição ou perda de liberdade* recebe como efeito ou resultado da violência. Trata-se aqui, pode-se dizer, de uma consequência *política (stricto sensu)* de um ato de violência. Não se trata só de verificar que a violência produza dor, sofrimento ou dano – mas do entendimento de que a sujeição (a submissão dos sujeitos a determinações alheias) é um efeito frequente dela.

Violação ou perda de direitos (9,6%) é outro efeito político mencionado pelas pessoas entrevistadas. A *privação* de possibilidades de vida (oportunidades de produzir, trabalhar, obter conhecimento, “ser quem gostaria de ser”) aparece com 8,4% das menções. Fome, carestia, vulnerabilidade econômica (outros fatores aliás de privação), com 2,8%; destruição ou dano ambiental, com 1,5%; e criminalização, com 0,9% completam o quadro.

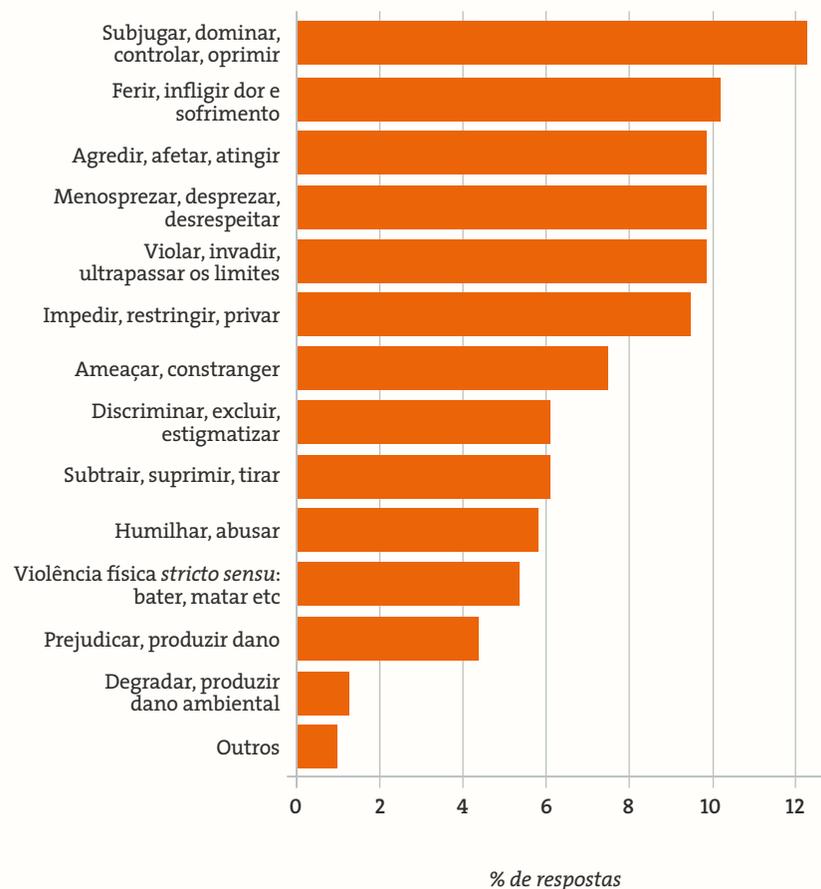
23 O baixo índice de menções à morte – o efeito máximo da violência – merece um destaque à parte, uma vez que assassinato, execução, homicídio são signos associados diretamente à prática da violência e aqui aparecem pouco representados.

24 De todo modo, há que se lembrar que todas as consequências da violência listadas na Tabela 5 de alguma forma são manifestações diferentes tanto de dor quanto de sofrimento. Fome, medo, humilhação, sensação de ter sido violada ou oprimida, todos esses são afetos que seres humanos (e não-humanos) desejam evitar e suprimir.

Finalmente, os verbos empregados pelas pessoas entrevistadas em suas formulações sobre o que é a violência sinalizam o alcance e a variedade dos impactos da violência percebidos ou experimentados pelas organizações. No gráfico 22 abaixo, os verbos estão agrupados conforme a similaridade do seu significado principal. Nada menos do que 293 menções a práticas violentas (com o uso de 97 verbos diferentes) foram usadas para exemplificar o que a violência é capaz de produzir. A lista é assustadora – e reveladora.

GRÁFICO 22 Verbos da violência

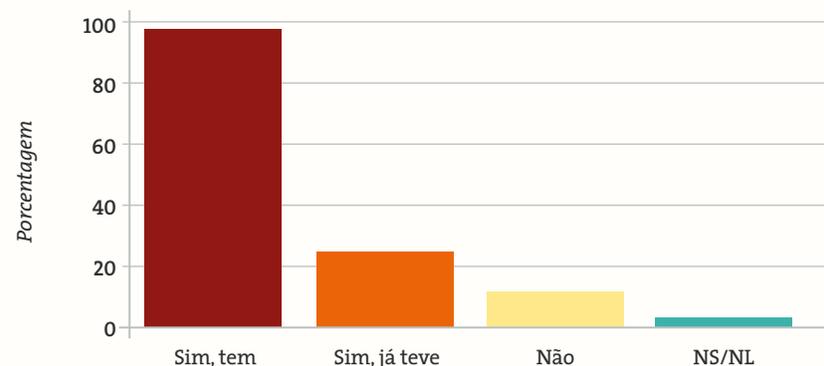
Gráfico baseado em respostas múltiplas. Soma dos percentuais ultrapassa 100%



4.2 Reflexão interna das OSCs sobre violência

Como a violência é parte constituinte dos desafios enfrentados pelos grupos e movimentos, a questão tem sido ou foi objeto de reflexão interna da grande maioria das organizações consultadas – 89,7%. Apenas 8% não haviam discutido sobre o tema; 2,1% não souberam responder (cf. Gráfico 23 abaixo).

GRÁFICO 23 Existência de reflexão interna sobre violência



As reflexões internas das OSCs abordam principalmente os temas relacionados aos enfrentamentos e lutas sociais, como a violência de gênero (30,3%), o racismo e o genocídio da população negra (18%), a LGBTfobia (8,2%), a violação de direitos (em especial dos grupos e populações diretamente vinculados às pautas específicas de cada organização, com percentuais variados).

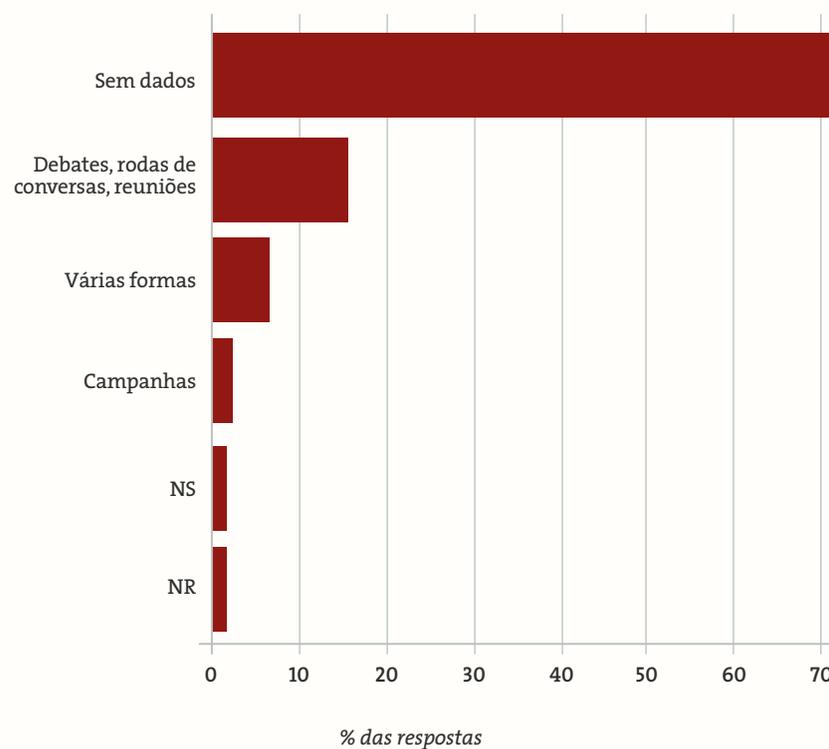
A violência de Estado e a violência policial também aparecem como assuntos bastante discutidos (14,7%), bem como desafios internos de violência no ambiente de trabalho, como assédio e discriminação (9,8%).

Chama a atenção a discussão sobre medidas de segurança e cuidados de defesa e proteção feita por 15,5% das organizações. O Gráfico 24 a seguir mostra o conjunto dos temas tratados.

GRÁFICO 24 *Temas do debate interno sobre violência*Gráfico baseado em respostas múltiplas. Soma dos percentuais ultrapassa 100%²⁵

25 Aqui consideradas somente as respostas das 122 organizações que fazem/fizeram debate interno sobre violência (conferir Gráfico 23).

Internamente, as organizações fazem rodas de conversa, criam espaços de escuta e acolhimento, convidam especialistas e organizações de referência para participar destes processos, constroem códigos de ética e instâncias de cuidado pessoal. Externamente, criam campanhas, realizam pesquisas, se associam ou constituem parcerias acerca dos temas, atuam em grupos de trabalho e realizam ações de enfrentamento. A variedade das formas de debate é mostrada no gráfico 25 a seguir.

GRÁFICO 25 *Formas de debate interno sobre violência*Gráfico baseado em respostas múltiplas. Soma dos percentuais ultrapassa 100%²⁶

26 Aqui consideradas somente as respostas das 122 organizações que fazem/fizeram debate interno sobre violência (conferir Gráfico 23).

4.3 Os tipos de violência que as OSCs enfrentam e combatem

Todas as organizações e movimentos entrevistados, com apenas uma exceção (que afirma “não trabalhar com o tema”), atuam no enfrentamento à violência. Quando perguntadas sobre qual ou quais tipos de violência combatem, as organizações deram respostas que trazem no seu conjunto um panorama bastante preciso da realidade da luta social no Brasil. Se nas páginas anteriores o que se delineou até então foi o *entendimento* de violência ou da *noção* de violência (cf. p. 67), neste ponto as OSCs ouvidas no Estudo abordam a violência que, *concretamente*, enfrentam ou combatem, com suas práticas e no seu dia-a-dia. O resultado está no Gráfico 26, que computa o total de 345 menções feitas nas entrevistas.

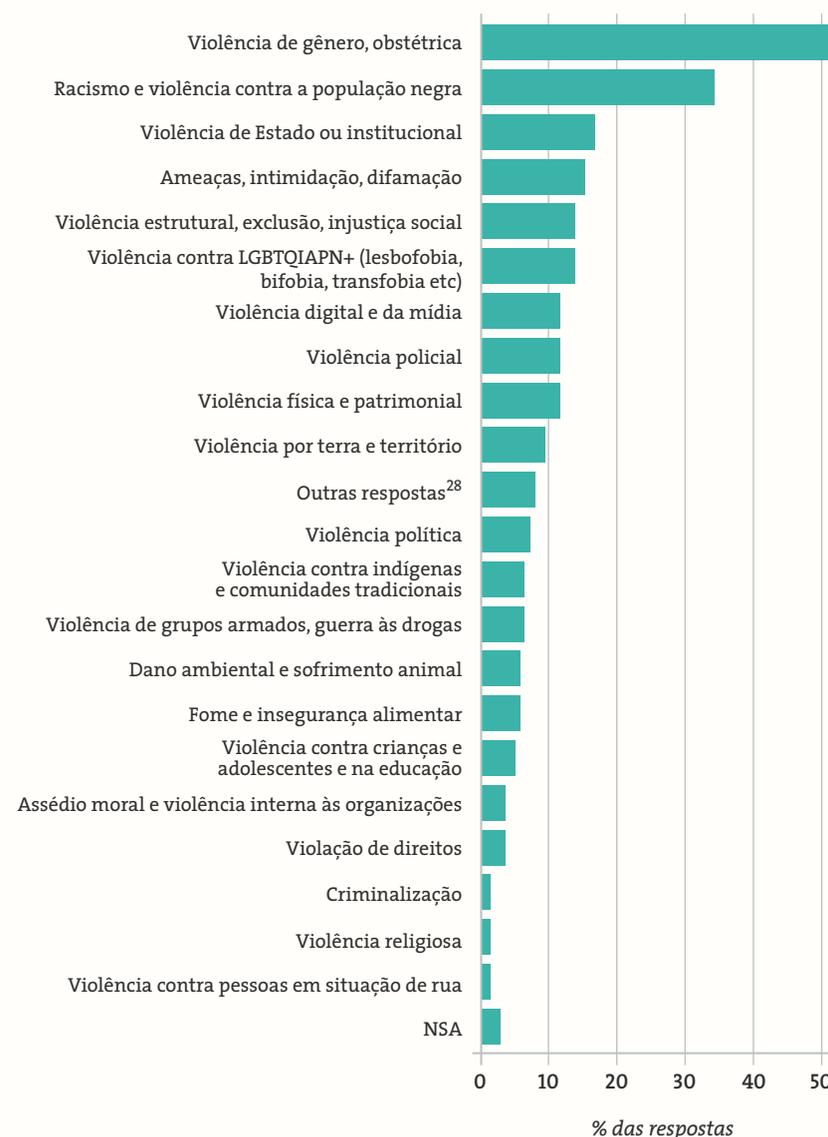
Aqui novamente se articulam violências de caráter mais geral – que referem às causas e pautas e aos públicos e populações vinculados às organizações – com situações ou práticas violentas específicas. No caso das violências de amplo alcance, temos por exemplo a violência de gênero e o racismo (respectivamente citadas por 53,3% e 34,3% das organizações) ou a violência estrutural (13,8%). No caso das práticas violentas específicas, destacam-se ameaças e intimidação (15,3%) e as violências digital, policial e física e patrimonial (todas com 11,7%).

É interessante notar que, embora no conjunto da Amostra esteja presente um número limitado de organizações feministas (9,4%) ou que atuam nas pautas de gênero (29%), 53,3% afirmam combater ou enfrentar a questão no dia-a-dia. Do mesmo modo, enquanto 8% das organizações da Amostra foram identificadas, *a priori*, com a luta antirracista e 27% delas afirmaram atuar na pauta, o número das organizações que afirmam combater ou enfrentar a violência racial aumenta para 34,3%. O mesmo se aplica, embora em menor proporção, aos direitos LGBTQIAPN+: 8,8% das OSCs foram identificadas nesse campo de atuação e, aqui, são 13,8% que combatem e enfrentam as LGBTfobias e violências associadas²⁷.

27 Conferir seção sobre pautas e campos de atuação das organizações (p. 45) e o debate sobre a interseccionalidade, adiante no cap. 7, p. 194.

GRÁFICO 26 Violências combatidas pelas organizações

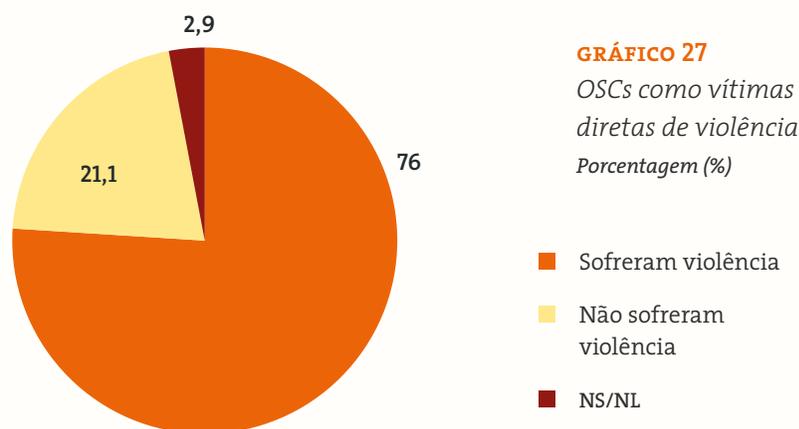
Gráfico baseado em respostas múltiplas. Soma dos percentuais ultrapassa 100%



28 Inclui referências a grupos (como idosos, imigrantes etc) e temas como saúde mental, moradia, especulação imobiliária, questões trabalhistas etc.

Sobre os atos ou situações de violência enfrentados, a seção seguinte trata especificamente do tema da organização como *alvo* e apresenta dados que aprofundam melhor a questão.

4.4 As OSCs como vítimas de violência

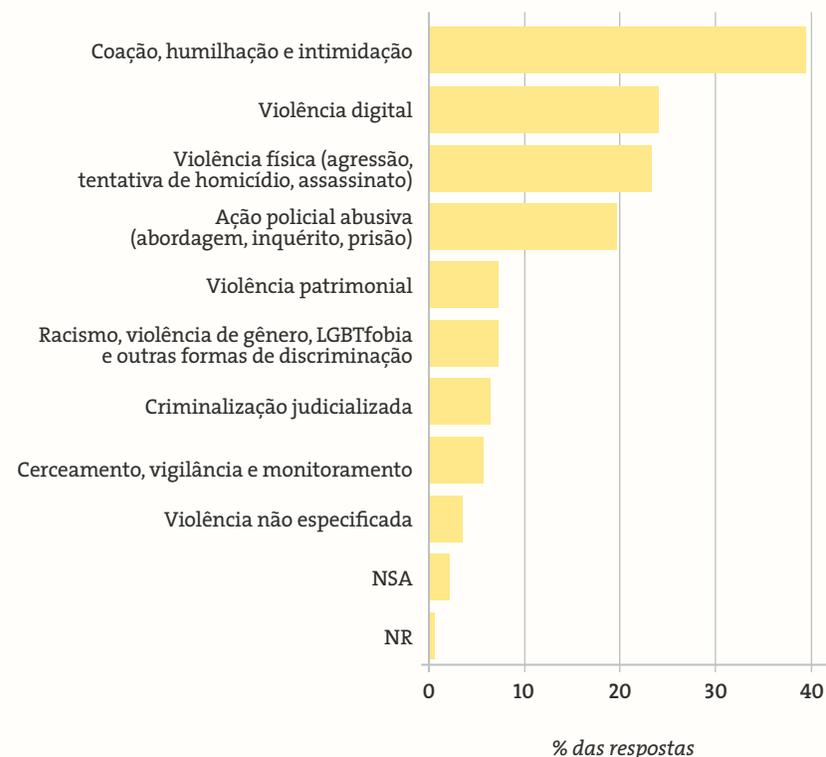


A violência não só está presente naquilo que as organizações e movimentos enfrentam como também no próprio dia-a-dia da sua atuação, tornando-as vítimas ou alvos de violência. Não à toa, 76% das pessoas entrevistadas afirmam que seus grupos ou integrantes já foram vítimas, pelo menos uma vez, de violência em decorrência da sua atuação política. Por sua vez, 21,1% disseram que suas organizações não sofreram violência; 2,9% não conseguiram responder (Gráfico 27).

O Gráfico 28 mostra os tipos de violência citados nas entrevistas.

GRÁFICO 28 *Violências praticadas contra as OSCs (por tipo)*

Gráfico baseado em respostas múltiplas. Soma dos percentuais ultrapassa 100%



Conforme se pode ver acima, o tipo de violência sofrida mais frequente se reúne na categoria da “coação, humilhação e intimidação”, que ocorre ou já ocorreu com 39,4% das organizações – contempla todo tipo de ameaças, desqualificação do trabalho, tentativas de censura e silenciamento, difamação e calúnia. Nessa categoria não estão incluídos os ataques e violências desse tipo cometidas nas redes, reunidos em violência digital (24%). A lista aqui é extensa e vai desde comentários agressivos em *posts* a invasão de e-mails, de sites e perfis de mídia social. Trata-se da segunda categoria mais frequente de violência.

A violência física, por sua vez, tem a mesma proporção de ocorrências, com 23,3%. O nível de gravidade do impacto sobre pessoas e organi-

zações, contudo, tende a ser mais relevante, dado inclusive o grau de letalidade dos atos cometidos. Inclui agressão física, cárcere privado, abandono de doente, tortura, tiroteio, tentativa de homicídio e pelo menos quatro casos relatados de assassinato (inclusive um efetuado por integrante de força policial).

A polícia, aliás, é fonte constante de violência sobre as organizações e seus membros: 19,7% das pessoas entrevistadas informaram atos de violência policial ou de ação policial abusiva, de intimidação em protestos a confisco de bens, prisões e inquéritos ilegais²⁹. Pode também ser associada a isso a criminalização das OSCs e ativistas por via judicial, citada por 6,5% das pessoas, inclusive com dois casos relatados de enquadramento na Lei de Segurança Nacional.

As forças de segurança ou do Estado também estão por trás, pelo menos parcialmente, de duas outras categorias de violência cometidas sobre as OSCs: a violência patrimonial (7,3%) e o cerceamento, vigilância e monitoramento (5,8%). Nesses casos, jagunços, paramilitares, mas também policiais e profissionais de inteligência, realizaram desde grampos ilegais e infiltração até invasão e depredação de sede de organizações.

As formas de violência estrutural – racismo, violência de gênero, LGB-Tfobia, xenofobia e discriminação – cometidas contra grupos e pessoas em geral se abate igualmente, sem distinção, sobre os integrantes dos movimentos sociais e organizações. São 7,3% dos casos.

Por fim, 3,6% das organizações que admitiram sofrer violência não especificaram o tipo de violência que sofreram; 0,7% não responderam e 2,2% deram respostas incongruentes com a questão.

29 Num exercício de análise, pode-se combinar essa categoria da “Ação policial abusiva” (19,7%) com a categoria da “Coação, humilhação, intimidação” (39,4%) para evidenciar a dimensão do uso do medo como forma de impedir a atuação das OSCs. É razoável também supor que pelo menos parte desses atos de intimidação surta o efeito desejado, levando possivelmente a uma acomodação dos modos de fazer político das organizações.

A lista dos 60 atos diferentes de violência cometidos contra organizações e ativistas sociais segue, na íntegra, na Tabela 6 abaixo. Trata-se de uma radiografia cruel da realidade das lutas.

TABELA 6 Lista das violências diretas contra as OSCs

Atos de violência	Qtde de menções
Ataques em rede social	19
Ameaças (sem especificação)	16
Ameaça de morte	11
Difamação e calúnia	7
Processo judicial	7
Agressão física	6
Violência e intimidação policial em protestos	6
Abordagem policial abusiva	5
Agressão verbal	5
Ameaça de agressão física	5
Desqualificação e humilhação	5
Racismo	5
Violência não especificada	5
Agressão física em protesto	4
Intimidação (genérica)	4
Perseguição política	4
Prisão	4
Vigilância e monitoramento (espionagem)	4
Assassinato	3
Assédio moral	3

Intimidação e coação policial	3
Invasão de sede	3
Invasão de site e perfis	3
Invasão durante live (<i>zoombombing</i>)	3
Prisão em protesto/ocupação	3
Tentativa de censura e silenciamento	3
Ameaça verbal	2
Cancelamento	2
Depredação com apedrejamento de sede	2
Disparo de tiros	2
Impedimento de ir e vir	2
Inquérito policial	2
Processo judicial, com indiciamento na Lei de Segurança Nacional	2
Violência contra a mulher	2
Violência policial	2
Abandono de doente	1
Ameaça de morte por policial durante manifestação	1
Ameaça a mão armada	1
Apropriação indevida de terra	1
Armação policial	1
Assassinato em ação policial	1
Ataques de e-mail	1
Cárcere privado	1
Confisco abusivo de equipamentos	1
Depredação da sede	1
Destruição de veículo pelo fogo	1

Exposição indevida	1
Furto e dano material	1
Homofobia	1
Invasão de celular	1
Invasão de e-mail	1
Perfil falso	1
Remoção de posts	1
Retenção de recurso financeiro (por órgão do Estado)	1
Tentativa de homicídio	1
Tortura	1
Transfobia	1
Vigilância e monitoramento com pessoa infiltrada	1
Violação de identidade	1
Xenofobia	1

a. Como as OSCs reagem às violências sofridas

Para as organizações que sofrem ou sofreram violência como retaliação à sua atuação política, as alternativas e saídas disponíveis variam de acordo com o grau e a natureza da violência sofrida. Conforme mostra o Gráfico 29 a seguir, uma ação frequente é a adoção de providências de caráter oficial ou legal cabíveis: 30,6% das organizações acionam os meios legais, inclusive com o recurso de assessoria jurídica, interna ou externa; 7,3% recorrem ao Ministério Público; 3,6% recorrem a outras autoridades e órgãos competentes, como as polícias ou Defensoria Pública.

Para casos individuais de pessoas ameaçadas ou que sofreram atentados contra a vida, as OSCs também recorrem a programas de proteção do Estado (3,6%). No entanto, acionam também suas redes de apoio e

provêm diretamente mecanismos de acolhimento, apoio e proteção às vítimas – é o caso de 16% das organizações.

Já para responder aos ataques e violências, 15,3% das organizações realizam ações de articulação política e mobilização e deflagram processos de comunicação, visibilização e denúncia (27%, a segunda ação mais frequente no conjunto da Amostra), inclusive com acionamento direto de veículos de imprensa. Para os posicionamentos públicos, 8,7% recorrem a notas de repúdio, cartas e manifestos, e 2,9% usam as mídias sociais.

Dois aspectos chamam a atenção no conjunto das respostas do gráfico 29. Por um lado, 2,9% das organizações afirmam não ter medidas previstas para lidar com a violência sofrida; e 8% delas revelaram buscar resolver as situações na medida em que elas acontecem e da forma que for possível (uma “mitigação *ad hoc*”), não dispondo assim de base ou preparação prévia para o enfrentamento do problema.

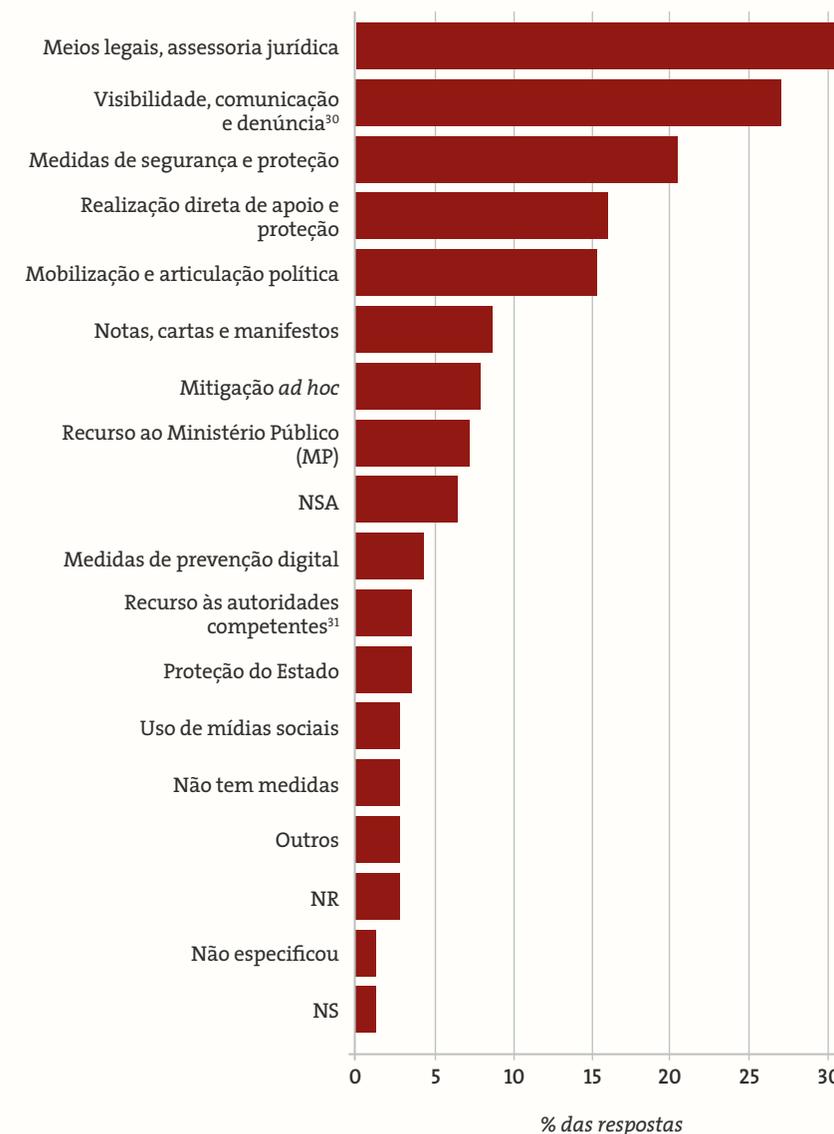
Por outro lado, um número bastante significativo de organizações (20,4%) afirmaram possuir e usar um conjunto de medidas de segurança e proteção desenvolvido previamente para ser acionado nessas circunstâncias; sendo que um contingente menor, 4,4%, possui e usa também um conjunto de medidas de prevenção a ataques digitais.

No cômputo geral, entre as OSCs brasileiras, isso parece ser um dado relevante. O número das organizações que buscam se preparar para enfrentar a violência está em maior proporção do que o das mais vulneráveis porque se mantêm desprevenidas e desatentas.

Mais significativa ainda é a ausência de referências à utilização de violência, mesmo como autodefesa, na reação das OSCs contra as violências de que são vítimas. Este parece ser, como veremos no Capítulo 7, um sinal do caráter não violento das organizações brasileiras, traduzido de forma prática (como o demonstram os dados apresentados neste tópico).

GRÁFICO 29 Como as OSCs reagem à violência sofrida

Gráfico baseado em respostas múltiplas. Soma dos percentuais ultrapassa 100%



30 Não inclui “notas, cartas e manifestos” nem “uso de mídias sociais”, indicados à parte.

31 Não inclui Ministério Público, referido em item específico.



5.

**A visão da
sociedade
civil sobre
não violência**

Um dos focos principais do Estudo é verificar qual o entendimento que as organizações da sociedade civil têm da não violência e de qual perspectiva aborda o conceito e a prática da luta não violenta. Se, a partir de um olhar breve sobre a ação política das OSCs, já se pode supor que essa é *essencialmente não violenta*, não é possível adivinhar, contudo, que “tipo” de não violência as organizações praticam, o que constitui seu conceito de não violência, como elaboram esse conceito e essa prática (se é que elaboram). Como mencionado na Introdução, tais perguntas nunca tinham sido feitas (pelo menos não de forma sistematizada) às organizações. O debate sobre a luta não violenta ainda é muito incipiente no Brasil, e este Estudo se propõe a colaborar no sentido de preencher algumas das lacunas sobre o tema, mesmo que de forma aproximada dada à natureza exploratória desta investigação.

5.1 Grau de conhecimento sobre o tema da não violência

O que, portanto, dizem saber as organizações entrevistadas sobre o tema da não violência?

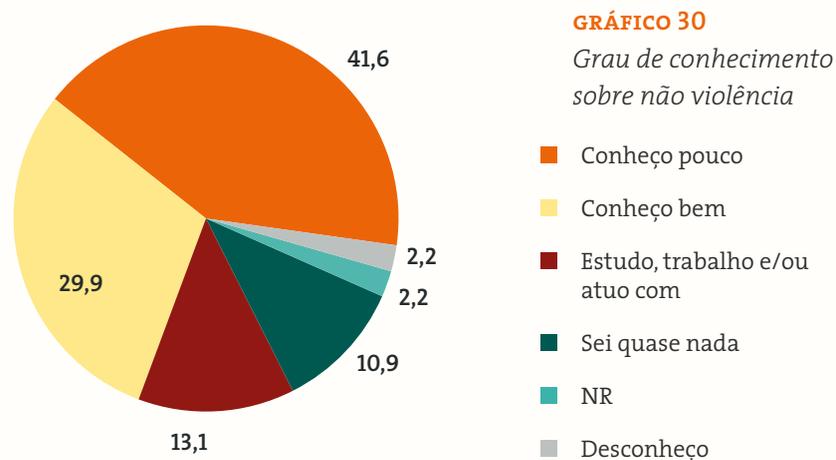
A grande maioria (84,6%) das OSCs afirmam conhecer a não violência, ainda que parte significativa (41,6%) assumam ter pouco conhecimento sobre o assunto. O dado mais significativo advém da parte proporcionalmente maior do conjunto: aquelas que afirmam *conhecer bem* ou que *estudam/trabalham* o tema (43%). Completam o quadro as organizações que nunca ouviram falar de não violência ou que sabem quase nada (13,1%).

Tratando-se de um tema pouco abordado nos debates públicos travados nos espaços e mídias da sociedade civil, é relativamente surpreendente que uma parcela tão significativa das organizações, 43%, tenha proficiência em não violência. O fato de haver pouco debate público poderia sinalizar um grau amplo de ignorância acerca do assunto; no entanto, parece não se tratar de *ignorância*, mas

apenas de *pouco debate público*. Por quê não há mais debate sobre não violência é uma questão que caberá a um estudo mais profundo buscar responder.

Também não deixa de ser surpreendente a existência de 18 organizações na Amostra que “estudam, trabalham ou atuam com” não violência. Pouco se sabe sobre esse campo, e este é um dado novo que o Estudo tem a oportunidade de revelar.

De todo modo, a visão de não violência, explicitada e problematizada aqui deve ser avaliada considerando-se esta informação: a maior parcela das organizações entrevistadas afirma ter *conhecimento de causa* sobre não violência.



a. O debate interno sobre não violência nas OSCs

Do total de organizações, 56,1% realizam ou já realizaram debates internos sobre não violência; 35,7%, não (Gráfico 31). O teor desses debates é um primeiro indicio da compreensão da não violência pelas organizações. Há uma grande variedade de visões sobre o fenômeno e

sobre a própria natureza do que constitui ou caracteriza a não violência e suas práticas.

Como mostra o Gráfico 32, do total de organizações que especificaram os conteúdos abordados nos debates internos, 34,5% entenderam não violência como “comunicação não violenta”³², pacifismo ou cultura de paz. Outras 11% apontaram na direção de temas como “justiça restaurativa”, diálogo e “resolução de conflitos”. A combinação dessas duas perspectivas, que vê a não violência como regime de diálogo e superação do conflito, aparece assim como francamente majoritária. Em 30,9% dos casos, o debate interno realizado nas OSCs tratou de violências específicas (como a racial ou de gênero) ou de superação da violência (como se discutir sobre violência automaticamente significasse abordar a não violência), enquanto em 9,1%, temas correlatos à violência ou ao seu enfrentamento, ou mesmo assuntos de segurança pública, foram compreendidos como referindo à ideia de não violência. Uma pequena parcela (14,5%) das organizações, por sua vez, afirmou explicitamente debater tópicos como “não violência ativa”, “desobediência civil” e táticas de ação não violenta.

Esse quadro não se altera essencialmente quando se compara o conteúdo dos debates relatados pelas organizações que dizem conhecer *muito* com o dos debates de quem conhece *pouco* a não violência. A única diferença se dá na forma de um empate técnico: quem conhece *muito* aborda o combate a violências específicas na mesma intensidade com que aborda a comunicação não violenta e cultura de paz. Em relação ao debate sobre luta ou ação não violenta, não há qualquer diferença segundo os dados coletados, no âmbito da Amostra, entre quem conhece pouco ou quem conhece muito: trata-se de um debate marginal e pouco frequente.

32 A comunicação não violenta é um conjunto de atitudes e práticas de relação interpessoal que pretende a construção de cooperação entre os sujeitos. Entre seus princípios está a substituição de críticas ou juízos de valor pela expressão de sentimentos e necessidades e a recusa do uso da coerção, da ameaça e da acusação.

GRÁFICO 31 Reflexão interna sobre não violência

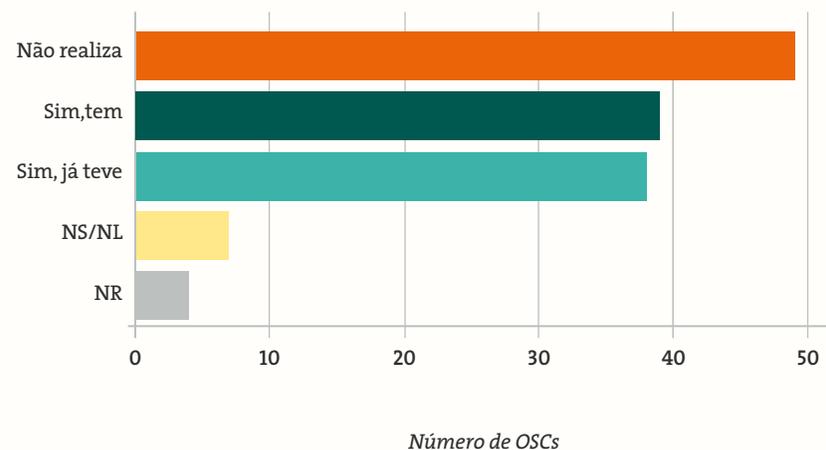
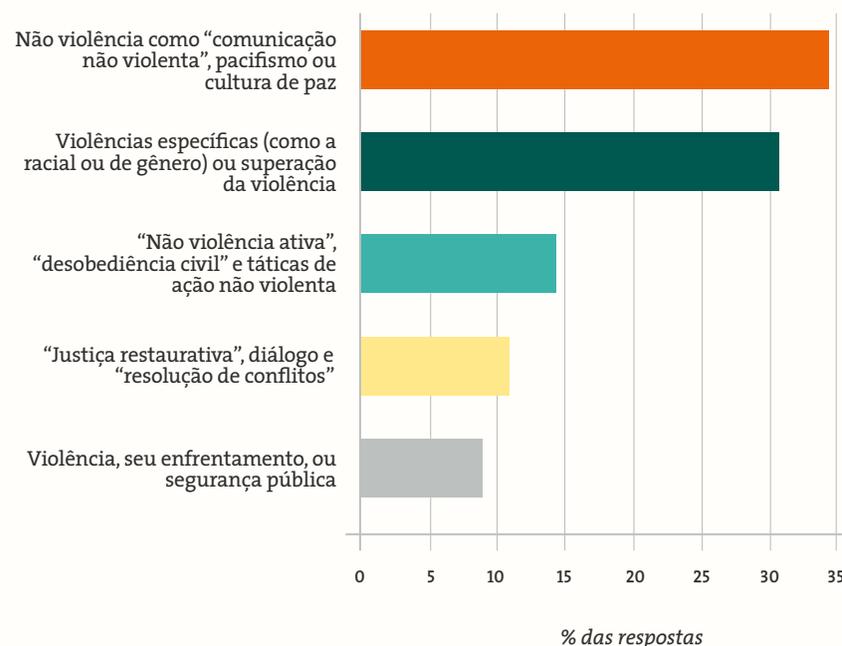


GRÁFICO 32 Temas abordados nos debates internos sobre NV



b. Nomes de referência no tema da não violência

Quando se verifica o conjunto dos nomes das pessoas mais associadas à não violência, a abordagem mais amplamente difundida (*mainstream*) ganha reforço. Os três nomes mais conhecidos são de lideranças históricas de movimentos civis, dois deles mártires, e que podem ser tidos como ícones da não violência no mundo: Gandhi, Martin Luther King Jr. e Nelson Mandela. O volume de menções a esses nomes chega a ser entre 20 a 50 vezes maior do que outros presentes na lista (conferir Gráficos 33 e 34).

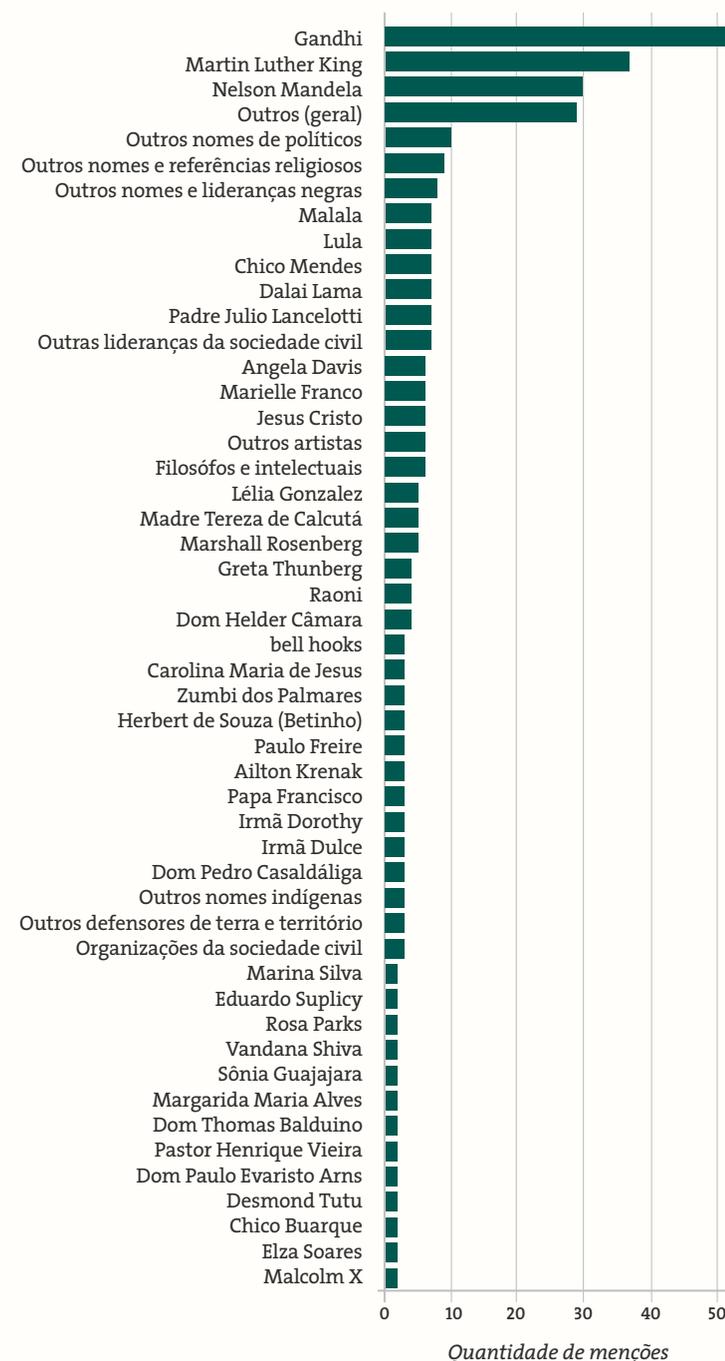
Note-se que a relação é heterogênea e inclui lideranças brasileiras vítimas de violência como Chico Mendes e Marielle Franco, lideranças indígenas, políticos, intelectuais e artistas, entre outros. Chama a atenção o grande número de referências religiosas. É significativa também a forte presença na lista de personalidades do movimento negro e da luta antirracista.

Entre os intelectuais, destaque para o nome de Marshall Rosenberg, autor que desenvolveu o conceito de comunicação não violenta, com cinco menções, e o quase anonimato de Gene Sharp (um dos principais teóricos da ação não violenta), com apenas uma lembrança num universo de 341 menções.

Algumas presenças curiosas: líderes guerrilheiros que pegaram em armas, um obscuro político da direita brasileira, a Princesa Diana, ancestrais ou parentes das pessoas entrevistadas ou a figura emblemática de “uma criança”.

Apesar da heterogeneidade, não há dúvida de que pelo menos 95% das menções se basearam no espírito de luta e de perseverança na luta presentes na história e na prática de vida das pessoas citadas. Se há um atributo comum a elas é o fato de serem *militantes/ativistas de causas sociais e coletivas*. A lista completa com os nomes citados pode ser conferida no Anexo 2 – Nomes de referência no tema da não violência.

GRÁFICO 33 Nomes de referência no tema da não violência



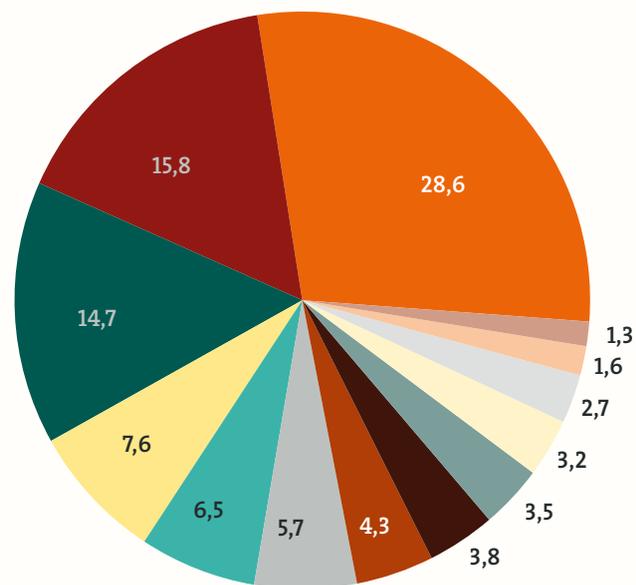


GRÁFICO 34
Nomes de referência no tema da não violência (por categoria)
Porcentagem (%)

- Lideranças do movimento negro antirracista
- Lideranças e referências religiosas
- Gandhi
- Lideranças e organizações da sociedade civil
- Artistas e intelectuais
- Lideranças políticas
- Outras respostas
- NR
- Outros nomes
- Lideranças indígenas
- Defensores de terra e território
- NSA
- NS

5.2 O que a sociedade civil entende como não violência

Não foram poucas as questões sobre não violência abordadas nas entrevistas. No questionário orientador das conversas de coleta de dados, as organizações tiveram a oportunidade de escolher alternativas definidas *a priori* (questões fechadas), ponderar avaliações e, ainda, formular proposições de forma aberta e livre.

O primeiro desafio proposto para as pessoas entrevistadas foi o de formular – numa frase – uma *definição de não violência*. O resultado é um conjunto de 130 formulações de diferentes tipos (sete organizações não participaram). Os achados que emergiram a partir desse exercício dão conta de estabelecer os contornos das diferentes visões de não violência que circulam pela sociedade civil e, em grande medida, orientam a atuação das organizações. Essas diferentes visões não são muito numerosas, nem são necessariamente contraditórias entre si. No complexo caldeirão dos valores éticos, princípios e posições políticas, estratégias e táticas, finalidades e objetivos, organizações e movimentos emergem alguns poucos padrões e perspectivas que caracterizam o pensamento e a prática da sociedade civil brasileira no enfrentamento dos desafios sociais e políticos do presente. É o que se verá a seguir.

Três perguntas principais orientaram a *análise* das formulações propostas:

1. **De que tipo de fenômeno consiste a não violência? (o que é)**
2. **Quais qualidades são atribuídas à não violência nas formulações? (características)**
3. **A que fins a não violência serve, qual seu horizonte ou seu ponto de chegada? (finalidade)**

a. De que consiste a não violência

No exame do primeiro ponto, é possível constatar que a não violência é entendida, de forma majoritária, como um valor ou *princípio ético de conduta*. O princípio de conduta é o que orienta e condiciona as práticas, e é com base nesse princípio que a organização deve realizar sua ação política. Para 67,2% das organizações, a não violência funciona como um princípio de conduta.

Exemplos de formulação: *“não violência é acolhimento”*, ou *“não violência é não ferir as pessoas”*. Repare que, nesta etapa, não cabe julgar o mérito das afirmações que ilustram as categorias. Uma hipotética formulação de não violência que a entendesse como “jamais levar desaforo para casa” também se enquadraria como princípio de conduta.

Outras organizações (21,2%), por sua vez, entendem a não violência como uma *forma de ação* ou *tática* política. A ação é uma premissa essencial do seu conceito. Trata-se então de uma *prática*: um forma de resistência, de oposição, de movimentação, de “jogo” na cena política – ilustrada, por exemplo, pela sentença: *“não violência é uma forma de protesto contra a opressão”*.

Uma parcela das organizações (9,5%³³) vê a não violência de *ambas as formas*: como princípio de conduta e como tática, numa espécie de “combo” no qual ela se expressa por meio das táticas, mas também funciona como princípio orientador da vida da organização. Um exemplo de formulação nesses termos é: *“a não violência é o ato de resistir pacificamente”*, em que a ação política está pressuposta em *resistir* mas é qualificada por meio de um princípio geral (o modo pacífico, ou mesmo resistir).

33 Na Tabela 7 a seguir, as respostas das organizações desse grupo estão incluídas nos números das categorias “Princípio de conduta ou valor” e “Forma de ação, tática política”.

Outros exemplos:

“Não violência é uma tática política que evita ser violenta.”

“Uma resposta que [visa a] neutralizar um movimento do outro que não tenha uma reação violenta.”

“Ação política sem violência física, mas com a intenção de movimentar uma opinião de pessoas em relação a uma questão.”

Por fim, outros 9,5% parecem entender a não violência como um fenômeno de natureza bem distinta: *efeito ou resultado* de uma ação, um *estado de coisas* ou uma *condição*. É o que se pode depreender de formulações como *“A não violência é estar bem”* ou *“não violência é uma consequência do Estado Democrático de Direito”*. “Estar bem” não é uma tática nem parece aqui ser um princípio de conduta (pelo menos não nesta acepção da expressão), mas o resultado de uma sucessão de causas; como afirma o segundo exemplo, uma *consequência*. Nesse caso, ao que tudo indica, a não violência não seria entendida como um *meio*, algo do qual se pode lançar mão como uma tática ou um princípio, mas mais exatamente como um *fim*. Trata-se de outra perspectiva conceitual. Não é à toa que uma das formulações desse tipo tenha surgido de uma liderança indígena.

Dentre um conjunto residual de outras definições de não violência, é interessante citar a ideia de *afeto ou emoção*, com 2,2% das menções, como nas frases *“não violência é o sentimento infantil do ser humano”* ou *“não violência é passividade, tolerância”*.

TABELA 7 Fenômeno de que consiste a não violência

Tabela baseada em respostas múltiplas. Soma dos percentuais ultrapassa 100%
Base: 137 respostas.

O que é	Número de menções	Percentual
Princípio de conduta ou valor	92	67,2
Forma de ação, tática política	29	21,2
Efeito, resultado; condição	13	9,5
Emoção, afeto ou disposição	3	2,2
Outros	2	1,5
NR	5	3,6
NSA	3	2,2
Não informa	4	2,9
NS	2	1,5

b. Qualidades, atributos e características da não violência

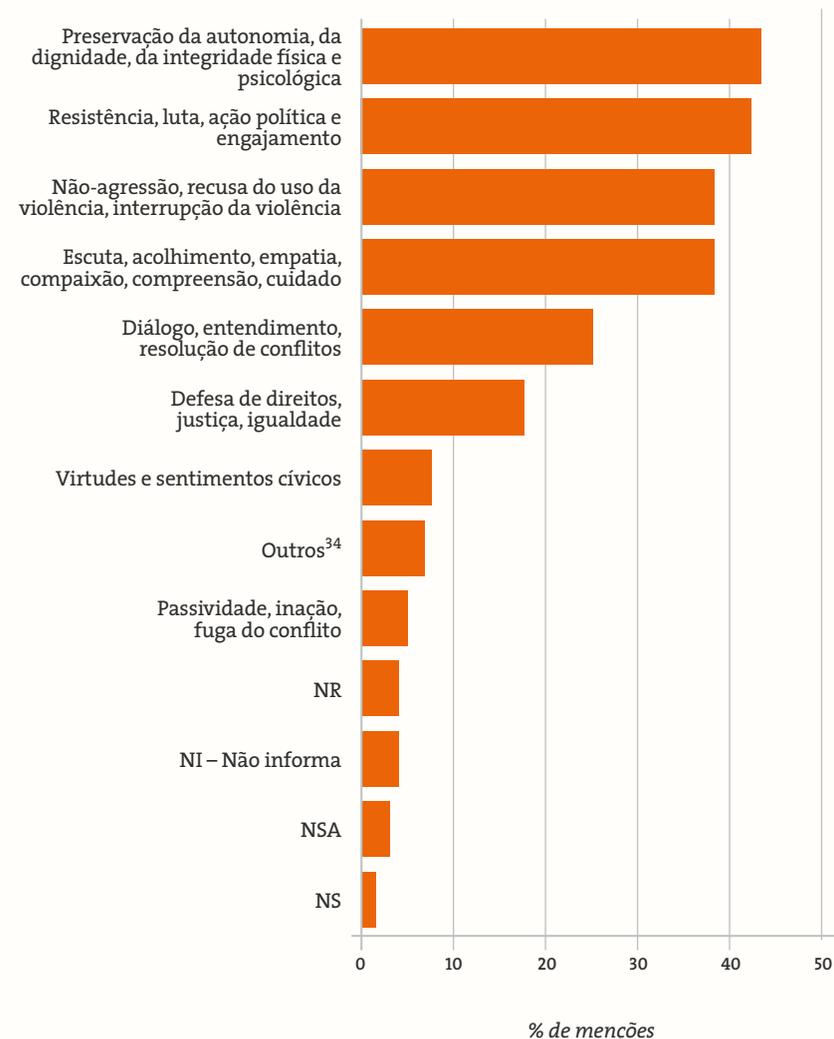
A segunda camada de interpretação busca identificar quais qualidades, atributos ou características aparecem nas definições conceituais que as pessoas entrevistadas fazem da não violência, independentemente se esta é entendida como princípio de conduta, tática, estado de coisas ou emoção. O que elas enxergam na não violência? O conjunto de elementos é, então, mais numeroso: foram identificadas 305 qualidades diferentes nas 130 definições formuladas nas entrevistas.

Para ilustrar o que se entende aqui como “qualidade”, “atributo” ou “característica”, tome-se a frase que define não violência como “uma ação que se recusa a promover o uso da força”: a “recusa ao uso da força” é a qualidade que se deve registrar.

O conjunto das qualidades segue no Gráfico a seguir:

GRÁFICO 35 Qualidades, atributos e características da não violência

Gráfico baseado em respostas múltiplas. Soma dos percentuais ultrapassa 100%
Base: 137 respostas.



³⁴ Incluem-se aqui noções como “desfrute”, “experimentação da existência”, “abertura de horizontes” etc.

Considerando a frequência de menções, os quatro primeiros grupos de qualidades têm mais ou menos a mesma proporção.

A noção da não violência como sendo capaz de garantir ou manter a integridade e dignidade de pessoas (e organizações) aparece como uma resposta direta aos resultados que a violência produz. Se se entende a violência como violação da integridade dos sujeitos, ver a não violência como o princípio de conduta ou a ação que *preserva* essa integridade torna-se uma decorrência necessária. Também é previsível para um conceito que, no próprio nome, antagoniza com a violência que parte significativa das formulações se referam à não-agressão, à recusa do uso da violência ou à interrupção da violência. Essas duas categorias, aliás, podem vir correlacionadas, pois estabelecem uma relação de causa-e-efeito entre si.

Exemplos de definição de não violência que exibem esses elementos:

“Não machucar outra pessoa, nem com força nem com situações psicológicas que possam afetar sua integridade”;

“Não violência é não causar dano, sofrimento ou retirar a liberdade de outros”.

A ideia de não-agressão e de recusa da violência parece óbvia quando ouvimos a expressão não violência. Mas essa aparência de obviedade pode ocultar, ao invés de ressaltar, alguns de seus aspectos mais relevantes. A noção de preservação da integridade e da dignidade é um desses aspectos. Qualquer ato ou princípio que venha a garantir ou a estimular essas condições tão fundamentais não pode deixar de receber a devida atenção.

Um terceiro conjunto de qualidades atribuídas à não violência (o segundo em número de menções) aponta para outra direção: a não violência, para além da ideia imediata de superação da violência, remete diretamente para o engajamento na ação política, na luta, na resistência. Aqui se ultrapassa o automatismo da dicotomia violência/não

violência para enfatizar a condição *política* do conceito e da prática. Nos dois casos anteriores, a não violência pode ser uma alternativa ética ou prática a qualquer, digamos, *situação* de violência, seja ela institucional, social, pessoal ou até mesmo afetiva. “Não causar dano a alguém” é um princípio ou atitude legítima, por exemplo, no plano interpessoal (capaz de produzir muitos benefícios, inclusive) – mas não há nada que assegure que um projeto político *stricto sensu* esteja em jogo aí (pelo menos não por enquanto). Essa é a contribuição importante que essas qualidades – “Resistência, luta, ação política e engajamento” – vêm dar ao debate sobre não violência: elas enxergam a luta política, o conflito e o confronto político no *interior* do conceito. A não violência é *politicamente* não violenta, ou: a essência de sua não violência é *política*.

A não violência é **“uma resistência que não aceita o erro ou a injustiça, mas ao mesmo tempo não dá elementos para que a violência cresça do lado de lá”** é uma das afirmações exemplares para manifestar essa perspectiva. Outra definição amplia ainda mais o escopo dessa noção política de não violência ao associá-la a **“uma prática social (...) em que se trabalha de forma a atenuar as relações assimétricas de poder”**.

Essa visão de não violência é reforçada por outro conjunto de qualidades relativas à defesa de direitos e a luta por justiça e igualdade. Para 17,5% das menções, a não violência é indissociável desse projeto sociopolítico; quer dizer, não se trata, portanto, para voltar ao mesmo exemplo, de um processo vinculado às relações entre pessoas no âmbito da sociabilidade. O que está em jogo é um *projeto* de sociedade. [Esse debate ficará mais evidente na terceira parte da análise sobre as definições, quando tratarmos das “finalidades”.] Uma afirmação que expressa bem tal abordagem é: **“não violência é uma estratégia de redução das desigualdades”**. Outra entende a não violência como uma “condição social”, mas aponta também para a dimensão dos direitos: **“Uma situação de não violência é aquela em que (...) os direitos legalmente instituídos são respeitados”**.

Contudo, uma parcela bastante significativa das organizações da sociedade civil ouvidas no Estudo têm opinião diferente sobre os pilares do conceito de não violência. Essa visão considera que a escuta, o acolhimento, a empatia, a compaixão, a compreensão e o cuidado – essencialmente condutas ou modos de fazer – definem a não violência. O volume de menções a tais aspectos é da mesma ordem de grandeza que os maiores e principais conjuntos de atributos. Trata-se fundamentalmente de uma *forma empática* e cuidadosa de lidar e se relacionar com outros agentes (pessoas ou *organizações*, inclusive adversários) – como explicita uma das proposições formuladas por uma pessoa entrevistada: não violência *“é sutileza e cuidado na relação com o outro”*.

Dois outros exemplos dão a tônica dessa versão “cuidadosa”, em que a não violência é vista como *“conviver bem, de forma civilizada, respeitando as idiossincrasias, a pluralidade, não julgando”* e como um *“processo de interação [em] que o centro de preocupação das pessoas seja garantir interações tranquilas”* [grifo nosso].

Não se pode dizer, *a priori*, que essa abordagem descarte a política da definição do conceito; no entanto, é possível afirmar que a política não aparece – assim como também não aparece o conflito. É o caso até de inferir que, em boa parte dessas formulações, o conflito pode estar pressuposto, mas como *problema* a ser evitado (o que viriam a ser, por exemplo, “interações tranquilas”?). Observação: a interpretação feita aqui não tem como objeto a ideologia ou a atitude de determinada pessoa/organização, isto é, a ideia de que essa pessoa/organização em suas ações fuja ou pretenda fugir do conflito; a interpretação só evidencia que a *visão de não violência* apresentada tem tais características. Essa visão pode eventualmente até representar uma crítica à ideia de não violência por esse motivo.

A visão “empática” de não violência muitas vezes se superpõe a outro conjunto de qualidades que vê a NV prioritariamente como caracterizada pelo diálogo, pelo entendimento e por sua capacidade de resolução de conflitos. Uma organização afirma que a não violência

seja *“Uma forma harmônica e respeitosa de interlocução entre pares ou coletivos”* (e neste exemplo estão combinados o viés do diálogo, o da sutileza e cuidado, e o da “harmonia”).

Outras definições já pressupõem que a interlocução e o diálogo nem sempre se dão de forma tranquila e é justamente aí que a não violência faz a diferença. *“A não violência é a forma de atuação que busca considerar as causas que geram atrito e divergência e endereçar de modo que as partes se sintam contempladas”*, diz uma delas. Outra afirma que a não violência é a *“capacidade de avançar na pauta a partir do diálogo, do convencimento, do exemplo, respeitando a interlocução, mas sem abrir mão de nossos princípios e nossa dignidade”*. Trata-se, enfim, da *“possibilidade de resolução de conflitos de uma forma democrática, integradora, respeitosa da integridade dos sujeitos”*.

Importante alertar que o fato de estarem apresentadas em categorias diferentes não significa que as qualidades atribuídas à não violência não possam aparecer juntas, de modos diversos, em distintas formulações específicas. Ao contrário, elas frequentemente são combinadas como na citação acima (na qual constam os atributos da democracia e do respeito à integridade da pessoa). Portanto, na maioria dos casos, as formulações, tomadas individualmente, não são contraditórias ou incoerentes *per se*.

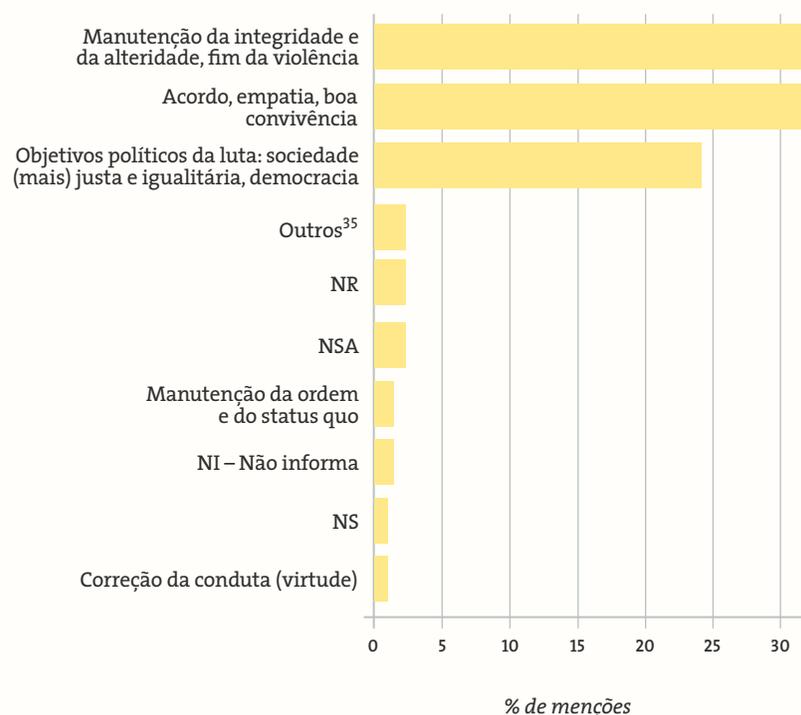
Por fim, das categorias restantes de definições de não violência, uma vai associá-la a uma série de virtudes ou sentimentos cívicos (como renúncia, solidariedade, reciprocidade ou sabedoria etc) e outra, à inação, à fuga do conflito (como já mencionado) ou à passividade. São duas categorias de pouca representatividade no conjunto. A que vê a não violência como passiva tem em torno de 5% das menções. No entanto, é aquela que abriga o principal argumento de crítica, desqualificação e combate à ideia de não violência no Brasil. Pode ser que esse argumento não seja tão minoritário como parece e se manifeste de muitas outras formas, veladas ou explícitas, como será discutido mais adiante no Capítulo 7.

c. As finalidades da não violência

Uma terceira e última camada de análise das definições de não violência tenta verificar a quais *finalidades* (metas, objetivos, horizontes etc) elas fazem referência, isto é, que tipo de fim último está pressuposto nas formulações. Entender qual é o *ponto de chegada* do conceito de não violência proposto ajuda a compreender afinal qual a natureza da não violência de que se está tratando.

GRÁFICO 36 Finalidades da não violência

Gráfico baseado em respostas múltiplas. Soma dos percentuais ultrapassa 100%
Base: 137 respostas.



35 Incluem-se aqui respostas como “direito à propriedade”, amizade cívica”, “horizontalidade” etc.

Como se vê no Gráfico 36, cerca de um terço das definições apontam como meta o fim da violência e a manutenção da integridade (e alteridade) das pessoas e organizações. É o que parece ser o ponto de chegada mais imediatamente associado a uma ideia cujos termos são de oposição à violência: a *suspensão* da violência e, com isso, a manutenção dos elementos essenciais da dignidade humana, integridade física, psíquica e social e direito à singularidade. Nesse caso, temos um fim com duas etapas, uma mais imediata (acabar com violência) e outra, permanente, a garantia da integridade.

Três definições sintetizam essa perspectiva finalística:

“A não violência é a busca pela paz. O objetivo é que as pessoas possam ser quem são e viver em paz, ter esse direito.”

“Se violência é tudo o que agride a dignidade humana, a não violência seria uma prática política de acolhimento e de respeito às divergências inclusive, à dignidade e ao fazer político diferente.”

“Tudo que permite a autonomia e validação do sujeito como pessoa, em todos aspectos.”

Outro terço das definições preconiza que a não violência visa a uma condição final de acordo, empatia e boa convivência. Pode-se entender essa finalidade de forma estrita, na qual o que se pretende é o entendimento e a convivência pacífica entre as partes, ou seja, o resultado *bem-sucedido* da mediação de conflitos. Eis o ponto central da visão: o objetivo é a *superação* do conflito – na forma de uma convergência, de um acordo.

Algumas assertivas que apontam para a perspectiva do “acordo” são categóricas:

“Seria entrar em consenso, dialogar com as pessoas, não usar de violência de forma alguma.”

“Não violência diz respeito à capacidade que temos de poder dialogar, interagir com o outro através de uma comunicação não violenta, inclusiva, empática, que não faça uso de força.”

“É o diálogo.”

“Não violência é resolver conflitos sem ataque.”

Por outro lado, numa proporção menor mas significativa, 36,5% dos conceitos de não violência formulados pelas OSCs dão conta de uma perspectiva finalística que pressupõe a consecução dos objetivos políticos das respectivas lutas e, num horizonte final, a consolidação de uma sociedade democrática, mais igualitária e mais justa. Para esse contingente de organizações, a não violência tem como fim último a construção de um novo modelo de sociedade.

As seguintes afirmações ilustram a ideia de não violência como elemento que está a serviço das causas:

“Uma atuação na luta por direitos que não emprega táticas violentas”;

“É você atingir seus objetivos sem agredir de alguma forma terceiros”.

Tais objetivos e luta por direitos, desse modo, são condicionados pelo projeto maior que orienta as organizações que compõem o universo deste Estudo e que é explicitado pelas seguintes definições:

“Não violência é a garantia de diálogo na construção de uma sociedade mais justa.”

“NV é quando todas as pessoas e seres podem desfrutar do que têm por direito.”

“NV é viver numa sociedade igualitária e radicalmente democrática.”

Embora variem (e até divirjam) em relação aos atributos que constituem a não violência, as afirmações acima compartilham pelo menos um mesmo horizonte de destino: uma sociedade que precisa ser construída.

Há ainda uma visão minoritária, quase residual, que pensa diferente. Para 2,2% das formulações, o que a não violência busca é manter o atual estado de coisas. Por essa abordagem, a não violência é *“não desenvolver negatividade disruptiva”* e está associada à tolerância e à passividade. Por extensão, a passividade resulta na inação e na manutenção da ordem e do *status quo*, sem pretender transformá-los.

Uma segunda perspectiva minoritária (1,5%) parece entender que o fim último da não violência é a própria virtude. *“A não violência é não se igualar à baixeza do outro”*, diz uma das definições. Sem julgar o mérito da afirmativa, do ponto de vista da análise da finalidade pressuposta, não é possível enxergar aí como resultado pretendido não mais do que grandeza moral e altivez virtuosa.

5.3 Vantagens, desvantagens, pontos positivos e pontos negativos da não violência

As OSCs foram instadas também a avaliar os pontos positivos e negativos da não violência – e aqui, mais uma vez, as avaliações se debruçaram sobre diferentes conceitos e diferentes níveis de entendimento sobre o conceito. O conjunto das respostas serve, portanto, para complementar ou elucidar alguns aspectos da visão de não violência presumida pelas organizações, isto é, nos ajuda a entender o próprio conceito de não violência defendido por elas.

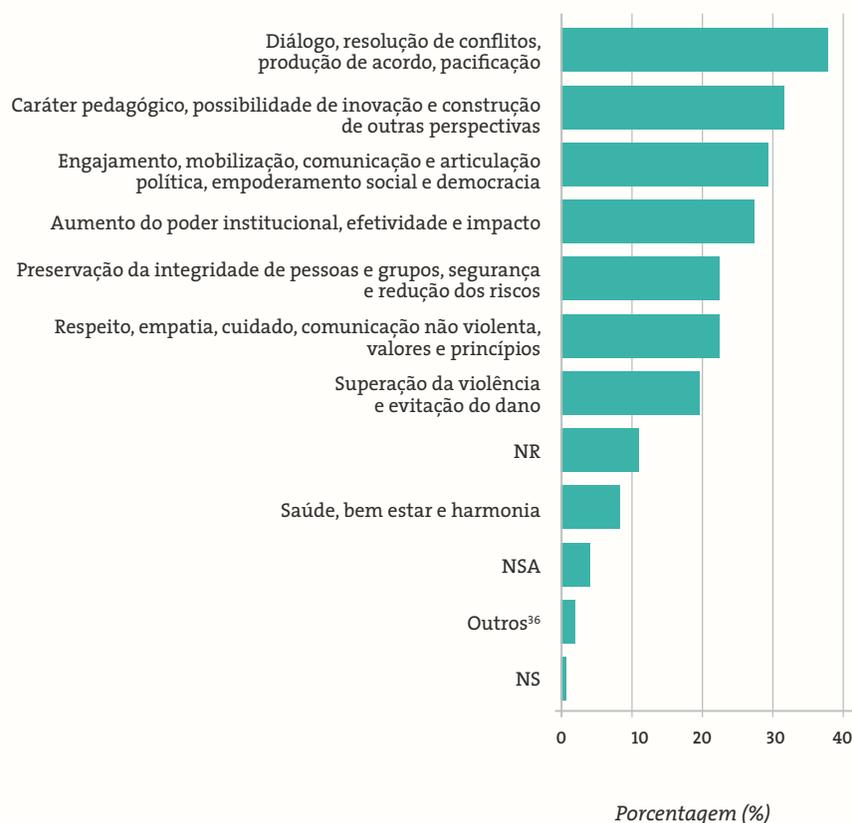
a. Pontos positivos da não violência

As pessoas entrevistadas apresentaram 287 menções a pontos positivos, vantagens e benefícios da “ideia ou da prática da não violência”. Cada organização poderia citar até três pontos positivos. O conjunto dos pontos positivos segue no gráfico abaixo, reunidos em diferentes categorias.

GRÁFICO 37 Pontos positivos da não violência

Gráfico baseado em respostas múltiplas. Soma dos percentuais ultrapassa 100%

Base: 137 respostas.



36 Dizem respeito a benefícios intra e interorganizacionais.

Mais uma vez, a capacidade de diálogo, mediação e resolução de conflitos e produção de acordo é referida como uma das principais vantagens da prática da não violência, segundo 39,4% das organizações entrevistadas (mais do que os 24,8% que mencionaram isso como atributos e características do conceito, cf. p. 107, Gráfico 35).

O *diálogo* é expressamente enfatizado em declarações como as seguintes, que mostram como conversar é o caminho para resolver conflitos:

“Quando você se coloca como não violento, você baixa a defesa. Dá a possibilidade das pessoas que estão do outro lado da conversa não virem armadas também. Abre-se a possibilidade de diálogo.”

[A não violência] “estimula o diálogo na resolução de conflitos, retira a polarização”.

[A não violência] permite “a construção de diálogos eficazes e verdadeiros e a descoberta de mais concordâncias do que discordâncias”.

[A não violência] “abre caminho para diálogos e soluções que a violência só fecha”.

Note-se como as referências ao respeito, à empatia e a outros princípios de conduta cuidadosa (23,4%) como pontos positivos da não violência complementam a ênfase no diálogo:

“Respeito e escuta. Às vezes a gente não consegue se ouvir. É preciso parar e ouvir, mesmo sabendo que vivemos num mundo tão acelerado.”

“A reflexão do cuidar passa por um processo de auto-aprendizagem que faz com que você pense mais nas pessoas do que em si mesmo”.

[A não violência] “gera a possibilidade de escuta de diferentes; a partir disso há convergência entre as pessoas”.

Essas duas categorias (“diálogo, resolução de conflitos, produção de acordos...” e “respeito, empatia, cuidado etc”) têm forte similaridade com as categorias presentes nas atribuições e qualidades do conceito de não violência (como demonstrado no Gráfico 35 à página 107): “Escuta, acolhimento, empatia, compaixão...” e “Diálogo, entendimento e resolução de conflitos”, citadas por 38% e 24,% das organizações, respectivamente.

Já a segunda categoria com maior número de menções representa uma novidade na consideração da não violência pelas OSCs: 32,8% das organizações referem ao “Caráter pedagógico, possibilidade de inovação e construção de outras perspectivas”, isto é, a capacidade da não violência de promover o debate sobre direitos, sobre o lugar da violência, o exame crítico das práticas e dos comportamentos, o autoconhecimento de ativistas e militantes e, além disso, sua capacidade de promover e criar novas perspectivas de ação e de vida em sociedade. A não violência é ***“um exercício de criatividade”***, diz uma pessoa entrevistada. Além disso, ***“a ideia do que é comum fica mais nítida”***, diz outra. A vantagem da inovação é ressaltada:

“Sem violência você consegue construir; você traz as pessoas para um campo de construção, de progressismo.”

[É possível] “refletir por uma sociedade outra e [fazer] a construção de outras elaborações; avançar para rupturas da estrutura”.

Em seguida, e quase na mesma proporção, com 30,7%, as menções ao fortalecimento do engajamento, à mobilização, ao empoderamento social e à democracia enfatizam o caráter de luta política da não violência. ***“O principal ponto positivo é a capacidade de engajar mais gente”*** ou de alcançar ***“mais pessoas e mais nichos de audiência”***, dizem duas pessoas entrevistadas. A não violência assim colabora com o empoderamento das pessoas e, com isso, fortalece também a democracia.

Esses pontos positivos citados pelas entrevistadas também estão associados a outro conjunto de vantagens e benefícios listados na categoria “Aumento do poder institucional, efetividade e impacto” (28,5%), cuja ideia-síntese é a de que a não violência fortalece as organizações e potencializa sua capacidade de incidência e impacto sobre a realidade. As organizações ***“ganham mais apoio da opinião pública”*** pelo recurso a práticas não violentas:

“É mais fácil atrair suporte para a causa que se defende; tende a gerar um engajamento mais duradouro; ajuda a criar um contraste, pois a prática que combate é violenta.”

O componente de segurança também é lembrado pelas organizações (23,4%): a não violência colabora com a preservação da integridade de pessoas e grupos, com a segurança de militantes e ativistas, especialmente por reduzir as chances de mais violência ou criminalização. A não violência também busca a superação da violência e a evitação do dano a outrem (20,4%). A não violência busca ***“garantir que a violência não se perpetue”***, diz uma entrevistada.

A resposta de uma organização enumera e estrutura de forma didática o que entende como vantagens da ação não violenta, numa espécie de síntese das três últimas categorias. Segundo ela, são estes os pontos positivos:

“Não ter risco de implicação criminal; não gerar danos físicos a outrem; maior credibilidade da instituição que pratica a não violência.”

Por fim, cerca de 8,8% das menções associam a não violência às vantagens da “saúde, bem estar e harmonia”, que remetem à “pacificação” e ao acordo resultantes de uma boa solução dos conflitos: o bom clima e a atmosfera saudável estão associados ao que o diálogo pode presumidamente produzir.

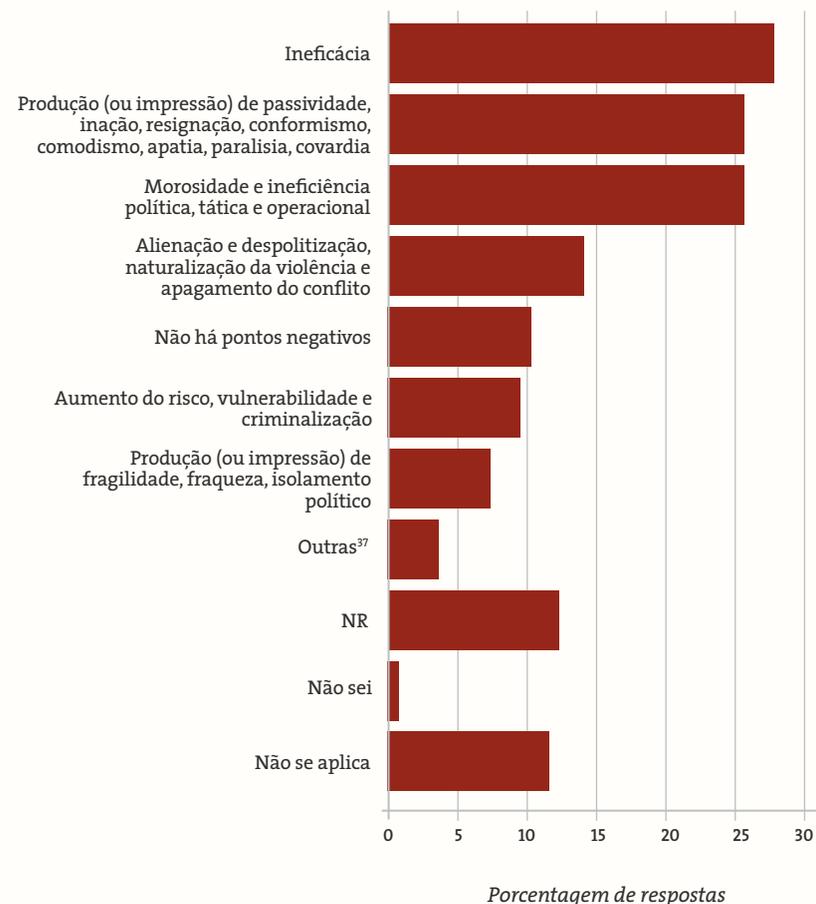
b. Pontos negativos da não violência

O diagnóstico da noção corrente de não violência na sociedade civil brasileira começa a se delinear melhor quando diante da análise crítica que determinadas organizações e lideranças fazem do conceito e de suas práticas. No Gráfico 38 encontra-se o conjunto das categorias de pontos negativos ou desvantagens da não violência, mencionados pela maioria da Amostra abordada pelo Estudo. Diferentemente do que se pode verificar no exame das definições conceituais formuladas pelas pessoas entrevistadas (p. 103) – onde, por exemplo, encontram-se formulações explicitamente negativas ou contrárias à não violência –, nesta seção estão relacionadas as avaliações críticas feitas *também* pelas pessoas ou organizações eventualmente *alinhadas* ou adotantes da ideia de não violência, o que torna os achados coletados ainda mais representativos de uma eventual *visão geral* da não violência no Brasil.

No Gráfico 38, as menções aos pontos negativos estão reunidas em diferentes categorias. Cada organização poderia citar até três pontos negativos. É um dado por si só significativo que o número de pontos negativos (169) levantados seja 58% do volume de pontos positivos (287). Ressalte-se que, além disso, 14 organizações (10,2% da Amostra) disseram *não haver pontos negativos* na não violência.

GRÁFICO 38 Pontos negativos da não violência

Gráfico baseado em respostas múltiplas. Soma dos percentuais ultrapassa 100%. Base: 137 respostas.



Isoladamente, a ineficácia (ou a falta de efetividade e de resultados concretos) é considerada o principal ponto negativo da não violência, por 27,7% das organizações – seja porque a NV não dá conta das ur-

³⁷ Como “dificuldade de estabelecer parâmetros de comparação” ou “não estamos num nível social adequado à não violência” etc.

gências das lutas, seja porque não consegue “produzir fissuras significativas” nem “mudar a correlação de forças”. Se acrescentarmos a esse cômputo uma segunda categoria de desvantagens, com 25,5%, relativa à morosidade e à ineficiência, temos então que volume significativo dos pontos negativos da não violência concernem ao fato de que ela *não funciona* ou tem muita dificuldade de funcionar.

As declarações nesse sentido são explícitas:

“A não violência demora para resolver muitas coisas.”

“Demora e dificuldade em fazer a transformação social.”

“Não poder agir à altura esmaga o emocional das pessoas que são violentadas, alonga o processo de reação, prolonga o processo de juntar forças, o tempo de luta aumenta.”

“Requer mais investimento e planejamento para gerar resultado.”

“Há um limite de eficácia dependendo do contexto e de quais resultados consegue produzir; depende de uma abertura das partes envolvidas, sobretudo da parte conflitante.”

Essa última afirmação não só expõe o limite da eficácia da não violência como diz a qual tipo de não violência está fazendo referência. Outra fala é ainda mais explícita dessa noção de não violência:

“Muitas vezes a gente não vai ter tanta força na realização daquilo que a gente quer, o diálogo praticamente se extingue na resolução de problemas, você tenta dialogar e não consegue.”

Fica evidente então que se trata dos limites do *diálogo*: a não violência sendo entendida fundamentalmente como a ação de conversar, negociar, buscar resolver problemas pelo diálogo. Esses pontos ne-

gativos estão explicitamente associados à versão “dialogica” da não violência – e de fato questionam sua capacidade de mudar a realidade –, mas não se pode concluir que a crítica à ineficácia e à ineficiência se restrinjam apenas a essa versão.

Vejamos outro aspecto. A análise do Gráfico dos pontos negativos nos ajuda a perceber que a quase totalidade das desvantagens atribuídas à não violência concernem a uma *falta de força ou de capacidade de lutar*.

Também em segundo lugar no ranking de menções, com 25,5%, o *não agir* – o exato oposto da luta – é tido como a grande desvantagem da não violência. Os termos usados se sucedem e se complementam, revelando mais e mais camadas do que seriam os prejuízos da não violência: passividade, inação, resignação, conformismo, comodismo, apatia, paralisia, covardia. Causa espanto que, considerando o universo da sociedade civil brasileira, cuja razão de existir se realiza na e para a ação política, isto é, no enfrentamento e na luta, a não violência, que a maioria afirma de alguma forma praticar ou conhecer, esteja associada tão fortemente à passividade e à covardia (termo forte). No entanto, quase a metade dessas menções (12,4%) apontam para a desvantagem de a não violência “parecer”, “ser interpretada como”, “ser confundida com” ou “dar a ideia de” passividade e inação.

Ou seja, para algumas pessoas entrevistadas, a não violência impede reações mais fortes (presumidamente mais eficazes) e ***“inibe ações que poderiam ter resultados significativos”***. Para outra parcela, contudo, “não ser compreendida” e *ser vista como* covardia ou conformismo é que é o verdadeiro problema. O mesmo se aplica à categoria de desvantagens que refere à produção (ou impressão) de fragilidade, fraqueza, isolamento político (com 7,3%). Um ponto negativo de praticar a não violência é *parecer* fraco, frágil ou sozinho.

Outro conjunto de pontos negativos, assinalado por 13,9% das orga-

nizações, é tão depreciativo da não violência quanto a associação com a passividade e a covardia: a ideia de que não violência é ou produz alienação e despolitização, naturalização da violência e apagamento do conflito. As formulações desse ponto são variadas. Uma pessoa afirma que a não violência desconsidera a luta de classes e a legitimidade da violência dos trabalhadores contra a burguesia; outra diz que a não violência **“acaba contribuindo com a lógica de manutenção do sistema, que é opressora”**; outra afirma que a **“não violência é um conceito burguês, racista e classista”**. Buscar suprimir ou minimizar o conflito é outra das referências negativas associadas à não violência.

Por fim, o último conjunto de desvantagens (9,5%) tem a ver com o fato de a não violência propiciar um aumento do risco, da vulnerabilidade e da criminalização de grupos e pessoas:

“A pessoa pode, dentro desse processo de violência, não reconhecer que está sendo violada, permanecer em silêncio.”

“Pode gerar a falsa impressão de que tudo é permitido (por exemplo, racismo, machismo) e pode gerar mais violência de Estado.”

“Um ponto negativo é o julgamento de grupos por adotarem o uso da violência, pois sofrem violência há tempos. Esses grupos não devem ser julgados”.

Neste último conjunto emerge a noção de que a não violência favorece o seu inverso – a violência.

Por fim, 10,2% das pessoas entrevistadas afirmaram não haver pontos negativos na não violência.

PONDERAÇÃO SOBRE PONTOS POSITIVOS E NEGATIVOS

Pode parecer que os pontos negativos levantados pelo Estudo anulem, de forma automática, os pontos positivos apontados: por exemplo, o conjunto de menções que tratam de ineficácia (27,7%) ou ineficiência (25,5%) da não violência em contraste com os 28,5% que dizem perceber aumento de efetividade e poder institucional ou os 30,7% que apontam engajamento, mobilização e empoderamento produzidos pela ideia ou prática da não violência. Nem sempre os aspectos avaliativos incidem sobre os mesmos elementos, ou ainda, sobre a mesma definição de não violência. Muito menos, referem-se à prática efetivamente exercida pelas organizações entrevistadas, mas a uma “ideia” de não violência, ou partes dessa ideia, ou aspectos mais conhecidos da não violência na sociedade brasileira.

O que se torna importante é verificar quais aspectos são tidos como positivos e negativos, não necessariamente a quantidade de cada um deles presente em tal ou qual prática de não violência existente na realidade concreta das organizações (a análise das práticas se dará no Capítulo 6, p. 157). Não foi pedido às pessoas entrevistadas que fizessem um balanço da sua “não violência predileta”, ou que equalizassem os elementos que emergiram durante as entrevistas: mais ou menos diálogo, mais ou menos risco, mais ou menos mobilização ou articulação política, mais ou menos conflito, mais ou menos ataque aos adversários etc.

Pode-se, ao contrário, pensar que tantos os pontos positivos quanto os negativos façam parte constitutivo do mesmo fenômeno e que seja necessário, nas situações concretas, avaliar se a opção pelo diálogo pode produzir impressão de conformismo/covardia ou não, se o método de resolução de conflitos adotado limita as opções de luta ou não, se a preservação da integridade das pessoas pode retardar o sucesso da causa ou não, e o que vale mais a pena e tem mais sentido para as pessoas e organizações. Nesse quadro de vantagens e desvantagens, benefícios e prejuízos, o que parece fundamental é dar atenção aos elementos identificados, pois eles podem, mais adiante, servir de parâmetros para a análise das práticas situadas e reais das lutas concretas.

5.4 Avaliação e posicionamento sobre não violência

As análises feitas até aqui tomaram como referência as definições e ponderações *espontâneas* sobre não violência. A partir deste ponto, a abordagem analítica irá recair sobre as considerações e avaliações feitas pelas organizações diante de *afirmações* e *proposições* provocativas, *pré-definidas* e reveladas durante as entrevistas. Agora, a base de interpretação não é somente um determinado conjunto de *opiniões*, mas um conjunto de *reações avaliativas*; portanto, que considera, como *pressuposto*, a existência de contrastes, contradições, divergências e diferenças de posição entre noções distintas, já conhecidas, de não violência.

a. Afirmações que caracterizam a não violência

Para dar mais parâmetros à análise das noções de não violência empregadas pelas organizações da sociedade civil, instamos as pessoas entrevistadas a avaliar um conjunto de sentenças pré-definidas e a dizer, na opinião delas, quais das afirmações caracterizariam a prática da não violência. O resultado encontra-se sistematizado na Tabela 8 a seguir.

O conjunto das opções mais votadas (as que somam mais do que 70% das menções) corrobora duas perspectivas principais já verificadas anteriormente, a saber: 1) a opção pela não-agressão e a recusa da violência e 2) a busca pelo diálogo, pela resolução dos conflitos e a produção de acordo.

A recusa em ferir alguém (seja de forma física ou de forma psicológica) parece representar o aspecto mais imediatamente associado ao conceito de não violência – o que é de se esperar, devido aos próprios termos e a forma de oposição com que o conceito é formulado. Sete em cada 10 pessoas que responderam à questão tiveram esse entendimento³⁸.

38 A não-agressão física ou a não-agressão verbal caracterizam a NV para 76,6% e 72,2% das pessoas, respectivamente.

TABELA 8 Análise das afirmações que caracterizariam a não violência

Tabela baseada em respostas múltiplas. Soma dos percentuais ultrapassa 100%
Base: 137 respostas.

Quais afirmações a seguir caracterizam a prática da não violência para você?	Nº de menções	Percentual
a. Não machucar ou ferir alguém fisicamente	105	76,6
b. Optar pelo diálogo, convencimento e negociação	100	72,9
c. Não realizar agressões verbais/psicológicas (não xingar, desrespeitar, diminuir, assediar, ser abusivo)	99	72,2
d. Promover a paz e a harmonia entre os povos	96	70
e. Ter as pautas de raça/etnia e gênero como estruturantes da ação política	92	67,1
f. Resistir à opressão e à violência e agir para combatê-la	89	64,9
g. Posicionar-se de forma antagônica a todo tipo de violência, sempre	84	61,3
h. Ter a autodefesa como último recurso, usando a força se necessário para se proteger ou escapar da violência	79	57,6
i. Nunca pegar em armas	77	56,2
j. Evitar o confronto	65	47,4
k. Diante da violência, nunca usar a violência, mesmo que seja preciso sofrer ou se sacrificar	47	34,3
l. Coagir alguém a mudar de atitude apenas como último recurso	32	23,3
m. Vincular a fé e/ou a religião à luta política	20	14,6
NSA	12	8,7
NR	8	5,8

Também é coerente com outros dados a ideia de que a não violência faz opção “pelo diálogo, convencimento e negociação” – segundo lugar, com 72,9% das respostas. Como vimos acima, na abordagem dos pontos positivos e negativos, a maior parcela das organizações (39,4%) acredita que o diálogo e a produção de acordo componham a principal vantagem da prática da não violência pelas organizações.

“Promover a paz e a harmonia entre os povos” recebeu 70% das indicações, a quarta proposição mais votada. Dentre as afirmações é aquela que prevê uma escala mais ampla (quicá geopolítica) dos efeitos da não violência – uma vez que trata de paz “entre os povos”. No entanto, a ênfase em “paz e harmonia” mantém o enquadramento da afirmação dentro dos limites de uma perspectiva já verificada aqui.³⁹

Por outro lado, chama também a atenção a noção de que a não violência tem a ver com resistir, combater e se opor à violência (sentenças “f” e “g” na tabela 8). Entre 61,3% e 64,9% das pessoas entrevistadas apontaram essas afirmações. Temos aqui uma posição explicitamente mais “ativa” da não violência, representada pelos verbos de ação presentes nas formulações. Trata-se, é importante ressaltar, de um viés distinto da mera recusa em praticar a violência.

Na esteira do combate a toda violência, merece destaque também o fato de que 67,1% das organizações consideram que a prática da não violência implica “ter as pautas de raça/etnia e gênero como estruturantes da ação política”.

Por sua vez, “Evitar o confronto” é assinalada por 47,4% das organizações. Esse dado corrobora, em alguma medida, a ideia expressa no rol dos pontos negativos de que a não violência produz ou consiste em passividade, inação ou conformismo (25,5%, cf. p. 121); quase a metade das pessoas entrevistadas identifica, em algum nível, uma

39 Conferir, entre outras, a seção *Pontos positivos da não violência*, p. 116.

tendência da não violência a uma evitação da luta.

A partir deste ponto – a segunda metade da tabela, que mostra as opções menos selecionadas –, começam a emergir dos dados mais as lacunas e discordâncias do que as convicções, levando a análise a considerar também *o que não está dito*, numa espécie de visão em negativo. É curioso como se destacam aqui algumas ambiguidades e paradoxos.

Analisando as opiniões referentes à sentença “l”, constata-se que apenas 23,3% acreditam que a não violência busca *coagir alguém apenas como último recurso*. Se verificarmos a outra face dessa informação, excluindo quem não respondeu (14,6%), temos então que 62% das pessoas entrevistadas não entendem assim. O que esse contingente significativo de pessoas quer manifestar com essa posição? Aprovam a coação como recurso político – e refutam a afirmativa porque ela condiciona o uso da coação “apenas” em “último” caso, ou seja, entendem que a coação faz parte do repertório da não violência? Ou simplesmente não aprovam a coação como recurso, em qualquer circunstância? Não é possível inferir, de modo conclusivo, os sentidos dessas respostas com os dados disponíveis até aqui.⁴⁰

Uma apreciação mais atenta e comparativa de outras afirmações constantes da lista (nas quais a ideia de não-agressão volta a aparecer) permite verificar desde já posições mais nuançadas e até eventuais “contradições”.

Por exemplo, embora a recusa da violência esteja no topo da tabela, essa caracterização da prática da não violência pela ideia de não-agressão (de longe, a opinião hegemônica) *não é absoluta*, pois (e aqui recorreremos às sentenças ainda não mencionadas):

40 No cap. 6, p. 157, em especial p. 181, é possível ver que a prática da “pressão/coação” é refutada por 43,5%, sendo “aprovada” por 27% e recebendo “aceitação condicionada” de 24,1% das organizações. Como se verá mais adiante, parece haver uma tendência de recusa à coação devido à sua natureza presumidamente violenta.

- 57,6% acreditam que a autodefesa e o uso da força quando necessário para se proteger da violência são atitudes válidas; (sentença h)
- A sentença “k”, que estabelece a postura de “nunca usar a violência, mesmo que seja preciso sofrer ou se sacrificar”, foi indicada por 34,3% das organizações (a terceira menos escolhida); subtraindo aquelas que não responderam à questão (14,6%), restam 51% que não selecionaram a afirmação como caracterizadora da não violência; se não é possível afirmar que essas organizações admitem a ideia de “usar a violência”, pelo menos colocam em xeque a noção de que a não violência seja válida em todas as circunstâncias; e, ainda,
- 29,1% não afirmam que “nunca pegar em armas” caracterize a não violência; importante enfatizar que isto não significa que, para essas pessoas, “pegar em armas” seja uma opção válida, mas sinaliza que essa ideia não tem relação automática com a não violência (o que, num primeiro momento, revela-se contraditório com a noção corrente do que seja a não violência⁴¹).

Esses três pontos sugerem a ideia de que pelo menos uma parcela significativa das organizações, embora concordem em ver a não violência como recusa da violência física ou verbal, não admitem essa opção para todos os casos.

Por fim, ao contrário do que pode sugerir a visão da não violência como a prática cristã de “oferecer a outra face”, apenas 14,6% das organizações viram na não violência algum vínculo entre fé ou religião com a prática política – essa sendo a menos assinalada entre todas as possíveis caracterizações apresentadas na tabela.

41 Conferir seção “d”, p. 106, sobre os atributos e qualidades da NV, segundo as próprias organizações.

AMBIGUIDADES E “CONTRADIÇÕES”

Alguns cruzamentos entre as respostas dadas sobre as afirmações que caracterizariam a não violência podem revelar outras pistas valiosas para uma reflexão sobre a visão que as OSCs têm da não violência.

55,2% (58 pessoas, o que representa 42,3% da Amostra) dos que responderam que não violência é “não machucar e ferir alguém” (letra a) não fizeram o mesmo com a opção de “diante da violência, nunca usar a violência e se sacrificar” (letra k), ou seja, mais do que o contingente de 47 pessoas que assinalaram a sentença. Em suma, se “não ferir” caracteriza a não violência para essas pessoas, definitivamente a opção pelo sofrimento ou o sacrifício, não.

A comparação entre a escolha pela opção de “não ferir” e “nunca pegar em armas” exhibe outro exemplo de “ambiguidade”: 26,6% (28 organizações, um quinto do total da Amostra) das pessoas que assinalaram a primeira opção não assinalaram a segunda, isto é, evitaram entender “nunca pegar em armas” como característico da não violência.

Das 105 pessoas que optaram pela ideia de “não ferir”, 76 validaram também o postulado da “autodefesa como último recurso”; ou seja, 72,4% (55,5% do total da Amostra) das pessoas concordam com as duas opções⁴² – mais uma vez, um sinal de possível “relativização” da não-agressão manifestado aqui.

Numa outra perspectiva, o cruzamento entre uma afirmação que ocupa o alto da tabela – “b. Optar pelo diálogo, convencimento e negociação” – e outra que ocupa um lugar entre as menos escolhidas – “j. Evitar o confronto” – pode trazer indicações de outro tipo de ambiguidade. Em primeiro lugar, uma evidência: todas as 65 pessoas que viram a evitação do confronto como característica da não violência também escolheram a opção pelo diálogo. Ou seja, igualmente associam o caráter dialógico e negociador da não violência com sua fuga do enfrentamento. Por outro lado, parte significativa das organizações que afirmam o diálogo – 35% (equivalente a 25,5% do total da Amostra) – passaram longe da opção “j”. Para essas, uma postura talvez não tenha nada a ver com outra.

42 Como se verá na seção 6.3, p. 173, a autodefesa é, ainda, a segunda prática mais aprovada pelas organizações, só perdendo para o “Resgate de pessoas ou animais”. Seu índice de reprovação foi de apenas 4,3% das pessoas entrevistadas.

GRÁFICO 39 Avaliação de concordância/discordância de afirmativas sobre não violência

	Concordância ⁴³	Neutro ⁴⁴	Discordância ⁴⁵	Abstenção ⁴⁶
a. Os principais métodos da não violência são a comunicação não violenta, o diálogo e a negociação.	72,8%	4,4%	7,4%	15,4%
b. Numa situação de conflito, é preciso esgotar todas as possibilidades de acordo, negociação e diálogo antes de tomar uma atitude mais radical.	70,6%	8,1%	5,9%	15,4%
c. A não violência é uma estratégia e/ou uma tática eficaz para causar mudança.	58,8%	19,9%	5,1%	16,2%
d. A ação política precisa usar todos os meios não violentos disponíveis para atingir o seu objetivo (desde a negociação até a coerção não violenta).	55,9%	12,5%	16,2%	15,4%
e. A autodefesa é um elemento incondicional da não violência.	44,1%	19,9%	15,4%	20,6%
f. A única situação aceitável de uso da violência é em legítima defesa, em tudo mais é possível lançar mão da ação não violenta.	42,6%	19,9%	19,9%	17,6%
g. A não violência é eficaz para causar alguma mudança, mas não é suficiente para alterar a estrutura da sociedade: nesse caso, só uma ação violenta poderia alcançar esse objetivo.	26,5%	16,2%	38,9%	18,4%
h. Desde que não haja violência física, todas as formas de ação são válidas.	25%	17,6%	41,2%	16,2%
i. Não é possível fazer revolução através da não violência.	25%	11,8%	44,8%	18,4%
j. A não violência é um instrumento de domesticação da prática política da sociedade civil.	14,7%	22,1%	47,8%	15,4%
k. A não violência é uma postura ineficaz frente às estruturas de opressão e violência.	14%	15,4%	54,4%	16,2%

43 Concordância reúne as opções “Concordância total” e “Concordância parcial”

44 Neutro representa a opção “Nem discordância nem concordância”.

45 Discordância reúne as opções “Discordância total” e “Discordância parcial”.

46 Abstenção reúne as opções “Não respondeu” e “Não sabe”.

b. Grau de concordância com algumas proposições sobre não violência

O exercício de reflexão sobre as questões acima foi intensificado pelas organizações quando solicitadas durante as entrevistas a se posicionarem sobre algumas proposições sobre a não violência, arrematando, assim, uma espécie de quadro geral do entendimento do conceito. Onze afirmativas, com diferentes graus de complexidade, foram avaliadas pelas pessoas entrevistadas conforme o grau de concordância com o seu conteúdo. O resultado está apresentado no Gráfico 39. Para facilitar a leitura, a ausência de avaliação (que compreende as categorias “Não respondeu” e “Não sabe”) está agrupada sob o título “Abstenções”.

Antes de continuar a análise do que esses pontos iluminam, é preciso

fazer dois comentários sobre os desafios metodológicos desta seção do Estudo. É certo que alguns dos termos usados na construção de cada sentença influenciaram o grau de concordância das pessoas entrevistadas em relação a cada uma das formulações. Propositalmente, desde a origem, algumas das palavras empregadas nas afirmações apontavam para (ou representavam em si mesmas) *problemas ou questões* com os quais cada pessoa, antes de respon-

der, deveria se confrontar. Isso não ocorreu na maior parte das afirmações, mas está presente de forma explícita, por exemplo, na frase que diz que “A única situação aceitável de uso da violência é em legítima defesa, em tudo mais é possível lançar mão da ação não violenta”. O caráter peremptório da sentença, que acentua a excepcionalidade da condição de legítima defesa (marcada pelos adjetivos “única” e “aceitável” e pela expressão “em tudo mais”, com ênfase em “tudo”), estabelece uma dúvida e um dilema que exigem solução rápida. Isso pode ter levado a um aumento das escolhas individuais pela concordância

CONCORDÂNCIA TOTAL
E PARCIAL PODEM
INDICAR “DISPOSIÇÃO
DE CONCORDÂNCIA”;
O MESMO VALE PARA
VERIFICAR A “DISPOSIÇÃO
DE DISCORDÂNCIA”

parcial ou pela discordância parcial. O mesmo se pode dizer da afirmativa “d” que diz que “a ação política precisa usar todos os meios não violentos disponíveis”, até mesmo a “coerção não violenta”. A ideia de “coerção” para algumas pessoas soa como violenta, o que teria levado, portanto, a uma avaliação ponderada dessa afirmação.

Por conta dessas variações, uma das maneiras de extrair os *inputs* deste tópico é considerar, em seu conjunto, a concordância total e a concordância parcial como indicativas de uma *disposição de concordância* com a afirmativa, o mesmo se aplicando ao conjunto discordância total/discordância parcial como *disposição de discordância*. É bem marcado o limiar entre concordância e discordância; por isso, poderemos seguir neste caminho sem medo de cometer equívoco grave.

Nesta linha, as afirmações que ganharam a concordância da maioria das pessoas entrevistadas são:

Primeiro bloco

a. Os principais métodos da não violência são a comunicação não violenta, o diálogo e a negociação. (72,8%)

b. Numa situação de conflito, é preciso esgotar todas as possibilidades de acordo, negociação e diálogo antes de tomar uma atitude mais radical. (70,6%)

Segundo bloco

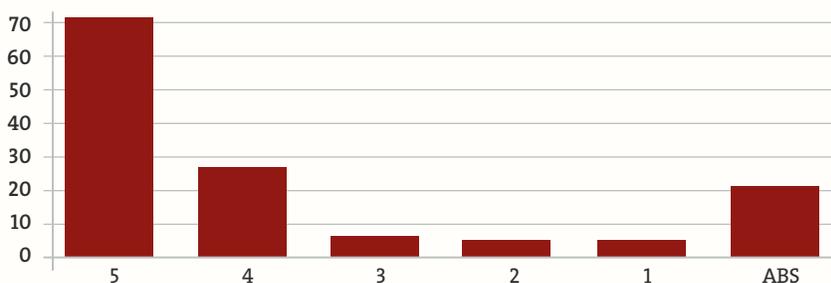
c. A não violência é uma estratégia e/ou uma tática eficaz para causar mudança. (58,8%)

d. A ação política precisa usar todos os meios não violentos disponíveis para atingir o seu objetivo (desde a negociação até a coerção não violenta). (55,9%)

Mais uma vez, emerge das respostas a relação direta que se estabelece entre a não violência e a perspectiva de resolução do conflito pelo diálogo e pela negociação. O resultado de caráter amplamente majoritário é taxativo. A diferença numérica entre a primeira e a terceira sentença, de 14 pontos percentuais, é considerável. Para a maioria das pessoas, a não violência é eficaz para causar mudança, mas essa ideia (com seus 58,8% das preferências) não recebe a mesma adesão entusiasmada das primeiras sentenças (daí a divisão acima entre primeiro bloco e segundo bloco de majoritárias). A diminuição da tendência de concordância é ainda maior quando analisada a quarta afirmativa mais votada: “apenas” 55,9% aprovam a ideia de que é preciso usar todos os meios disponíveis na ação política (inclusive a coerção não violenta, como mencionamos acima). Para o conjunto da Amostra das OSCs brasileiras parece então não haver dúvida: se há algo com o que as pessoas entrevistadas concordam é que não violência é *negociação e diálogo*.

GRÁFICO 40 Concordância/discordância (sentença “a”) – Número de respostas

a. Os principais métodos da não violência são a comunicação não violenta, o diálogo e a negociação.



5	Concordância total
4	Concordância parcial
3	Nem discordância nem concordância
2	Discordância parcial
1	Discordância total
ABS	Abstenção

GRÁFICO 41 Concordância/discordância (sentença “b”) – Número de respostas

b. Numa situação de conflito, é preciso esgotar todas as possibilidades de acordo, negociação e diálogo antes de tomar uma atitude mais radical.

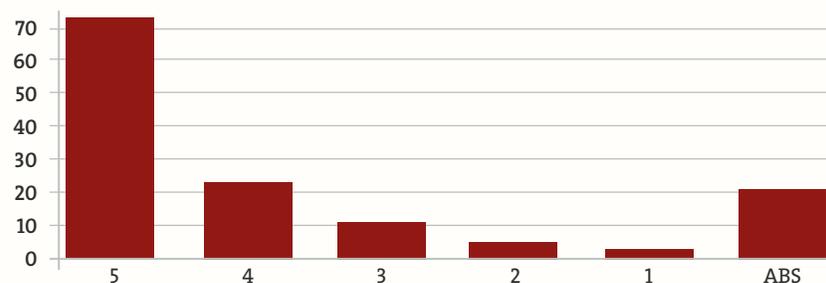


GRÁFICO 42 Concordância/discordância (sentença “c”) – Número de respostas

c. A não violência é uma estratégia e/ou uma tática eficaz para causar mudança.

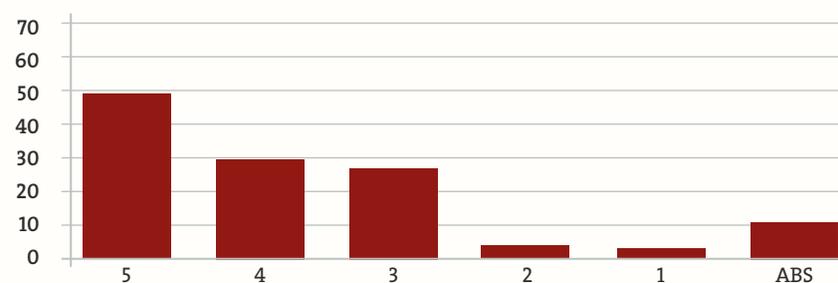
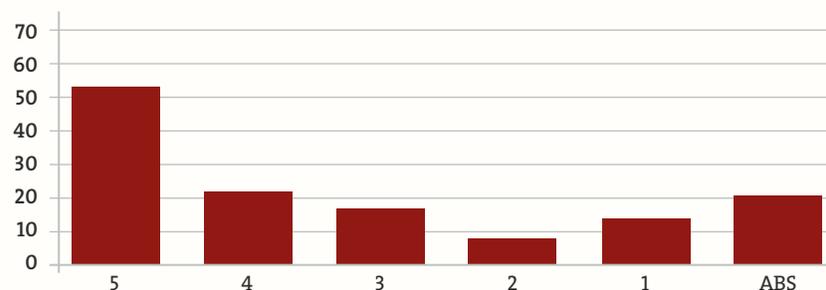


GRÁFICO 43 Concordância/discordância (sentença “d”) – Número de respostas

d. A ação política precisa usar todos os meios não violentos disponíveis para atingir o seu objetivo (desde a negociação até a coerção não violenta)



Os dados mostram que há também concordância das organizações, embora em menor grau, com as ideias de autodefesa como elemento da não violência e de que só é aceitável o uso da violência em legítima defesa (44,1% e 42,6% respectivamente). Como se trata de um tema controverso (pelo menos no que se depreende dos dados), a restrição ao uso da violência em legítima defesa não recebe a mesma intensidade de adesão.

GRÁFICO 44 Concordância/discordância (sentença “e”) – Número de respostas

e. A autodefesa é um elemento incondicional da não violência.

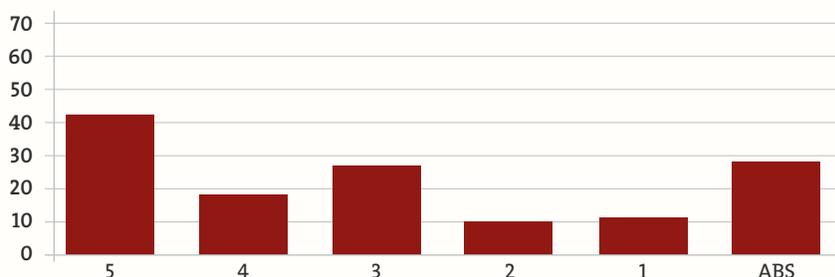
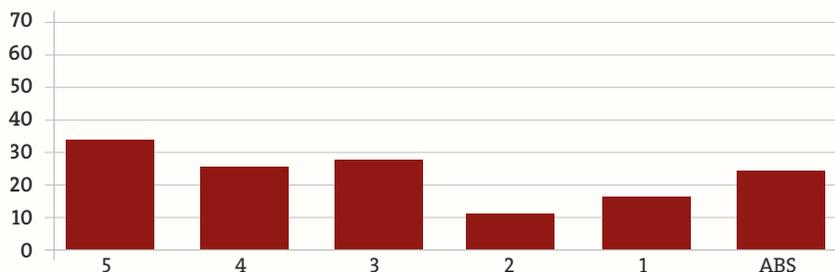


GRÁFICO 45 Concordância/discordância (sentença “f”) – Número de respostas

f. A única situação aceitável de uso da violência é em legítima defesa, em tudo mais é possível lançar mão da ação não violenta.

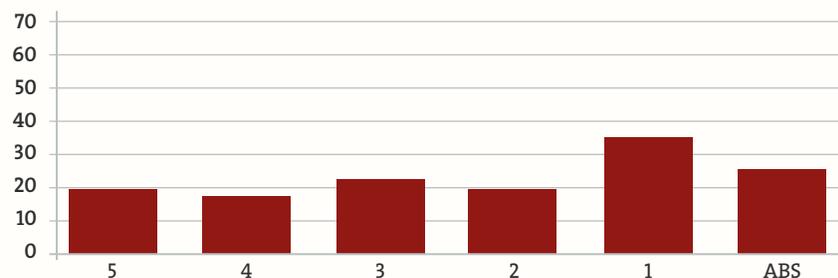


Continuando a série de resultados, a partir daí sobressaem-se as discordâncias. A afirmativa que recebeu o maior grau de *oposição*, a única com a maioria absoluta das menções (maior do que a soma de todas as outras alternativas), 54,4%, pontifica que “A não violência é uma postura *ineficaz* frente às estruturas de opressão e violência.” Essa afirmativa também obteve o *menor* índice de concordância; e é o contra-argumento que reforça, por sua vez, uma das frases campeãs de aceitação positiva (sobre a *eficácia* da não violência para causar mudança). Tem-se então que a maior parte das pessoas entrevistadas entende que a prática da não violência tem, sim, a capacidade de enfrentar as estruturas de opressão e de violência.

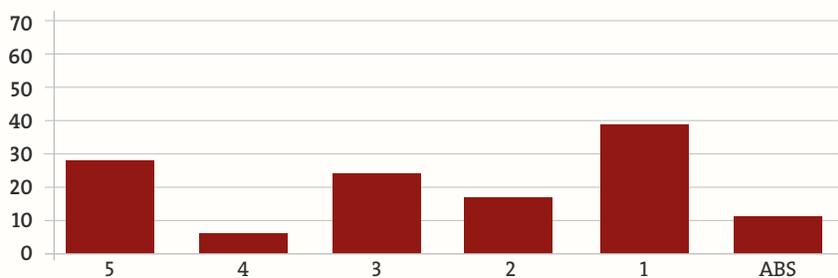
A pretensa ineficácia da não violência é posta em xeque uma segunda vez pelas pessoas entrevistadas. Elas refutaram a afirmativa “Não é possível fazer revolução através da não violência”, com 44,8% de disposição de discordância em suas avaliações. Em menor grau, também com discordância acima do nível de concordância, optaram uma terceira vez pela refutação da presumida ineficácia da não violência ao discordar (38,9%) da afirmativa “A não violência é eficaz para causar alguma mudança, mas não o suficiente para alterar a estrutura da sociedade: nesse caso, só uma ação violenta poderia alcançar esse objetivo”. Esta última frase, mais complexa e que apresenta em sua formulação um certo gradiente de intensidade de mudança, marca o limite entre as ideias que receberam adesão da maioria e as ideias que receberam maior reprovção. É a primeira a receber mais discordância do que concordância, embora o contraste entre as posições diferentes se apresente menor e mais fluido. De todo modo, a tendência da maior parte das pessoas entrevistadas permanece bem marcada neste pequeno recorte da análise: elas recusam a noção de que a não violência não dá conta do enfrentamento dos problemas estruturais.

GRÁFICO 46 Concordância/discordância (sentença “g”) – Número de respostas

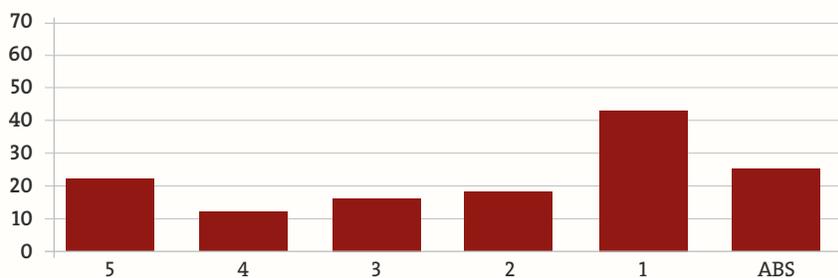
g. A não violência é eficaz para causar alguma mudança, mas não o suficiente para alterar a estrutura da sociedade: nesse caso, só uma ação violenta poderia alcançar esse objetivo.

**GRÁFICO 47** Concordância/discordância (sentença “h”) – Número de respostas

h. Desde que não haja violência física, todas as formas de ação são válidas.

**GRÁFICO 48** Concordância/discordância (sentença “i”) – Número de respostas

i. Não é possível fazer revolução através da não violência.



A segunda maior discordância, com 47,8%, mais de 30 pontos percentuais acima do nível de concordância, mas que não atinge a maioria absoluta das respostas, refere à não violência como um instrumento de “domesticação” da prática política das organizações. A ideia de “domesticação” – que aparece como “alienação, despolitização”, entre outras manifestações, dentre os pontos negativos citados pelas pessoas entrevistadas, conforme vimos na seção 5.3(a) – obteve apenas 14,7% de concordância. O conjunto das organizações, ao discordar do conteúdo da afirmativa, parece postar-se em defesa da não violência como fortalecedora da sociedade civil, e não o contrário.

Por fim, convém analisar a sentença restante: “Desde que não haja violência física, todas as formas de ação são válidas.”, que recebeu o total de 41,2% de notas discordantes (mas 25% de aprovações). Tudo indica aqui – uma hipótese – que a qualificação da violência aplicada, no caso, a “física”, tenha levado à sua desaprovação, uma vez que as violências verbal e psicológica são formas conhecidas e cotidianas de violência que não se pode desconsiderar, notadamente em razão dos debates e lutas atuais referentes à violência de gênero.

GRÁFICO 49 Concordância/discordância (sentença “j”) – Número de respostas

j. A não violência é um instrumento de domesticação da prática política da sociedade civil.

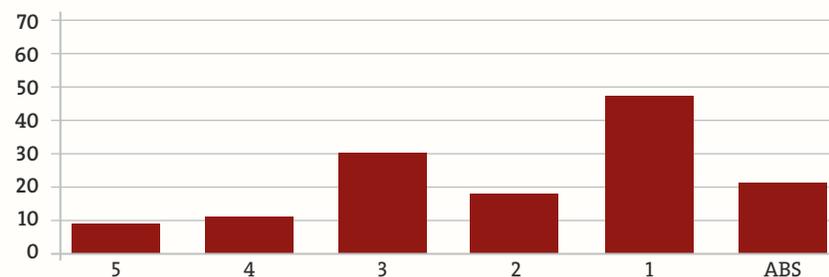
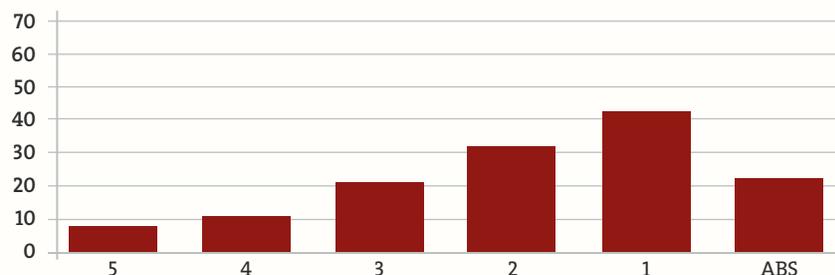


GRÁFICO 50 Concordância/discordância (sentença “k”) – Número de respostas

k. A não violência é uma postura ineficaz frente às estruturas de opressão e violência.



O exame do conjunto das avaliações das afirmativas exhibe ainda algumas curiosidades, que merecem destaque:

- o maior índice de abstenção, 20,6%, refere à afirmação sobre a autodefesa como elemento incondicional da não violência – conferir Gráfico 39 (p. 132);
- a menor discordância, 5,1%, se deu em relação à ideia da não violência como estratégia ou tática eficaz para causar mudança (uma sentença que teve a terceira maior validação);
- as duas afirmativas acima também tiveram as segundas maiores taxas de avaliação indefinida (nem concordo nem discordo), 19,9% das pessoas;
- 19,9% também é o número de quem nem concorda nem discorda com a frase sobre a única situação aceitável de uso da violência: a legítima defesa;
- a maior indefinição, 22,1%, se dá quanto à ideia de “domesticação da prática política da sociedade civil”, embora a maioria (47,8%) tenha refutado a ideia e 14,7% tenham concordado.

Esses resultados demonstram, no mínimo, que há insuficiência de debate público mais aprofundado sobre os temas da autodefesa e do exercício legítimo da violência e, numa outra perspectiva, que o alerta sobre a “domesticação” não pode ser rapidamente descartado.

5.5 A relevância do debate sobre não violência

A maioria das organizações consultadas, ao final da entrevista, considerou “muito relevante e urgente” o debate sobre a não violência para a prática do ativismo e da militância: 49,6%. Outras 35% consideraram esse debate “relevante”. Um percentual pequeno (11,6%) entendeu que tem apenas “alguma relevância” e somente 1,4% não vê relevância na discussão do tema no atual momento. 0,7% não responderam e 1,4% não sabiam responder.

As justificativas dessas respostas (na forma de comentários livres) reforçam ou enfatizam algumas das questões já apontadas nesta seção e que serão debatidas, com outro nível de profundidade, nas páginas seguintes.

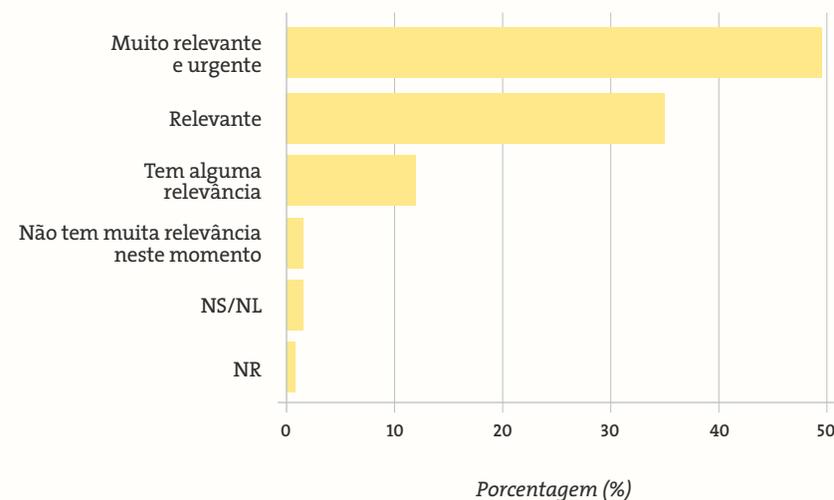
GRÁFICO 51 Relevância do debate sobre NV

TABELA 9 *Comentários sobre a relevância do debate sobre não violência*
Tabela baseada em respostas múltiplas. Soma dos percentuais ultrapassa 100%
Base: 137 respostas.

Comentários sobre relevância do debate	Nº de menções	Percentual
Afirmção da relevância (genérica)	60	43,8
Necessidade de pensamento estratégico	20	14,6
Importância devido ao contexto de violência	19	13,9
Reflexão sobre contraviolência e uso legítimo da força	15	10,9
Avaliação crítica da não violência	10	7,3
Compreensão do fenômeno da violência	10	7,3
Diálogo e comunicação	8	5,8
Amadurecimento, autoconhecimento, paz	5	3,6
Outras	5	3,6
NR	6	4,4

Conforme mostra a Tabela 9, a maior parte das pessoas entrevistadas (43,8%) apenas indicou, de forma genérica, a necessidade de mais debate sobre tema da não violência. Esses comentários apontam para a urgência da discussão e tocam essencialmente em dois pontos: a) o posicionamento contra a violência e pelo combate a toda violência; e b) a ênfase na aprendizagem das diferentes práticas que se pode utilizar para avançar nas lutas.

Por sua vez, 14,6% das pessoas enfatizaram, de forma explícita, a im-

portância de pensar estrategicamente sua ação política – e como a perspectiva da não violência pode contribuir para tanto.

Outras 13,9% reforçaram a necessidade do debate sobre não violência especialmente num contexto político de polarização e violência, como era o ano de 2022, em que foi concluída a fase de coleta de dados deste Estudo, quando Jair Bolsonaro ainda aparecia como presidente da República do Brasil.

A necessidade de compreender (ou justificar) a contraviolência das classes e populações oprimidas, de saber diferenciar a natureza da reação de força e de ponderar sobre a efetividade e necessidade da violência em alguns momentos ou contextos foi objeto de 10,9% dos comentários livres das pessoas entrevistadas.

O debate sobre não violência é importante para 7,3% das pessoas por permitir realizar críticas diretas ao conceito e à prática da não violência, desde as mais “brandas” – como dizer que existem temas mais relevantes e urgentes (“*porque vejo que temos de combater a fome*”) e que um debate desse tipo seria “paralisador” para a militância – até as mais contundentes, que afirmam, por exemplo, que “*a não violência é uma estratégia do opressor*” e de que não passa de um fetiche.

O mesmo percentual de pessoas, 7,3%, abordou o quanto o debate sobre a não violência contribui para se compreender a natureza da violência (em suas várias manifestações, inclusive a violência estrutural) e pensar sobre as melhores formas de realizar o seu enfrentamento.

Outros 5,8% mantiveram a referência à importância da comunicação e do diálogo; 3,6% ligaram o debate a questões relativas ao autoconhecimento, amadurecimento coletivo e pessoal e paz; 3,6% deram outras respostas; e 4,4% não comentaram a questão.

Alguns dos comentários merecem destaque aqui, uma vez que ilustram bem, não só os pontos tratados nesta seção, como outros aspectos que foram e serão abordados ao longo deste relatório:

“No momento não é como se estivéssemos super-estruturados e organizados e o problema seja uma discussão de caminhos (ser violento ou não). Há coisas mais importantes e urgentes para o ativismo no Brasil hoje.”

“Estamos chegando num ponto em que não sabemos até quando a atuação não violenta será suficiente. Mas a não violência é relevante para a gente não gerar mais violência.”

“Saber a linguagem da violência pode facilitar o trabalho em alguns territórios.”

“É um debate importante, mas precisa ser atualizado ou complexificado, se levarmos em consideração as próprias referências de violência que temos. Existe um descompasso entre o que pode ser considerado ativismo violento e não violento. Parece que há barreiras que impedem a compreensão do próprio ativismo, e por isso, há um curto-circuito do próprio entendimento do que pode ser não violento ou violento nesse campo”

“A não violência é relevante e urgente no sentido de munir as organizações, coletivos e movimentos de ferramentas não violentas e uma maior capacidade de mobilização necessária a estas estratégias, a exemplo do processo de independência da Índia e a luta pelos direitos civis nos EUA.”

“O campo progressista de alguma forma dominava as práticas de ação política não violenta, até meados de 2013/14, quando a extrema direita começou a usar táticas não violentas com mais sucesso. Aí eu sinto que o campo progressista abriu mão dessas práticas e está na inação. É muito urgente que voltemos a debater, atuar e se posicionar de maneira não violenta.”

5.6 As diferentes visões de não violência e seus elementos constitutivos

Considerando o conjunto das informações sistematizadas acima – que reúne desde as formulações originais das pessoas entrevistadas sobre o conceito de não violência até sua avaliação de concordância com afirmativas pré-definidas –, pode-se afirmar que há pelo menos duas perspectivas diferentes, bem delineadas, da noção e da prática da não violência, segundo esta Amostra da sociedade civil brasileira. Importante lembrar que essas duas perspectivas concernem à visão que as organizações têm da *ideia* de não violência e, é sempre preciso reforçar, não da *prática* efetiva (não violenta ou não) que essas organizações exercem na realidade concreta. Portanto, temos aqui duas visões de não violência.

São elas:

1. **uma perspectiva empática/conciliatória** – que se baseia na escuta, no diálogo e na resolução de conflitos pela via da produção de acordos; e
2. **uma perspectiva pragmática/antagonista** – que se orienta pela consecução dos objetivos políticos e enfrentamento dos conflitos, ainda que na impossibilidade de acordo ou na condição crítica do *impasse*.

Essas duas perspectivas se estabelecem por uma necessidade didática de sistematizar e apresentar os achados do Estudo e buscam organizar – ao abrigar e reunir vieses similares, próximos e complementares – premissas e expectativas, valores e projeções que se combinam e se retroalimentam. Ainda que possam ser errôneos, equivocados, mal fundamentados ou falaciosos, tais vieses conformam essas visões – e não se trata aqui de buscar criticá-los ou combatê-los, mas de identificá-los e de fazer o seu registro.

Também é essencial enfatizar que, como em todo processo de classificação e construção de categorias, há sempre um componente arbitrá-

rio na definição dos limites de cada fenômeno. Dentre as acepções de não violência usadas pela sociedade civil brasileira, há diversos casos em que as duas visões apresentadas aqui se fundem e se entrelaçam. Podemos pensar nelas, aliás, como dois momentos de um mesmo *continuum* ou como duas circunstâncias específicas de uma dinâmica que não cessa de se transformar ao sabor dos movimentos da história. Há, portanto, intersecções, combinações, superposições, zonas de sombra e lacunas no âmbito e entre as duas visões; contudo, assim delineadas e ainda que esquemáticas, elas podem servir de base para o início da reflexão necessária sobre a não violência e as práticas políticas no Brasil.

O elemento que distingue, circunscreve e separa as perspectivas empática/conciliatória e pragmática/antagonista da não violência parece ser a *natureza da abordagem do conflito*, mais especialmente, os limites dessa abordagem e os modos de encarar o *transbordamento* do conflito.

a. A perspectiva empática/conciliatória da não violência

Os elementos que justificam a configuração dessa visão estão relacionados a seguir:

- “Os principais métodos da não violência são a comunicação não violenta, o diálogo e a negociação.” Essa afirmativa é, entre todas, a que mais conta com a concordância do conjunto das pessoas entrevistadas no Estudo: 72,8%.
- Também aparece com forte destaque a noção de que a não violência faz opção “pelo diálogo, convencimento e negociação” – que recebeu 72,9% das indicações – como sendo o elemento caracterizador da prática da não violência (só perdendo para a ideia de “não machucar ou ferir alguém fisicamente”).
- Dentre os Pontos Positivos da não violência elencados pela Amostra, “Diálogo, resolução de conflitos, produção de acordo, pacificação” foi o conjunto com o maior percentual de menções (39,4%). Adicionalmente, as menções referentes a “Respeito, empatia, cuidado,

comunicação não violenta, valores e princípios” (23,4%) completam as vantagens atribuídas à não violência como referindo ao diálogo e construção de acordo.

- A ideia de que a não violência é um “princípio de conduta ou valor”, defendida pela maioria (62,7%) das definições de não violência produzidas pelas pessoas entrevistadas reforça a perspectiva da empatia e do diálogo.
- Também as *qualidades* da não violência – “Escuta, acolhimento, empatia, compaixão, compreensão, cuidado” (38%) e “Diálogo, entendimento, resolução de conflitos” (24,8%) – pressupostas nessas definições de não violência apontam para um mesmo viés.
- Para concluir, o *ponto de chegada* pressuposto nas definições de não violência elaboradas pelas entrevistadas também crava o “acordo, empatia, boa convivência” como o horizonte final da não violência: primeiro lugar em número de menções (48,2%, empatado com a ideia de “manutenção da integridade e da alteridade, fim da violência”).
- Pode-se incluir nesse cômputo também as menções residuais a “virtudes e sentimentos cívicos” (qualidades da não violência), “saúde, bem estar e harmonia” (pontos positivos), entre outras.

Essa perspectiva é constituída de três ideias-força, amplamente mencionadas nas entrevistas em suas diversas manifestações: a) o que se pode denominar de *escuta empática*; b) o diálogo e c) a resolução do conflito pelo acordo.

A escuta empática parte da premissa de que grande parte dos conflitos é gerada pela *incompreensão* entre os sujeitos, devido a problemas de comunicação em grande medida provocados pela ausência de empatia, isto é, pelo fato de uma pessoa não se colocar no lugar de outra, de não ter sensibilidade para entender as razões e necessidades de outra pessoa. Ideias como compaixão, compreensão, cuidado e acolhimento,

mencionadas nas entrevistas, referem a essa necessária disposição afetiva para ouvir e sentir o que o outro tem a dizer. A chamada “comunicação não violenta” – prática que ganhou nos últimos anos muitos adeptos no Brasil – influencia em grande medida essa perspectiva. A não violência **“é sutileza e cuidado na relação com o outro”**, como diz uma entrevistada, numa síntese dessa abordagem. Outra entrevistada talvez explicita melhor: **“não violência é resolver conflitos sem ataque.”**

A escuta é o pré-requisito para o segundo pilar da visão empática/conciliatória da não violência: o *diálogo*. Segundo essa perspectiva, é pela conversa que eventuais conflitos podem ser superados: as partes podem expor suas justificativas e interesses (devidamente processados pela empatia e pela compaixão), podem influenciar-se mutuamente e, no final, chegar ao entendimento. O elemento capaz de produzir o entendimento é o próprio diálogo. Como diz uma pessoa entrevistada, **“A não violência é a forma de atuação que busca considerar as causas que geram atrito e divergência e endereçar de modo que as partes se sintam contempladas”**. Trata-se, portanto, o diálogo de um processo-chave da não violência, o *locus* privilegiado da ação política, onde os problemas podem ser resolvidos.

O convencimento, a negociação, eventualmente a troca de posição são operações essenciais. É isso o que significaria “endereçar” a conversa “de modo que as partes se sintam contempladas”. Chega-se então, como consequência, ao terceiro pilar dessa visão, que parece ser o resultado quase inescapável dos dois processos anteriores: as partes chegam a um entendimento. O *acordo*, com base nessa visão, parece ser produzido de forma voluntária e compartilhada pelas partes. Daí a noção de *conciliação* de interesses. A divergência se torna superada pela conciliação.

Ainda que alertas possam ser dados quanto às dificuldades do processo – como quando se aponta a não violência como a **“capacidade de avançar na pauta a partir do diálogo, do convencimento, do exemplo, respeitando a interlocução, mas sem abrir mão de nossos princípios e nossa dignidade”** (grifo nosso) –, o ponto-chave dessa perspectiva é a conciliação. A conciliação é essencial para o entendimento. E o entendimento é o que suplanta e *encerra* o conflito.

b. A perspectiva pragmática/antagonista da não violência

Os elementos que conformam essa segunda visão de não violência, na qual a noção de “luta política” aparece com nitidez, são os seguintes:

- **“A não violência é uma estratégia e/ou uma tática eficaz para causar mudança” e “A ação política precisa usar todos os meios não violentos disponíveis para atingir o seu objetivo (desde a negociação até a coerção não violenta)”** estão entre as quatro afirmações que mais receberam a adesão de concordância da maioria das organizações entrevistadas (58,8% e 55,9%, respectivamente), atrás somente das que se referem ao diálogo e à negociação. Aqui é relevante a presença dos termos “estratégia”, “tática”, “causar mudança”, “ação política” e “coerção não violenta”.
- A ideia de que “resistir à opressão e à violência e agir para combatê-la” caracteriza a não violência (citada por 64,9% das pessoas) aponta para uma perspectiva presumida de *luta*. Do mesmo modo, outras afirmações indicam essa mesma direção, como a de ter “etnia/gênero como estruturantes da ação política” (67,1%), entre outras.
- Outros dados, ainda que vistos em negativo, explicitam a opção pelo antagonismo. “Evitar o confronto” não é tido pela maioria das pessoas como constitutiva da não violência (embora haja 47,4% de pessoas que entendem assim).
- O grau significativo de concordância (44,1%) com a ideia de auto-defesa é outro indicativo da admissão da perspectiva antagonista.
- Dentre os Pontos Positivos da não violência, destaca-se com 30,7% das menções (terceiro mais citado) o conjunto que aponta “Engajamento, mobilização, comunicação e articulação política, empoderamento social e democracia” como elementos decisivos da não violência. Outro conjunto de vantagens citadas – “Aumento do poder institucional, efetividade e impacto” das organizações

ou das lutas – revela de forma explícita a dimensão pragmática da não violência (com 28,5%).

- “Resistência, luta, ação política e engajamento” são *qualidades* atribuídas à não violência com o segundo índice de menção (42,3%), só perdendo para “Preservação da autonomia, da dignidade, da integridade física e psicológica” (43,1%). “Defesa de direitos, justiça, igualdade”, com 17,5%, pode ser acrescentado a esse cômputo dos “benefícios” políticos associados à não violência.
- Para 36,5% das definições de não violência elaboradas pelas organizações, os “Objetivos políticos da luta: sociedade (mais) justa e igualitária, democracia” conformam o projeto e a finalidade da não violência, o segundo conjunto mais mencionado.
- A natureza tática ou estratégica da não violência também é mencionada com frequência significativa nas considerações sobre a relevância do debate que o Estudo trouxe à cena.

Pode-se destacar, assim, três pilares de sustentação desta segunda visão de não violência: a) a condição tático-estratégica; b) o confronto como premissa da “luta” e c) a finalidade política.

A condição tático-estratégica da não violência significa não só que a própria não violência é vista como uma *estratégia* de ação como também o fato de que a não violência precisa ser pensada “estrategicamente”. “*Não violência é uma tática política que evita ser violenta*”, diz uma pessoa entrevistada. A não violência “*envolve uma estratégia política de como provocamos as transformações*”, outra complementa. Nesse caso, presume-se que as possibilidades de ação são diversificadas e de espectro mais amplo do que o plano do diálogo e da resolução de conflitos. Ainda que não seja admitido o recurso à violência, torna-se válido o uso de outras formas de ação consideradas “de força”, não-empáticas ou conflituosas.

O confronto – ou a ação aberta de conflito, disputa e tensionamento – não está descartado nessa perspectiva de não violência; ao contrário, ele

está *pressuposto*, uma vez que pode ser (frequentemente é) exigido pelas circunstâncias políticas concretas. Importante dizer que essa visão não nega *a priori* a via da resolução de conflitos pelo diálogo, a negociação ou conciliação, nem, por vezes, a abordagem empática-compassiva de eventuais adversários⁴⁷, mas considera o enfrentamento direto conflituoso ou litigioso como parte integrante da prática da não violência. Quando organizações ouvidas pelo Estudo afirmam que a não violência é “*uma resistência que não aceita o erro ou a injustiça*” ou “*uma forma de protesto contra a opressão*” ou “*o ato de resistir*” não se referem apenas a processos de conversa e negociação, mas a pressão, enfrentamento e luta. O termo “luta” surge aí.

Por fim, o terceiro pilar da visão pragmática/antagonista da não violência tem a ver com os *objetivos finais* que orientam as lutas e, assim, orientam também as estratégias e as táticas empregadas. Essa visão de não violência, compartilhada por um conjunto de organizações, é indissociável do debate sobre sua *missão, propósito e horizonte político*. Como afirmam algumas das pessoas entrevistadas, a não violência é “*uma prática social [voltada para] atenuar as relações assimétricas de poder*”; ou “*não violência é uma estratégia de redução das desigualdades*”. No limite, a NV é vista até como a condição de “*viver numa sociedade igualitária e radicalmente democrática.*”

5.7 Tensão, disputa, complementariedade e outras relações entre as diferentes visões

Postas desse modo as duas principais perspectivas de não violência identificadas pelo Estudo, ainda que esquemáticas e preliminares, é essencial fazer alguns comentários e ponderações.

Não é possível afirmar que a visão empática/conciliatória não tenha

⁴⁷ No entanto, como veremos, grande parte das críticas dirigidas à ideia de não violência tem como foco justamente essa perspectiva empática ou não-conflituosa. O principal argumento é o que a não violência não age com força suficiente.

viés ou finalidade política, ou que ela seja, numa expressão, *despolitizada*. A distinção entre as duas perspectivas não traz esse divisor. Mesmo porque a natureza antiviôlenta da não violência, enfaticamente demonstrada pelo Estudo, e presente de forma transversal às duas concepções, demarca radicalmente uma posição política em seus próprios termos. Porém, o fato é que a visão empática/conciliatória não enfatiza o aspecto da disputa política em suas proposições, não trata do dissenso e da divergência profunda; ao contrário, opta por ressaltar somente os aspectos associados à prática de “valores humanos” e sua exemplaridade, à convergência e ao entendimento comum. Nesse sentido, tende a rebaixar o conflito político a uma espécie de disfuncionalidade – que precisa ser resolvida, consertada, superada.

A visão empática/conciliatória coloca todas as fichas no diálogo, como se a maior parte das tensões políticas concretas não residissem, por definição, justamente no *impasse*, ou seja, na impossibilidade de solução por meio do diálogo e da negociação. O que caracteriza a visão empática/conciliatória da não violência é que ela pára neste ponto, não vai além deste ponto: o entendimento mútuo, o acordo comum é seu ponto de chegada. Nessa perspectiva, a produção do acordo seria o limite da não violência.

A visão pragmática/antagonista parece, ao contrário, partir deste ponto onde pára a visão conciliatória; isto é, considera a não-existência do acordo – o *impasse* estabelecido – como *ponto de partida* da ação não violenta. Nessa perspectiva, o *impasse* não seria a barreira limitadora da não violência, mas justamente onde ela começa, de fato, a dar contornos mais nítidos ao que entendemos como luta política.

No capítulo seguinte, a análise das práticas políticas das organizações da sociedade civil abordadas nas entrevistas adicionará novos elementos a essa discussão. Será possível avaliar se há correlação entre as diferentes visões de não violência e as práticas das organizações e se há convergência ou contraste entre o que as organizações entendem como não violência (o que vimos até aqui) e as ações não violentas (autodeclaradas como tal) que as OSCs efetivamente praticam.



6.



**A prática
política da
sociedade civil
e a questão da
violência/não
violência**



Nos capítulos anteriores, a análise se debruçou sobre as diferentes visões que as organizações da sociedade civil entrevistadas têm dos conceitos e fenômenos da violência e da não violência. No geral, as opiniões coletadas versavam basicamente sobre noções e representações, e o objeto do debate situava-se num plano mais abstrato, conceitual e, às vezes, hipotético. Neste capítulo, o foco incide sobre as práticas concretas das organizações e sobre como essas entendem e avaliam sua atuação à luz do debate sobre violência/não violência. A ação política da sociedade civil brasileira tem caráter não violento ou não? Se sim (ou não), em que medida? Tais perguntas podem começar a ser respondidas.

6.1 Práticas das OSCs são não violentas

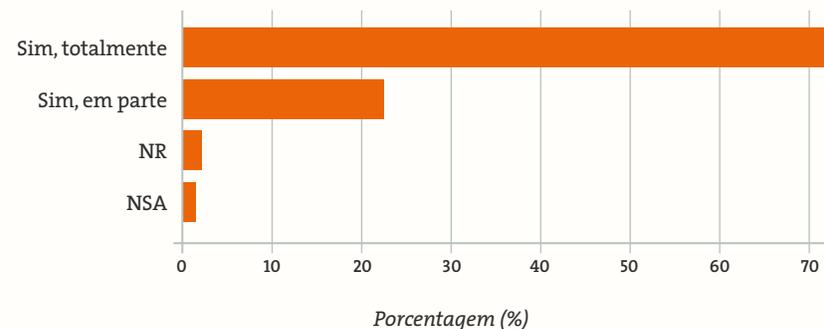
Relembrando o que vimos no Cap 3, seção 3.2(h), página 58, 137 organizações entrevistadas têm em comum entre si uma espécie de “pacote básico” de atuação, que contempla ações como: cursos e debates; participação em instâncias coletivas; comunicação e manifestação política; organização e mobilização social. A grande maioria faz ainda pesquisa e produção de conhecimento; produção de materiais educativos; e incidência no Legislativo/Executivo. Cerca de 70% delas também realizam protestos e manifestações de rua; ação direta; assessoria técnica; manifestações culturais e artísticas; e encaminhamento ou atendimento direto à população.

Se compartilham um mesmo conjunto de práticas, as OSCs também têm em comum uma mesma avaliação da natureza de suas atividades. Quando perguntadas sobre se suas “práticas podem ser consideradas não violentas”, 73,7% responderam que “sim, totalmente” e 22,6% que “sim, em parte”, totalizando 96,3% de menções de concordância com essa classificação (cf. Gráfico 52 a seguir).⁴⁸ Trata-se assim de uma constatação relevante: a não violência, ainda que vista sob enfoques distintos, qualifica a prática das organizações da sociedade civil brasileira.

48 Os demais não responderam (2,2%) ou a resposta não se aplicava (1,4%).

GRÁFICO 52 Entendimento das próprias práticas como não violentas

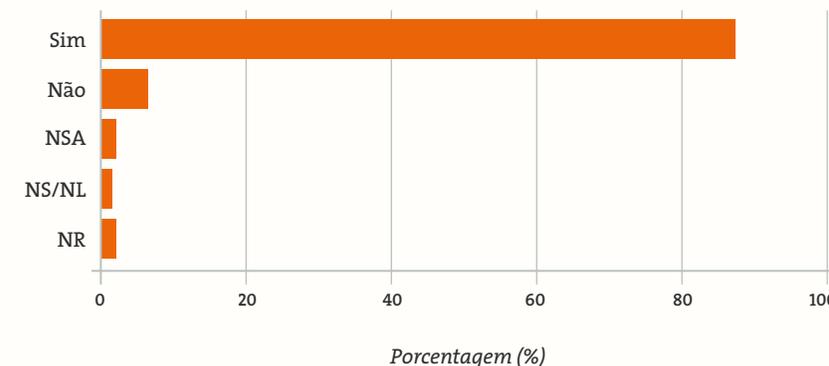
Sua prática pode ser considerada não violenta?



O caráter não violento das OSCs é reforçado uma segunda vez. Indagadas sobre se haveria concordância numa eventual qualificação, por terceiros, da sua própria organização “como não violenta”, a ampla maioria das pessoas (87,6%) disseram que concordariam com a qualificação. Apenas nove organizações (6,6%) discordaram desse adjetivo⁴⁹.

GRÁFICO 53 Classificação da organização como não violenta

Concorda com a classificação do seu grupo como não violento?



49 Tivemos 2,2% que não responderam, 1,4% que não sabiam responder e 2,2% cujas respostas não se aplicam ao que foi solicitado.

Para aprofundar essas questões, as pessoas entrevistadas foram provocadas a listar, de forma específica e nestes termos, as “ações não violentas” efetivamente realizadas pelas organizações. No total, 91,2% das pessoas entrevistadas mencionaram essas ações não violentas (8,8% não puderam ou não quiseram comentar a questão). Os dados revelados aqui corroboram, em grande medida, o quadro exposto no Cap 3, seção 3.2(h), página 58, que trata do *modus operandi* básico de atuação das OSCs.

Dentre os exemplos de ações não violentas realizadas pelas organizações, foram mencionadas ações que correspondem totalmente ao escopo do chamado “pacote básico”. As diferenças encontram-se na proporção da relevância dada a algumas delas sob a chave do qualificativo “ação não violenta”. Se antes as pessoas entrevistadas indicavam “atividades realizadas pelas organizações”, agora essas ganharam o novo atributo de “não violentas” – e a ordem do quadro mudou um pouco.

Como se pode notar na Tabela 10, a realização de atos simbólicos de protesto e manifestações de rua são o destaque das menções, com 30,6%, mais do que o dobro do terceiro conjunto mais citado, as ações de comunicação (com 13,8%). O fato de um terço das organizações associarem a não violência a protestos e manifestações (táticas de luta antes de tudo) parece indicar uma vinculação direta do conceito com a luta política (numa proporção diferente⁵⁰ do que foi relevado no capítulo anterior, quando a perspectiva empática/conciliatória pareceu ter maior preponderância do que a visão pragmática/antagonista).

Mas, se observarmos a tabela abaixo em seu conjunto, as duas visões de não violência encontram-se presentes de forma equilibrada. Há menções a táticas de pressão política mais confrontativas mas também a atividades de acolhimento e assistência, diálogo e negociação. Um dado curioso é o fato de 6,6% das organizações afirmarem expli-

50 Note-se também que 10,9 das organizações mencionaram ainda a realização de “greve e ação direta” no rol de suas práticas não violentas.

tamente que *todas* as suas ações têm caráter não violento. Ora, o largo espectro de possibilidades de ação não violenta está presumido na própria existência das alternativas presentes na tabela: 91,2% das organizações entrevistadas fazendo, portanto, uma lista extensa e variada do que entendem como não violência – ou seja, quase tudo do que as OSCs fazem sendo compatível com a não violência⁵¹.

TABELA 10 Ações não violentas realizadas pelas OSCs

Tabela baseada em respostas múltiplas. Soma dos percentuais ultrapassa 100% Base: 137 respostas.

Ações não violentas realizadas	Nº de menções	Percentual
Protestos e manifestações	42	30,6
Eventos, debates e processos de aprendizagem	27	19,7
Ações de comunicação (notas, denúncias, publicações)	19	13,8
Diálogo e negociação (inclui CNV)	16	11,6
Greve e ação direta (bloqueios, ocupações)	15	10,9
Mobilização social e campanhas	15	10,9
Lobby, advocacy e atuação jurídica	11	8
Assistência social e distribuição de alimentos	11	8

51 Outro destaque curioso é, na Tabela 10, a presença de ações de caráter interno e institucional (que não constam do conjunto básico de atividades realizadas descrito no cap.3). Exemplo: as menções (2,9%) a práticas de equidade e horizontalidade no âmbito das organizações, entendidas aqui também como ações não violentas.

Todas ações da organização são não violentas	9	6,5
Outras ⁵²	9	6,5
Produção de conhecimento (estudos e pesquisas)	7	5,1
Atividades culturais	5	3,6
Acolhimento, escuta, apoio mútuo	5	3,6
Articulação e participação política	5	3,6
Práticas de equidade e horizontalidade	4	2,9
NR	4	2,9
NS/NL	4	2,9
NSA	4	2,9
Afirma não ter/praticar ações não violentas	2	1,4

a. Atribuição da qualidade não violenta às práticas

Embora, como debatido no Capítulo 5, haja visões diferentes a separar as organizações da sociedade civil brasileira em duas vertentes distintas de não violência, de alguma forma essas perspectivas se juntam na mesma avaliação: a de que as ações das OSCs *são [entendidas como] não violentas*. No entanto, torna-se importante verificar as nuances desse entendimento – inclusive indagar o motivo de pelo menos 22,6% terem considerado como de *forma parcial* (cf. cap. 5, p. 158) a condição não violenta das práticas da organização. Se essas práticas são, *em*

52 Ações citadas: projetos de geração de renda, resgate de animais, recuperação de ambientes degradados, códigos de conduta individual, entre outras menções genéricas.

parte, não violentas, de outra parte seriam elas violentas? Seria essa, aliás, a única oposição possível entre os termos?

Durante as entrevistas, as representantes das OSCs foram convidadas a refletir sobre as duas questões que lhe foram apresentadas: se “as práticas da sua organização podem ser consideradas não violentas” e se “concordaria se alguém classificasse sua organização como não violenta”. Para além dos resultados quantitativos já expostos, as pessoas entrevistadas trouxeram diferentes percepções sobre o tema, apresentando argumentos e justificativas distintas para seus posicionamentos e trazendo à superfície elementos que até então não haviam aparecido nas conversas. Lembrando que, no primeiro caso, não houve quem discordasse que as práticas da organização seriam não violentas (pelo menos em parte) e, no segundo caso, que apenas 6,6% discordaram de sua organização ser chamada de não violenta. Veremos aqui os motivos para essa ampla adesão à não violência pelas OSCs brasileiras.

TABELA 11 Comentários sobre a qualidade não violenta das organizações e suas práticas

Tabela baseada em respostas múltiplas. Soma dos percentuais ultrapassa 100% Base: 137 respostas.

Comentários	Nº de menções	Percentual
Assumem a NV como característica genérica	50	36,4
Atuação por direitos e justiça social é militância e luta (inclui pressão e confronto)	39	28,4
Prática e busca diálogo, escuta, entendimento e resolução de conflitos	25	18,2

Pratica valores como respeito, amor, diversidade e não realiza agressão verbal	23	16,7
Consideram legítimas ações radicalizadas	16	11,6
Busca interromper e combater a violência	12	8,7
Adversários e oponentes podem ver a prática da organização como violência	12	8,7
Não se veem como NV por questões internas e organizacionais	5	3,6
Atua com educação e conscientização	5	3,6
Outras	4	2,9
NS/NL	5	3,6
NR	4	2,9
NSA	4	2,9

Conforme a Tabela 11, a maior parcela (36,4%) assume a não violência como característica das práticas da organização de forma genérica e ampla, seja como “filosofia”, como princípio moral ou político ou como “orientação institucional”, sem dar maiores detalhes dos motivos⁵³.

Um contingente significativo (28,4%) efetivamente assume a ação não violenta por razões associadas à incidência política e a luta por direitos e justiça social, considerando inclusive a exigência da pressão e da confrontação para que os avanços ocorram. Muitos recusam a ideia de passividade associada à não violência.⁵⁴ Para 8,7% das pessoas, a condição não violenta da organização concerne à sua atuação de sustar,

53 Motivos específicos estão expressos nas outras respostas das demais organizações.

54 “Nossas práticas não são violentas, são de justiça”, diz uma pessoa entrevistada.

interromper, impedir ou combater a violência, seja em territórios, seja no âmbito de grupos sociais específicos.

Um conjunto de 16,7% das pessoas entrevistadas entendem sua organização e suas práticas como não violentas devido à conduta ética e respeitosa que apresentam em relação aos interlocutores, prezando por valores como amor e respeito ao outro e pela recusa em ofender ou realizar agressões verbais.

Outros 18,2% veem na prática do diálogo, da escuta e do entendimento e da busca pela resolução de conflitos os elementos que dão caráter não violento às suas organizações.⁵⁵ Um grupo menor (3,6%) vê não violência no simples fato de suas organizações promoverem ações de educação ou conscientização.

No entanto, há nuances e ponderações quanto à *natureza* da não violência atribuída às organizações.

Algumas (11,6%) consideram legítimas a adoção de ações “mais radicalizadas”; evocam, por exemplo, o princípio da sobrevivência e a ideia de autodefesa: “*não queremos ser a pessoa da violência direta, mas se tiver que se defender, a gente se defende*” – e isso sem necessariamente deixarem de se entender como não violentas.

Por outro lado, 6,6% discordam taxativamente de serem vistos como não violentas. Trata-se aqui da demonstração mais evidente de *oposição* ao conceito. Ainda assim, pelo menos uma parcela das nove organizações que refutam a identidade não violenta admitem que suas práticas sejam não violentas, mesmo que parcialmente. E, como indicam os comentários apresentados na Tabela 11, 3,6% (a maioria desse grupo) não se sentem não violentos não porque discordem da não violência, mas porque suas organizações apresentam questões internas e

55 Como afirma uma das organizações ouvidas: “O grupo sempre busca o diálogo e o consenso. Apesar de muitas vezes poder parecer omissivo, na verdade é não violento.”

organizacionais que as impedem de pretender essa condição – entre elas, a competição e a disputa pelo poder, o déficit de diálogo e escuta e a existência de hierarquia.⁵⁶

Resta, assim, um grupo minoritário que recusa o rótulo por outros motivos. Uns entendem que *“a violência é uma forma de reinventar a sociedade ou mudar a realidade”*. Outros questionam o próprio ato de classificar ou definir as organizações e práticas nesses termos. *“Não gosto que classifiquem a gente, em nenhuma hipótese”*, diz uma pessoa entrevistada. *“O que importa é como a gente se classifica”*.

Seja pela autodefesa, seja pelo uso de táticas mais incisivas (como a ação direta), 8,7% das pessoas entrevistadas reconhecem que adversários e oponentes podem ver *violência* nas práticas da organização. Contudo, talvez seja apenas viés dos adversários diante de ações de impacto⁵⁷. Esse ponto é detalhado na próxima seção.

b. OSCs acusadas de “violentas”

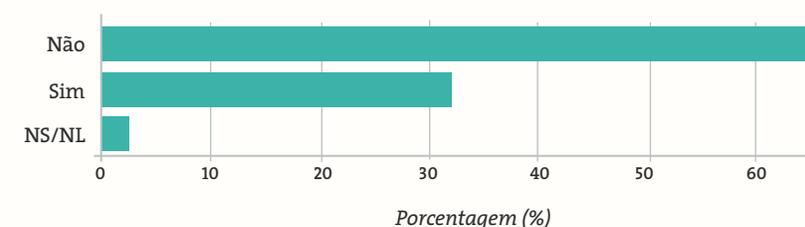
Pode acontecer que, durante a atuação política, alguma das práticas ou ações da organização sejam tachadas de violentas, muitas vezes por parte dos seus oponentes diretos. Cerca de 32% das pessoas entrevistadas afirmam ser este o caso das organizações que representam. A maioria das organizações – 65% –, ao contrário, nunca foi chamada de violenta.

56 Uma entrevistada aponta o seu “problema”: “Diria que somos ‘não violentos em parte por conta da cultura de resultado e da pressão do terceiro setor, que gera autoviolência. De toda forma, é uma violência inconsciente, fruto de uma cultura intrínseca de formação e do ambiente onde estamos imersos.”

57 “Quem considera a gente violento são os políticos e as grandes empresas, principalmente.”, diz uma das entrevistadas.

GRÁFICO 54 Práticas das OSCs tachadas de “violentas”

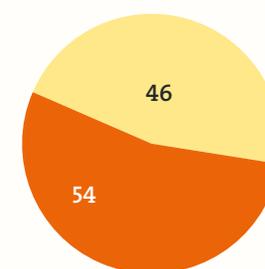
Alguma prática política da sua organização é ou já foi considerada/ tachada de violenta?



Dentre os casos de acusação de prática violenta, 46% se referem a táticas de luta: 27% a manifestação ou protesto público; 18,9%, a táticas de ocupação ou de bloqueio. O motivo maior para as “acusações” de violência é a própria atuação da organização: 54% das menções; 35% tem a ver diretamente com a natureza das pautas defendidas (antirracismo, feminismo, direitos sexuais e reprodutivos, direitos humanos, antiproibicionismo, reforma agrária, moradia etc). Nas respostas houve 5,4% de referência às chamadas táticas *black bloc* e dano ao patrimônio (como botar fogo em ônibus ou quebrar uma porta de vidro).

GRÁFICO 55

Motivos da acusação de “violentas”

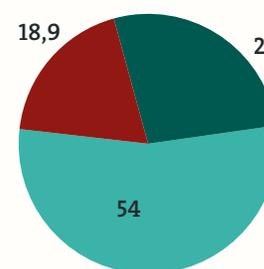


■ Táticas de luta
■ Pela pauta e/ou atuação

Porcentagem (%)

GRÁFICO 56

Motivos da acusação de “violentas” - 2



■ Pela atuação da organização em suas pautas
■ Bloqueio/Ocupação
■ Protesto

Porcentagem (%)

GRÁFICO 57

Motivos para OSCs serem acusadas de “violentas” – pela pauta de atuação

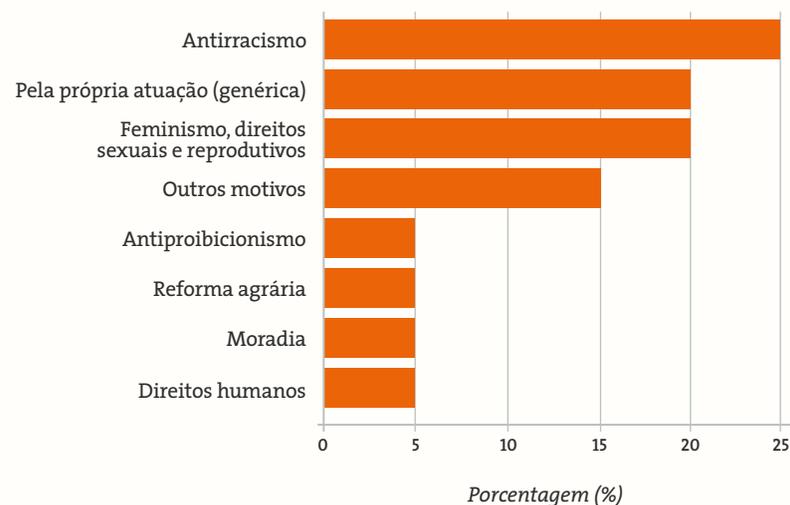


TABELA 12 Motivos para OSCs serem acusadas de violentas

Tabela baseada em respostas múltiplas. Soma dos percentuais ultrapassa 100%
Base: 137 respostas.

Válidas e agregadas	Nº de menções	Percentual
Táticas de luta	17	46
Pela pauta e/ou atuação	20	54
Válidas e decompostas	Nº de menções	Percentual
Protesto	10	27
Bloqueio/Ocupação	7	18,9
Pela atuação (genérica), dos quais:	20	54
Antirracismo	5	13,5
Feminismo, direitos sexuais e reprodutivos	4	10,8
Antiproibicionismo	1	2,7

Reforma agrária	1	2,7
Moradia	1	2,7
Direitos humanos	1	2,7
Pela própria atuação (genérica)	4	10,8
Outros motivos	3	8,1
Menções a danos contra o patrimônio	2	5,4

Nota-se que o eventual rótulo de violência ocorre em basicamente duas situações. A primeira, devido à radicalidade das pautas defendidas e na medida em que tais pautas confrontam valores do *status quo* (ou, pelo menos, confrontam grupos conservadores politicamente ativos). Temas como direitos sexuais e reprodutivos ou o antirracismo atingem diretamente grupos e interesses que se valem não só do discurso de ódio (que se tornou frequente com o bolsonarismo) como também de retóricas conhecidas de refutação das pautas, uma das quais a clássica alegação da *violência do sujeito oprimido*: o racismo reverso, o feminismo violento etc.

A segunda situação tem a ver diretamente com o uso de táticas de luta, do protesto ao bloqueio. Não fosse o emprego de meios de enfrentamento e confronto político – que é para o que as táticas referidas servem –, ou seja, se não confrontassem ou incomodassem, as OSCs não receberiam a pecha de serem violentas. Por exemplo, quem mantém exclusivamente outros modos de agir – como o diálogo, a negociação, a produção de acordo, tão mencionados no Estudo – dificilmente recebe esse tipo de acusação.⁵⁸

58 A criminalização das OSCs é fenômeno que parece ter correlação direta com o repertório de métodos de ação política. Dificilmente será criminalizada uma organização que só opere no diálogo. Uma hipótese que emerge dessa reflexão a ser verificada em outro momento: a possibilidade de ser rotulada como violenta (ou como não violenta) pode ser variável relevante para a definição das formas de agir.

6.2 O que as OSCs não fariam jamais e o que isso quer dizer

Já vimos – Gráficos 18 e 19, p. 60 e p. 62 – quais as atividades as organizações ouvidas pelo Estudo praticam ou poderiam vir a praticar. Já vimos qual é o “pacote básico” de métodos de ação. O retrato da atuação tática da sociedade civil brasileira está esboçado aí. Para completar esse quadro e buscar melhor compreendê-lo, resta olhar para as lacunas e os espaços vazios, isto é, para o conjunto das práticas que as OSCs *se recusam a adotar e afirmam não pretender fazer “de jeito nenhum”*. Por meio da análise dessa recusa, podemos chegar a inferir as justificativas políticas das opções táticas das organizações e a perceber as correlações com o debate da não violência.

Será interessante indagar por quê determinadas formas de ação política – que também ostentam atributos de oposição ao *status quo* ou de proposição de avanços políticos e sociais e são também capazes de agenciar incidência e impacto sobre a realidade – *não fazem parte* da prática usual das organizações; e, por extensão, qual o fundamento conceitual ou político a sustentar essa decisão das organizações.

Quando se verifica, por exemplo, a adesão das organizações ao chamado “pacote básico” de atividades, chega-se à unanimidade ou perto disso. Cursos e debates; participação em instâncias coletivas; comunicação; produção de conhecimento/materiais educativos e informativos – não há organização que refute essas práticas. Se eventualmente não realizam tais atividades, não é por não considerá-las legítimas. Do mesmo modo, um número insignificante de OSCs (0,73%) afirmam não pretender fazer de jeito nenhum “organização, engajamento e mobilização popular” e ações de articulação/incidência junto aos poderes Legislativo ou Executivo – mas, ainda nesse caso, não por refutar a prática, mas por entendê-la como não pertinente ao seu escopo de atuação.

Aliás, quando se examina as justificativas expressas pelas organizações para as respostas apresentadas no gráfico ao lado, em geral não se trata de condenação ética ou política aos métodos (o Estudo não registrou

ressalva política ou ética a qualquer das atividades apresentadas). As atividades são “descartadas” porque não cabem no escopo da organização (por exemplo, fazer assessoria técnica) ou porque não se enquadram no conjunto das suas estratégias (como greves/paralisações, por exemplo). E é justamente esse o aspecto mais relevante a salientar: um determinado conjunto de atividades *não cabe* na perspectiva da organização ou não é adequado à sua natureza.

GRÁFICO 58 Atividades que as organizações não fariam de jeito nenhum

	Não faria de jeito nenhum (%)
Empate/Bloqueio	27,7
Greve e paralisação	23,3
Acampada e/ou ocupação	19,7
Desenvolvimento e implementação de tecnologias digitais	18,2
Boicote	16,7
Geração de trabalho e renda, economia solidária	14,6
Ação direta	13,8
Segurança física (proteção, prevenção e ameaças)	13,1
Advocacia Popular (promoção e defesa jurídica)	12,4
Atendimento direto e/ou encaminhamento (psicossocial, esportivo, saúde, abrigo, alimentação, proteção animal, etc)	12,4
Protestos, atos simbólicos, manifestações de rua	7,3
Manifestações culturais e artísticas (música, artes do corpo, artes visuais, etc)	6,5
Cuidados digitais (comunicação e navegação seguras, criptografia etc)	5,8
Assessoria técnica	5,8
Cartas abertas, manifestos, notas de repúdio, petições	1,4
Articulação e/ou Incidência no Legislativo/ Executivo	0,7
Organização, engajamento e mobilização popular	0,7
Comunicação (relações com a imprensa, mídias sociais, campanhas)	0
Pesquisa e produção de conhecimento (relatórios, estudos, livros, etc), produção de materiais informativos ou educativos (zines, cartilhas, audiovisuais, etc)	0
Participação em instâncias coletivas (fóruns, articulações, redes)	0
Cursos, debates e outros processos de aprendizagem	0

No topo da lista das cinco atividades mais “descartadas” pelas OSCs, encontram-se quatro métodos diretos de pressão política: empates ou bloqueios (27,7%), greves e paralisações (23,3%), acampadas ou ocupações (19,7%) e boicote (16,8%). É possível interpretar esse dado tomando como base a justificativa padrão exposta pelas organizações diante dos outros tópicos avaliados: sua inadequação ao escopo ou estratégia de atuação – é o que, por exemplo, explica a quarta colocação da tabela: “desenvolvimento e implementação de tecnologias digitais” (18,2%).

No entanto, é preciso ler a presumida “rejeição” a essas quatro táticas de pressão política em comparação com os dados relativos a outros

métodos similares ou que pretendem o mesmo efeito/resultado. É o caso de “protestos, atos simbólicos, manifestações de rua”, que recebeu 7,3% das indicações de que não fariam parte das atividades das organizações *de jeito nenhum*. Ou ainda da opção pelas “cartas abertas, manifestos, notas de repúdio, petições” que foram descartadas por apenas 1,4% das pessoas entrevistadas. Por que umas e não outras? É fato que

POR QUE AS OSCs
PREFEREM DETERMINADAS
FORMAS DE FAZER A AÇÃO
POLÍTICA E NÃO OUTRAS?
NÃO É POR FALTA DE
INTENCIONALIDADE.

todas essas atividades configuram um mesmo conjunto de táticas de *ação política*: visam a reivindicar ou a exigir mudanças sociais ou políticas. No limite, o que uma *petição* (opção menos rejeitada) busca provocar pode ser literalmente a mesma coisa almejada por um *bloqueio* (opção mais descartada). Pode-se afirmar então que não se trata de “incompatibilidade” das organizações com a *intencionalidade* política (isso seria absurdo em face da natureza constitutiva da própria sociedade civil), mas de uma opção de parte delas por uma determinada *forma de fazer a ação política*.

Por que uma parte das OSCs prefere a nota de repúdio ao bloqueio ou ao boicote, por exemplo? Tal escolha por um certo tipo de métodos não significa, como já vimos antes, condenação dos demais. Mas a razão específica dos motivos dessa orientação precisa ainda ser investigada.⁵⁹

6.3 Posicionamento (concordância/discordância) em relação a práticas políticas

O Estudo buscou verificar, para compreender melhor os aspectos referentes às práticas políticas das organizações, qual o grau de concordância ou discordância das OSCs em relação a certo conjunto de práticas com diferentes atributos de *força* ou (até mesmo) de violência. Aqui, há um pequeno e breve mergulho na avaliação de qual o nível de *força* (ou violência, se for o caso) pode ser admitido pelas organizações na condução de suas atividades. As respostas complementam algumas das informações apresentadas na seção anterior. Um exemplo: se vimos que as acampadas ou ocupações são rejeitadas como tática por 19,7% das OSCs entrevistadas, no Gráfico 59 abaixo constata-se que 8% das organizações afirmam ser “contrárias” a elas. O exame desse conjunto de informações também complementa nossa análise geral da relação entre não violência (e violência) e as práticas da sociedade civil.

O Gráfico 59 mostra as práticas analisadas por ordem de “concordância”, das mais “aprovadas” em termos absolutos até as mais “rejeitadas”.

⁵⁹ Temos poucas respostas que iluminam este ponto. Uma única organização, por exemplo, descarta fazer protestos ou manifestações de rua (uma tática pouco rejeitada, notemos) se esses não forem de caráter “educativo”. Uma organização, por sua vez, diz que não faria ação direta “por questão de segurança”. Uma organização afirma não promover empates/bloqueios “porque não tem força para isso”. Outra diz que fazer ocupações, embora não as condene, “pode queimar as pontes de outras estratégias”.

GRÁFICO 59 Concordância /discordância em relação a práticas políticas

	A favor	Contra	Depende	NR	NS/NL
Resgate de pessoas ou animais	82,5%	2,9%	5,1%	3,7%	5,8%
Autodefesa	73%	4,4%	13,1%	5,8%	3,7%
Ocupação	62,8%	8%	23,3%	3,7%	2,2%
Desobediência civil	62%	9,5%	17,5%	3,7%	7,3%
Escracho público	36,5%	35%	22,6%	3,7%	2,2%
Jejum ou greve de fome	31,4%	27,8%	18,2%	5,8%	16,8%
Pressão/coação	27%	45,3%	24,1%	2,9%	0,7%
Hackeamento	16%	48,9%	21,9%	6,6%	6,6%
Infiltração	16%	43,1%	24,1%	5,8%	11%
Sabotagem	15,3%	40,9%	28,5%	5,8%	9,5%
Dano ao patrimônio privado	9,5%	38,7%	35,8%	7,3%	8,7%
Perseguição	7,3%	73,8%	13,1%	2,9%	2,9%
Agressão verbal	4,4%	75,9%	15,3%	3,7%	0,7%
Dano ao patrimônio público	3,7%	48,9%	33,5%	6,6%	7,3%
Ameaça/ intimidação	1,5%	89,8%	5,1%	2,9%	0,7%
Agressão física	0,7%	89,1%	6,6%	2,9%	0,7%

Porcentagem (%)

Para responder à questão “Sua organização é contra ou a favor das (seguintes) práticas apresentadas?”, a pessoa entrevistada poderia marcar três opções: a favor da prática, contra a prática e “depende” – nesse último caso, representando uma *concordância parcial condicionada* a determinados elementos ou circunstâncias –, havendo espaço aberto para que a entrevistada pudesse justificar sua posição. A expressão “depende” exigiria necessariamente um complemento. Nem sempre, contudo, as organizações informaram a justificativa para condicionar sua aprovação de determinadas práticas.

Assim, “a favor” representa uma aprovação sem condicionantes; “contra”, da mesma forma, uma discordância sem ressalvas. A opção “depende” significa portanto que, no mínimo, a prática em questão é considerada como *possível de ser adotada*, desde que respeitados e cumpridos determinados parâmetros⁶⁰. Nesse sentido, é possível então, como fizemos no Gráfico 60, num exercício de contraste mais acentuado, somar num só bloco as respostas “a favor” e “depende” e compará-las à opção francamente contrária. Esse exercício pode nos ajudar a entender melhor qual é de fato a posição das organizações diante da questão da violência/não violência das práticas.

A opção “Depende” também nos ajuda a verificar qual o grau de convicção sobre a aprovação ou reprovação da prática. Há casos em que a “aprovação condicionada” é maior do que a simples aprovação ou do que a simples reprovação – indicando que não se trata de uma posição consolidada *a priori*; ao contrário, nesses casos há uma maior interve-niência de outras variáveis (valores, circunstâncias, forças, cenários...) e a sinalização de que o debate sobre a questão é mais do que nunca necessário. A opção “Depende”, no entanto, nunca é maior do que um dos polos do espectro, seja “A favor”, seja “Contra”. Parece haver aí um gradiente de convicção, mas a posição majoritária das OSCs consultadas sempre recai sobre a aprovação ou sobre a reprovação de uma atividade.

60 O mesmo se aplica no sentido inverso: as organizações podem ser contrárias à prática se os mesmos parâmetros não forem respeitados.

GRÁFICO 60 Concordância e oposição a práticas

	A favor*	Contra	NS/NL	NR
Resgate de pessoas ou animais	87,6%	2,9%	5,8%	3,7%
Autodefesa	86,1%	4,4%	3,7%	5,8%
Ocupação	86,1%	8%	2,2%	3,7%
Desobediência civil	79,5%	9,5%	7,3%	3,7%
Escracho público	59,1%	35%	2,2%	3,7%
Pressão/coação	51,1%	45,3%	0,7%	2,9%
Jejum ou greve de gome	49,6%	27,8%	16,8%	5,8%
Dano ao patrimônio privado	45,3%	38,7%	8,7%	7,3%
Sabotagem	43,8%	40,9%	9,5%	5,8%
Infiltração	40,1%	43,1%	11%	5,8%
Hackeamento	37,9%	48,9%	6,6%	6,6%
Dano ao patrimônio público	37,2%	48,9%	7,3%	6,6%
Perseguição	20,4%	73,8%	2,9%	2,9%
Agressão verbal	19,7%	75,9%	0,7%	3,7%
Agressão física	7,3%	89,1%	0,7%	2,9%
Ameaça/ intimidação	6,6%	89,8%	0,7%	2,9%

*Inclui a opção 'Depende'
(aprovação condicionada)

Porcentagem (%)

Um exemplo de como a abordagem dos dados precisa considerar esse gradiente: a prática do “dano ao patrimônio privado” apresenta 9,5% de avaliação favorável e 38,7% de posição contrária; ao mesmo tempo tem o mais alto índice de “aprovação condicionada”, com 35,8% (“Depende”). Se somássemos “A favor” e “Depende”, o dano ao patrimônio privado receberia então um total de 45,3% de aprovação (ainda que condicionada), *maior* portanto do que a reprovação. Por isso, analisar com maior profundidade alguns desses casos pode revelar diferentes facetas e abordagens do controverso debate sobre violência/não violência na prática política da sociedade civil.

Na sequência, cada uma da avaliação das práticas será abordada individualmente.

a. As práticas mais aprovadas

Das 16 práticas avaliadas, apenas quatro receberam a aprovação da maioria (acima de 50%) das organizações consultadas: **resgate de pessoas ou animais** (82,5%), **autodefesa** (73%), **ocupação** (62,8%) e **desobediência civil** (62%). De forma correspondente, essas mesmas práticas receberam por sua vez os menores índices de reprovação: 2,9%, 4,4%, 8% e 9,5% respectivamente.

Para a finalidade deste Estudo, o **resgate de pessoas ou animais** foi definido como “o ato de invadir instalações públicas ou privadas para resgatar pessoas ou animais aprisionados, ameaçados ou vítimas de violência, neste caso sem a anuência ou a participação de agentes governamentais. Exemplo: libertar cães de um laboratório, libertar pessoas mantidas em cárcere privado numa fazenda etc.” Nesses termos, apenas 5,1% das pessoas indicaram uma aprovação condicionada ao escolher a opção “Depende”. Porém, não obtivemos muitas explicações sobre as ressalvas para além de uma organização ter dito que concordaria com a prática “*se fosse necessária*”. De resto, o resgate de pessoas e animais surge como a prática campeã de aprovação entre todas.

A **autodefesa** recebeu o segundo maior índice de aprovação (73% de “A favor”) e 13,1% de aprovação condicionada (“Depende”). Por autodefesa, entendeu-se a “ação de uso de força ou violência com a finalidade de se proteger, escapar ou colocar fim à violência sofrida, seja de forma circunstancial (exemplos: reação a uma desocupação pela polícia, enfrentamento das forças de segurança num protesto de rua etc) ou de forma mais duradoura e sistemática (exemplos: cerco de jagunços a uma aldeia ou acampamento, brigada de vigilância contra a invasão de terras etc)”. Das respostas que apontaram aprovação com ressalvas, pôde-se extrair apenas dois tipos de comentários⁶¹: a preferência por uma autodefesa nitidamente não violenta e a noção de que uma reação (ainda que violenta) à violência é humana e justificável.

Outros comentários sobre esses pontos feitos durante as entrevistas merecem registro: a autodefesa seria válida **“desde que não faça uso de armas”**; **“é prevista em lei”** e, ainda, exigiria organização dos agentes. Uma organização afirma, também evocando a legislação, que autodefesa não é a mesma coisa que legítima defesa e, por isso, se coloca contrária a ela.

A **ocupação** – definida no glossário do Estudo como a “ação de invadir e ocupar fisicamente instalações, prédios ou espaços públicos ou privados pelo tempo necessário para se obter o resultado político pretendido. Exemplos: ocupação de escolas pelos alunos, ocupação temporária da sede de um ministério, ocupação de uma fazenda improdutiva, ocupação de prédios abandonados para moradia etc” – não conta com o grau amplo de aprovação das duas práticas anteriores (tem 62,8%, quase 20 pontos percentuais a menos que a primeira colocada) e recebe uma proporção bastante significativa (a maior entre as quatro primeiras) de aprovação condicionada: 23,3%. Os comentários registrados são de dois tipos: a) um grupo aponta que a justificativa política e o objetivo da luta é que validam o uso da tática; em outros casos, a tática não seria válida (dando como contra-exemplos a polícia ocupar uma favela ou a invasão do Capitólio); b) outro grupo afirma simplesmente que, embora não a

61 Apenas 4,3% do total de respostas.

realize, apoia e não condena quem faz uso desse método de ação (o que poderia ser entendido até mesmo como uma “aprovação”).

A prática da **desobediência civil** recebeu volume semelhante de aprovação (62% de “a favor”) e 17,5% de aprovação condicionada. É entendida como “recusa em obedecer ou seguir leis e regras injustas impostas pelo Estado ou governo. Em geral, não se trata apenas de um ato individual, mas de uma mobilização organizada de muitos atores para suspender ou impedir a tirania e a injustiça num determinado lugar. Ex: Marcha dos Direitos Civis nos anos 1960, movimento de independência da Índia, recusa a prestar serviço militar etc”. Nos comentários registrados (de cerca de 7% das pessoas), novamente não há condenação da prática, e a principal condição para sua admissão tem a ver com o combate à violência: a desobediência civil seria válida e necessária quando o contrário (a obediência à lei) significar violência ou supressão de direitos. Outra condição mencionada é a desobediência civil ser não violenta.

b. As práticas que são mais aprovadas do que reprovadas mas não alcançam a maioria das organizações

Das práticas políticas que receberam um volume maior de aprovação das OSCs consultadas, pelo menos duas delas dividem opiniões. A tática do **escracho público** (36,5% de posições a favor) e o **jejum ou greve de fome** (31,4% a favor) tiveram avaliação oposta quase na mesma proporção: 35% de organizações contrárias ao escracho e 27,8% contrárias à greve de fome. Trata-se da maior polarização e da menor diferença entre contra e a favor (1,5% e 3,6%, respectivamente) verificadas neste tópico. Se juntarmos a aprovação e a aprovação condicionada, o escracho público chega a 59,1% de avaliação positiva, mas a greve de fome não atinge um índice de aprovação majoritária no âmbito das OSCs: 49,6%. Aqui, as organizações que anotaram a opção “Depende” acabaram fazendo a diferença na avaliação geral. Vamos aos detalhes.

A OPÇÃO “DEPENDE” INDICA QUE A PRÁTICA EM QUESTÃO PODE SER ADOTADA, DESDE QUE CERTOS PARÂMETROS SEJAM RESPEITADOS

O **escracho público** está definido no glossário preparado para subsidiar as entrevistas como uma “ação de exposição pública ou ridicularização do adversário em atividades ou locais de sua atuação, inclusive em situações privadas (almoços ou encontros sociais, na porta de casa, nos espaços de trabalho etc). O adversário, nesse caso, é a pessoa ou o representante da organização contra quem se luta. Exemplos: prefeito/a, governador/a, empresário/a, diretor/a de órgão público, político/a, etc”. O método teve índice de 22,6% de aprovação condicionada. Mais da metade dessas respostas apresentaram comentários que, a exemplo de casos já mencionados, reforçam a ideia de apoio e não condenação a quem usa o escracho, e enfatizam que a tática é válida se constitui uma estratégia de luta contra a injustiça ou acontece num contexto de enfrentamento. Nota-se, no entanto, pela primeira vez, questionamentos (também 4,3%) à prática do “cancelamento” e exortação a outras formas de pressão e ação política, num nítido viés de discordância em relação ao método (ou seja, tratando-se menos de “aprovação condicionada” e mais de “reprovação justificada”). Os (apenas) dois comentários disponíveis que explicam a opção de ser *contra* a prática afirmam ver no escracho uma ação violenta ou inadequada.

O **jejum ou greve de fome** é a prática situada justamente na linha divisória que separa os métodos de ação “aprovados” dos “reprovados”. É a última das táticas a ser mais bem avaliada do que rejeitada pelas organizações entrevistadas. O índice de aprovação condicionada (ou de “reprovação justificada”, como vimos acima) é de 18,2%. Mas os comentários sobre ressalvas apontam apenas a incompatibilidade da tática com a natureza da organização ou a sinalização de que, se não praticam o método, não o condenam. Portanto, sem viés de discordância como verificado no caso do escracho público. As anotações feitas de forma voluntária pelas pessoas entrevistadas que se disseram contra a tática dão conta das justificativas da desaprovação: duas ressaltam que o método promove violência física contra a pessoa que a pratica (isto é, o agente sendo sua própria vítima); outras duas evocam uma espécie de desconforto moral diante da realidade da fome no país e, por isso, são contra jejum porque *“querem é dar de comer”* e *“há muita gente com fome”*.

Na definição usada pelo Estudo, o jejum ou greve de fome consiste no “ato pelo qual se busca obrigar o adversário a ceder de uma posição ou tomar uma decisão favorável ao objetivo político pretendido. Nessa ação está em jogo a possibilidade de morte de quem realiza o jejum ou greve de fome e a responsabilização do adversário caso isso venha a acontecer”.

c. As práticas “desaprovadas” mas que talvez não o sejam tanto assim

Seguindo a ordem do Gráfico 59, temos um conjunto numeroso de práticas que recebem a *desaprovação* das OSCs ouvidas pelo Estudo – algumas das práticas num nível moderado de rejeição ou de desaprovação condicionada (como veremos); outras, franca e frontalmente reprovadas pelas organizações por sua condição associada diretamente à violência (cf. seção seguinte).

Os métodos de ação que recebem desaprovação “moderada” são: **pressão/coação** (27% de aprovação; 45,3% de reprovação), **sabotagem** (15,3% de aprovação; 40,9% de reprovação) e **dano ao patrimônio privado** (9,5% de aprovação; 38,7% de reprovação). Com níveis tão baixos de aprovação, por que a desaprovação seria parcial? Aqui aparece a influência da opção “Depende”, cujos percentuais, quando somados aos índices de aprovação, apontam para uma tendência de aprovação condicionada dessas práticas maior do que a franca oposição manifestada pela opção “Contra”⁶². O Gráfico 60 mostra os valores de “A Favor” somados aos da opção “Depende”.

Os motivos para essa posição intermediária das organizações são revelados pelos comentários feitos durante as entrevistas. É o registro dessas manifestações espontâneas que permite vislumbrar as nuances do

62 O resultado comparativo ficaria assim, se somarmos “A favor” e “Depende” em contraste com os índices de opinião contrária (“Contra”): pressão/coação (51,1% de aprovação condicionada contra 45,3% de reprovação), sabotagem (43,8% de aprovação condicionada contra 40,9% de reprovação) e dano ao patrimônio privado (45,3% de aprovação condicionada contra 38,7% de reprovação). Conferir Gráfico 60, p. 176.

posicionamento das organizações frente a métodos de ação que, ainda que não façam parte do seu cardápio de práticas, compõem um repertório de métodos praticado em maior ou menor medida há décadas por ativistas e movimentos sociais no Brasil e no mundo.

A análise da desaprovação da prática da “**pressão/coação**” é reveladora das mediações feitas pela sociedade civil sobre uso dos métodos de luta. No glossário usado como base das entrevistas, a prática está assim conceituada: “ação de pressão ou constrangimento de modo a obrigar o adversário a realizar o que não deseja. Não implica o uso de ameaça ou uso de violência, mas certamente invoca a possibilidade de

recorrer a níveis mais fortes de pressão ou ação. Exemplos: um aviso de paralisação ou greve caso a empresa não aumente os salários, a ideia de levar o caso a uma corte internacional, enviar emails/correspondências para a caixa de mensagem de parlamentares etc”. Aqui a “coação” representa uma escalada do constrangimento ou do nível de “pressão” exercida. Ainda assim, a ideia de coação foi associada por grande parte

das pessoas entrevistadas a algum grau ou tipo de violência exercida sobre o adversário, tendo sido essa a tônica das considerações e das ressalvas apontadas.

Dentre as organizações *favoráveis* ao método, um conjunto significativo (5,8% do total da Amostra) explicitamente rejeitou a ideia de coação. Os termos empregados são praticamente idênticos nos demais comentários: “**pressão, sim; coação, não**”. Também organizações que se manifestaram “contra” o método e justificaram sua posição⁶³ utilizaram o mesmo argumento: “**coação, não, porque é violência**”. Quem optou pela

63 Apenas, 1,4% fizeram comentários. As demais, não.

resposta condicional do “Depende” fez a mesma consideração (num dos mais altos índices de comentários do Estudo): 14,6% das organizações refutaram a ideia de coação, ao mesmo tempo em que afirmaram sua aprovação à prática da pressão⁶⁴; outras 3,6% já condicionaram o uso do método à necessidade estratégica da luta; a pressão/coação se justificaria pelos objetivos e pela necessidade da causa.

Neste caso, de forma mais nítida começa a se evidenciar um padrão constante no exame e avaliação, pelas organizações, dos métodos de ação política disponíveis: a) sua legitimação pelas necessidades concretas da luta e b) seu caráter não violento. Isso voltará a aparecer com frequência no exame das práticas seguintes.

A **sabotagem** tem um nível de aprovação menor (15,3%) do que hackeamento e infiltração (ambas com 16%) e também um nível de reprovação menor (40,8%) do que essas duas práticas (que serão analisadas adiante). O índice de aprovação condicionada do “Depende”, por sua vez, é maior: 28,5%. Essa condição sinaliza que a sabotagem parece ser mais bem avaliada positivamente do que refutada pelas organizações (juntas, as opções Depende e A favor somam 43,8% das respostas contra 40,9% de desaprovação, cf. Gráfico 60).

No glossário do Estudo, a sabotagem é definida como a “ação que produz a suspensão, interrupção ou paralisação, em caráter temporário ou permanente, do funcionamento de uma operação, serviço ou equipamento; pode causar dano material ou não. Exemplos: produzir interferência num sistema de rádio ou comunicação, desconectar a energia de um lugar ou de uma máquina, implantar um vírus num sistema, quebrar ou retirar uma peça de um motor, etc”. Dentre as organizações que condicionaram sua aprovação, 13,3% do total da Amostra afirmaram que a validade do uso da tática é finalística e política, isto é, o método se justificaria pela luta contra a injustiça social e a violência estrutural,

64 Como vimos no Capítulo 4, ameaça, coação e intimidação são as formas mais frequentes de violência de que são vítimas as OSCs.

enquanto outros 1,4% apenas disseram que a tática não faz parte do esboço de atuação.

O **dano ao patrimônio privado** – que na maior parte dos casos não é propriamente um método ou prática política, mas uma consequência de outras práticas – revela também fortemente este viés da aprovação condicionada pela justificativa da luta. Essa tática recebeu 9,5% de aprovação e 38,7% de reprovação, mas o índice de “Depende” chega a 35,8%. Somados, aprovação e aprovação condicionada representam 45,3%, índice superior portanto ao da reprovação.

“Ação que produz, de forma imprevista ou deliberada, dano provisório ou permanente a bens móveis ou imóveis de propriedade de empresas, organizações privadas (ou pessoas físicas), como prédios, instalações, veículos, equipamentos etc. Exemplos: quebrar uma vidraça, pichar uma parede, furar o pneu de um carro, incendiar um prédio ou carro, demolir um muro, arrancar uma cerca etc”. Essa foi a definição usada para subsidiar o entendimento da questão nas entrevistas. Sabe-se que a produção de dano patrimonial pode ser motivo de criminalização de organizações ou pessoas e sua associação a episódios de violência coletiva é corriqueira no Brasil. Portanto, a análise do tema tem grande relevância para o conhecimento das práticas políticas de OSCs e movimentos sociais brasileiros.

Um grupo de 16,7% da Amostra, dentre os 35,8% que preferiram a opção “Depende”, fez comentários elucidativos sobre a natureza de seu posicionamento. Trata-se de justificativas já referidas nas respostas anteriores. Se a prática, ainda que resulte em dano ao patrimônio privado, for em nome da defesa de direitos e da justiça social ou pertinente à estratégia de luta com essa finalidade, é entendida como válida. Um percentual pequeno (2,1%) ainda complementa sua avaliação com críticas à indevida atenção dada, por exemplo, pela mídia, mais às vidraças quebradas em protestos (uma típica situação onde esses danos ocorrem) do que à violência policial ou às causas defendidas nessas manifestações. Temos então, de um lado, rejeição a essas práticas (ou ao resultado delas) por uma parcela das organizações e, por

outra parcela da sociedade civil, aceitação ponderada e cheia de condicionantes.

Mais adiante se verá como o debate da violência/não violência em relação aos métodos de ação da sociedade civil é complexo e mediado por um conjunto de tensões, contradições e desafios, e como o tema do dano ao patrimônio expressa bem essas tensões. A possibilidade de dano ao patrimônio *público* também foi avaliada no âmbito do Estudo (cf. adiante), e neste caso, o posicionamento das OSCs se mostrou bastante diferente.

d. As práticas rejeitadas

As ações de **infiltração** e **hackeamento** no âmbito da luta política puxam o rol das práticas rejeitadas pela maioria das OSCs brasileiras. Esses dois métodos recebem ambos 16% de aprovação.

A tática da **infiltração** – “ação de manter agente ‘disfarçado’ ou oculto no meio adversário para obter informações que orientem a ação política. Exemplo: ter um informante na diretoria de uma empresa, ou num ministério etc” recebe 43,1% de reprovação (“Contra”) e 24,1% de aprovação condicionada (“Depende”).

A prática do **hackeamento** – “ação de dano, sabotagem, raspagem de dados ou protesto em canais ou sistemas digitais de empresas, governos ou pessoas físicas, como forma de suspender práticas ou protestar com finalidade política. Não se inclui aqui a prática de roubo de dados, sequestro de computadores (*ransomware*) ou extorsão com finalidade de lucro. Exemplo: invadir o site do governo e deixar uma mensagem de protesto, exposição de dados de governantes e de dados secretos do governo etc” – tem índice maior de reprovação (48,9%) e menor de aprovação condicionada (21,9%).

Nesses dois casos não é possível verificar nem um viés, ainda que tímido, de aprovação com ressalvas, somando-se os percentuais de “A favor” e “Depende”. O conjunto das organizações ouvidas pelo Estudo se coloca,

assim, pela primeira vez, majoritariamente *contrária* a esses métodos.

Sobre a **infiltração**, mesmo aquelas que optaram pela aprovação ou pela rejeição fizeram apontamentos indicando que as organizações não estão preparadas atualmente para realizar a tática. Os principais comentários de quem escolheu a aprovação condicionada⁶⁵ afirmam, mais uma vez, que o uso do método depende do contexto e da situação da luta (4,3%). Curiosamente, 2,9% também associaram “infiltração” à ideia de acesso à informação “privilegiada”, seja pela participação em instâncias de controle social (como os conselhos), seja pelas conexões das redes dos movimentos sociais⁶⁶.

Sobre o **hackeamento**, ainda que a ressalva estivesse já presente na definição usada no glossário, a totalidade das organizações que comentaram o tema voluntariamente nas entrevistas se mostrou contrária ao uso comercial, fraudulento ou criminoso da prática. “*Não se pode cometer crimes*”, sintetiza uma entrevistada. Um total de 10,2% da Amostra justificaram a escolha da aprovação condicionada (“Depende”); 5,8% apresentaram os mesmos critérios de legitimação política já mencionados: se for numa situação de autodefesa ou por necessidade política da luta, o uso da tática seria, sim, válido. No entanto, essa não é a opinião majoritária das OSCs consultadas: 48,9% optaram por reprová-la (curiosamente o mesmo índice de rejeição do dano ao patrimônio público, como veremos a seguir).

O **dano ao patrimônio público** aparece, entre todas as táticas avaliadas, com o terceiro pior índice de aprovação (3,7%). A condição pública do bem que sofre o dano é o elemento distintivo em relação ao dano

65 Cerca de 9,4% dentre os 24,1% que optaram por “Depende” fizeram comentários.

66 Um comentário chama a atenção por revelar uma outra faceta possível da tática: “a investigação [seria] uma forma de infiltração”.

ao patrimônio privado mencionado acima (o verbete⁶⁷ no glossário do Estudo só altera essa característica: “bens móveis ou imóveis de propriedade pública ou governamental”) – e esse fato impacta diretamente a avaliação que as OSCs fazem da prática (ou de suas consequências). A baixa aprovação é acompanhada de um índice de reprovação de 48,9%, e o índice de aprovação condicionada (“Depende”) chega a um terço do total (33,5%), o segundo maior índice de respostas justificadas (só atrás do dano ao patrimônio privado, com 35,8%). Percebe-se, portanto, que o tema é um dos mais controversos no âmbito da sociedade civil quando analisa seus métodos de ação.

As respostas livres que comentam a opção pela aprovação condicionada representam 18,9% do total da Amostra e apontam basicamente para dois tipos de justificativa: uma (12,4% das organizações) segue a linha da legitimação política – quando a prática se dá no âmbito da luta contra a injustiça ou como autodefesa; outra, estabelece um novo critério de validade, a depender da *natureza ético-política* do patrimônio: se ele simboliza racismo ou violação de direitos, por exemplo, pode ser danificado; do contrário, não. Contudo, essas são as respostas dadas por uma parcela minoritária. A maioria das organizações da sociedade civil brasileira é contrária ao dano ao patrimônio público, numa proporção de 10 pontos percentuais a mais em relação ao dano provocado sobre patrimônio privado.

e. As campeãs da rejeição – as práticas tidas como violentas

Por fim, o último bloco de métodos apresentados no Gráfico 59 é composto das práticas que são amplamente rejeitadas pelas organizações ouvidas no Estudo. Não só apresentam níveis muito baixos de aprovação, como também recebem oposição muita alta (além de níveis tam-

67 “Dano ao patrimônio público – Ação que produz, de forma imprevista ou deliberada, dano provisório ou permanente a bens móveis ou imóveis de propriedade pública ou governamental, como prédios, instalações, praças e logradouros, veículos, equipamentos etc. Exemplos: quebrar uma vidraça, pichar uma parede, furar o pneu de um carro, incendiar um prédio ou carro, demolir um muro, arrancar uma cerca etc”.

bém moderados de aprovação condicionada). São elas, pela ordem da tabela: **perseguição** (7,3% de “A favor”, 13,1% de “Depende”, 73,8% de “Contra”), **agressão verbal** (4,4% de “A favor”, 15,3% de “Depende”, 75,9% de “Contra”), **ameaça/intimidação** (1,5% de “A favor”, 5,1% de “Depende”, 89,8% de “Contra”) e **agressão física** (0,7% de “A favor”, 6,6% de “Depende”, 89,1% de “Contra”).

Segundo o glossário, a **perseguição** é entendida como o “ato de acompanhar de forma insistente e sistemática o adversário em suas atividades e locais de atuação, como forma de pressão e coerção política. O adversário, nesse caso, é a pessoa ou o representante da organização contra quem se luta. Exemplos: prefeito, governador, empresário, diretor de órgão público, político etc”.

Nos comentários livres, mesmo as organizações favoráveis à prática apontaram certas condições para seu uso legítimo, usando os mesmos argumentos das organizações que justificam a aprovação condicionada,⁶⁸ já referidos aqui em outros pontos do documento: sua pertinência à estratégia da causa, aos objetivos políticos e à defesa de direitos. Outra condição mencionada é não ostentar “**caráter destrutivo**”. Embora também organizações contrárias ao uso da perseguição como método de ação tenham apresentado considerações nessa linha, é relevante destacar um motivo forte explicitado para a rejeição da prática: “**é fascismo e autoritarismo**”.

A **agressão verbal**, por sua vez, recebeu um índice maior de aprovação condicionada (ou de reprovação justificada) que as demais táticas deste bloco: 15,3%. É interessante verificar quais as condições que essas organizações apontam para validar a prática, especialmente porque já no nome ela expressa uma qualidade entendida como “violenta”. Pelo glossário, agressão verbal consiste na “ação de hostilização verbal do adversário, por meio de xingamentos ou ameaças. Neste caso se trata sempre de uma pessoa física; por exemplo, representante de uma or-

68 Das 13,1%, 7,3% fizeram comentários.

ganização contra a qual se luta (diretora, ministro, dona de empresa, um segurança etc)”.

Um grupo composto de 7,3% da Amostra e que optou pelo “Depende” explicitou seu posicionamento de aprovação com ressalvas em sua maior parte com base no argumento da legitimação política (autodefesa, justiça social, defesa de direitos). Por sua vez, 2% das organizações ponderaram sobre a natureza emocional da agressão verbal e sua emergência quase inescapável em situações de confronto. A prática poderia ser validada, segundo uma organização, também “**se não [tivesse] teor violento**”. Organizações que optaram pelo “Contra” apresentaram ponderações similares, compartilhando as mesmas preocupações e contradições.

A **agressão física** recebeu o menor percentual de aprovação entre todas as práticas analisadas aqui (0,7%), mas não é a mais rejeitada. Um conjunto composto por 6,6% das organizações colocaram condições para sua validação. Entendida como “ato de ferir ou produzir dano físico a/o adversária/o. Neste caso, sempre se trata de uma pessoa física, por exemplo, representante de uma organização contra a qual se luta (diretor, ministra, dono de empresa, um segurança etc)”. A agressão física foi avaliada, inclusive pelas organizações que a rejeitam, como legítima em situações de autodefesa. Ainda assim, é importante destacar o alto índice de reprovação dessa ação (89,1%), que só não é maior que o recebido pela prática de ameaça/intimidação.

A definição de **ameaça/intimidação** usada para subsidiar a avaliação dessas práticas e que consta no glossário do Estudo é: “demonstrar ao adversário a possibilidade de uma reação violenta caso ele mantenha sua posição/atuação política. A ameaça invoca a possibilidade de produzir dano ao adversário e a possibilidade de usar a força e a violência.

A LEGITIMIDADE POLÍTICA
É COMUMENTE USADA
COMO ARGUMENTO PELAS
OSCs PARA JUSTIFICAR A
ACEITAÇÃO EXCEPCIONAL
DE MÉTODOS REPROVADOS

Exemplos: sugerir que a pessoa pode levar uma surra, alertar para tomar cuidado quando sair de casa ou andar sozinha, avisar que alguma propriedade pode ser danificada, ameaçar expor *nudes* na internet, etc”. A prática recebeu mais aprovação que a agressão física, com 1,5%; a opção “Depende” teve 5,1% das respostas. Por outro lado, é a campeã de rejeição (89,8%)⁶⁹.

Um número pequeno de comentários explicativos foram registrados neste quesito, o que pode indicar haver pouca dúvida quanto à apreciação avaliativa do método de ação. É possível extrair dois tipos de ressalvas dos comentários feitos por 2,8% das organizações: um, a pertinência da prática a depender do grau de conflito e enfrentamento e da natureza do adversário (neonazistas, por exemplo); outro, a validação da ação de *intimidação*, mas não de ameaça, sobre *organizações* e não sobre indivíduos.

Se examinarmos o conteúdo das definições de cada prática no glossário do Estudo e sua posição na classificação geral de aprovação/reprovação, é possível identificar um gradiente de aceitação e rejeição compatível com grau de percepção da “violência” associada a elas. De forma muito evidente: quanto menos “violentas”, mais aprovação e aceitação; quanto mais “violentas”, menos aprovação e menos aceitação. Também nas condições colocadas para aprovação e nas justificativas das respostas das organizações, o critério da violência se coloca.

No entanto, até esse critério decisivo – haver ou não haver violência – é ponderado ou reinterpretado. É onde se pode encontrar a chave para uma outra dimensão do debate político sobre a (não) violência: a auto-defesa, o combate à injustiça ou à violação de direitos são os princípios de corte entre aquilo que é aceitável e o que não é. No capítulo seguinte, esse debate será detalhado e aprofundado.

69 Não é à toa. Como vimos no Cap. 4, seção 4.4, p. 86, coação, humilhação e intimidação compõem a categoria campeã das violências diretas cometidas contra as OSCs.



7.

**Breves
reflexões
a partir
dos achados
do Estudo**



Este Estudo traz um amplo conjunto de dados sobre as práticas políticas das organizações da sociedade civil brasileira, com destaque para as diferentes visões que as OSCs têm do problema da violência e, em especial, do conceito e da prática da não violência. Nesse capítulo, trataremos de poucas mas relevantes questões extraídas desses dados, alguns “achados” do Estudo, que ora iluminam facetas pouco conhecidas das OSCs – e, nesse sentido, podem ser vistas como “novidades” –, ora reforçam ideias ou cenários já reconhecidos (que recebem então mais uma camada de confirmação).

A hipótese que deu partida à construção desta investigação, por sua vez, está demonstrada. Com base na avaliação das organizações sobre suas práticas, princípios e posições políticas, as OSCs, em sua ampla maioria, se entendem e se reconhecem como não violentas.

Para além dessa conclusão mais geral, as nuances e particularidades verificadas nestes “achados” permitem desenvolver ainda um conjunto de reflexões, talvez inéditas, sobre o papel que a não violência tem, ou não tem, ou pode vir a ter, no modo de atuação das organizações da sociedade civil brasileira.

As análises elencadas a seguir buscam oferecer uma nova leitura sobre as práticas, a visão estratégica e os princípios teóricos e políticos que orientam a atuação das OSCs no Brasil – em última instância, no intuito de contribuir para que as OSCs possam ampliar e potencializar sua capacidade de incidência política e transformação.

1. Interseccionalidade

A interseccionalidade é uma realidade na prática das organizações da sociedade civil. A interseccionalidade, como condição desejável de entrecruzamento sinérgico das lutas por direitos e por justiça social, pela qual ativistas e organizações potencializam mutuamente seus esforços políticos, é revelada quando analisamos o quadro de pautas e temas com as quais as OSCs atuam. Ela é especialmente evidente pelo menos no

que se refere a três pautas principais: clima, feminismo e antirracismo⁷⁰. Um número significativo de OSCs, cujo propósito estrito de atuação não é imediatamente voltado a essas pautas, as incorporaram nas atividades do dia-a-dia: 32% das organizações afirmam atuar com a pauta de clima e justiça socioambiental; 29%, com feminismo e equidade de gênero; 27%, com a pauta antirracista – num volume de duas a três vezes maior do que o mero enquadramento num campo de atuação prioritário poderia indicar⁷¹.

Outro conjunto de dados vem reforçar este “achado”. Quando informam sobre as violências enfrentadas e combatidas, 53,3% das OSCs apontam “violência de gênero”, bem como 34,3% apontam “racismo e violência contra a população negra”⁷². As pautas de gênero e raça estão também incorporadas quando se examina as práticas de equidade⁷³ implementadas pelas OSCs e, junto com “respeito à natureza e justiça socioambiental”, também estão presentes no rol de valores e princípios⁷⁴ das organizações. Embora em menor proporção, verifica-se o mesmo fenômeno quanto à luta por direitos LGBTQIAPN+⁷⁵. Se a interseccionalidade não se apresenta em níveis *desejáveis* – que o digam as organizações que atuam em defesa dos direitos dos animais –, pelo menos já há evidências de ser ela uma prática verificável no âmbito da sociedade civil.

70 Conferir p. 48.

71 Para fins de comparação, veja mais detalhes na tabela da p. 46. Conforme o campo de atuação, 9,5% da Amostra são classificadas como organizações feministas; 8%, de enfrentamento ao racismo; e 7,3%, de clima e justiça ambiental.

72 Conferir p. 84. Quando se verifica quais os temas aparecem nos debates internos que as OSCs fazem sobre violência, mais uma vez a violência de gênero e o racismo aparecem nas primeiras colocações (cf. p. 82).

73 Conferir p. 57.

74 Conferir p. 54.

75 As organizações desse campo são 8,8% da Amostra; no entanto, 12,4% dizem trabalhar com o tema e 13,8% afirmam combater a violência contra a população LGBTQIAPN+.

2. Valores e causas

O conjunto dos valores/princípios que orientam a ação das organizações está diretamente relacionado com as respectivas pautas e lutas que elas realizam. Desse conjunto não consta, em geral, princípios e valores em abstrato, como “solidariedade” (que teve 6,6% das menções) ou “princípios religiosos” (3,6%). O que se verifica, ao contrário, é uma forte associação entre os valores e princípios mencionados e os *propósitos* das organizações. Em alguns casos, há até uma nítida *identificação* entre as causas e os valores/princípios, isto é, as próprias causas sendo *entendidas* como valores/princípios em si⁷⁶. Por isso, temos referências diretas a “educação e direitos da criança”, “antincarceramento”, “agricultura e soberania alimentar”, só para citar alguns exemplos.

Esse ponto é reforçado por outra constatação: 43,2% (a maior proporção) das OSCs afirmam aplicar na prática seus valores e princípios mediante a realização das suas próprias *ações e projetos finalísticos*; ou seja, mais uma vez não dissociando a *dimensão ética* e a *razão de existir* das organizações – as causas, se tornando assim, para todos os efeitos, os princípios que orientam as organizações.

3. O eixo da violência

A consideração da violência é elemento central para a compreensão das práticas políticas das OSCs. A violência é o eixo em torno do qual as lutas se constituem; logo, é também em torno dela que as organizações se constroem e se posicionam.

A violência, nos próprios termos usados pelas organizações, não só atenta contra a integridade física e a dignidade das pessoas, do meio ambiente e de outros seres vivos, como suprime direitos, oprime e cerceia a ação política. A violação de direitos, o abuso de poder, a violência

76 Conferir p. 52 e “Tabela 3 – Valores e princípios adotados pelas OSCs”, à p. 54.

institucional, a violência econômica, a violência estrutural, em suma, conformam o conjunto das dinâmicas sociais e políticas que as OSCs se encarregam de enfrentar. Não é à toa que a violência seja objeto de reflexão interna da grande maioria das organizações consultadas – 89,7%⁷⁷.

Todas as organizações e movimentos entrevistados, com apenas uma exceção⁷⁸, atuam contra a violência. Aliás, como o Estudo mostra, as OSCs não só precisam *combater* a violência, enfrentar a violência, como também são obrigadas a *reagir* e se *defender* da violência.

4. Defesa não violenta

Não consta, a partir dos dados levantados pelo Estudo, que as OSCs façam uso ativo da violência para a consecução de seus objetivos (o que inclui enfrentar e combater a violência). Nem mesmo em sua própria defesa.⁷⁹ Mais de 75% das pessoas entrevistadas afirmam que as organizações (ou integrantes das organizações) já sofreram algum tipo de violência em decorrência da sua atuação⁸⁰. *As OSCs enfrentam e combatem a violência sofrida com práticas que não são violentas.*

77 Conferir p. 81.

78 Conferir p. 84.

79 Aqui cabe fazer a ressalva de que o fato de não haver registro de uso de violência não é o equivalente a afirmar que esse uso não exista empiricamente. É possível presumir que, para grupos particularmente vulneráveis à perseguição política e à criminalização, calar sobre eventuais práticas mais “agressivas” tenha sido uma opção adotada na situação de entrevista (direito, aliás, pactuado de antemão, cf. cap. 2, Metodologia, p. 28). Ainda assim, pelo conjunto dos dados levantados no Estudo (e outros dados de contexto da realidade brasileira), tudo leva a crer que, ainda que isso possa ter ocorrido, não alteraria o quadro geral verificado. Um elemento adicional a reforçar essa ideia é o fato de a “consideração” de uso da violência não ter escapado ao Estudo, como se poderá ver adiante nos tópicos “Possibilidade de uso da violência” e “Rejeição da não violência”.

80 Conferir p. 91. Veja também a lista completa dos 60 atos de violência cometidos contra as OSCs na Tabela 6, à p. 89.

Basta checar o conjunto das formas de reação às violências para concluir que a violência está, até o momento, longe de ser usada como opção. As ações mais frequentes são a adoção de providências de caráter legal, o recurso às instituições públicas (Ministério Público, Defensoria Pública, polícia etc), processos de comunicação e denúncia pública, articulação política e mobilização e a utilização de mecanismos de acolhimento, apoio e proteção às vítimas (estatais ou criados pelas próprias OSCs).⁸¹ Aqui é interessante notar que embora o Estado seja um importante agente de violência contra as OSCs⁸², é às instituições de Estado que elas recorrem frequentemente para se defender.

A reação e defesa contra violência fez ainda com que um número significativo de organizações (20,4%) passassem também a planejar e a adotar previamente medidas de segurança e proteção. Embora haja um forte entendimento entre as organizações de que a autodefesa é legítima e necessária (prática aprovada por 86,1% da Amostra⁸³), o Estudo não registrou ações especificamente classificadas como tal.⁸⁴

5. O rótulo de “organização violenta”

Ainda que não se lance mão de violência *stricto sensu*, muitas vezes o fato de combater a violência faz com que as OSCs sejam vistas como violentas. A pecha de “agente violento” atinge cerca de 32% das organizações entrevistadas (a menor proporção, portanto), mas não deixa de ser importante destacar este ponto pelo que ele representa. Não está no escopo do Estudo a investigação sobre a *percepção pública* das práticas das organizações da sociedade civil (e, especialmente, da perspectiva

81 Conferir p. 93.

82 Conferir outros dados à página 87. Só a “Ação policial abusiva” aparece com cerca de 20% das menções.

83 Conferir p. 176.

84 Conferir nota de rodapé 79, cujo teor também se aplica ao caso.

de seus oponentes ou detratores). No entanto, esse dado ilustra de que forma eventualmente as práticas das OSCs são vistas pelo “público externo” e por quê.

Como vimos⁸⁵, o que dá origem à “acusação” de violência é, por um lado, a própria natureza das pautas defendidas (antirracismo, feminismo, direitos sexuais e reprodutivos, direitos humanos, antiproibicionismo, reforma agrária, moradia etc), que muitas vezes confrontam valores do *status quo* e adversários politicamente ativos; por outro lado, o emprego de certas táticas de luta (basicamente protestos, ocupações e bloqueios)⁸⁶.

Em resumo, para serem caracterizadas como *violentas* é bastante que as organizações ajam politicamente em nome de suas causas e usem, para tanto, táticas até triviais. *Não é a prática da violência que as torna violentas para alguns. Pode ser até a mesmo a não violência.*

6. A prática não violenta das OSCs

As OSCs brasileiras praticam a não violência e preferem optar por métodos de ação explicitamente não violentos em detrimento daqueles que possam parecer violentos em alguma medida. As OSCs compartilham um mesmo “pacote básico” de ações⁸⁷, que é notadamente composto por práticas que, numa primeira abordagem, já se poderia chamar de não violentas. A maioria das ações realizadas pelas organizações e que *elas mesmas entendem como não violentas*⁸⁸ se enquadram nesse pacote básico.

85 Conferir p. 166.

86 Nem se trata aqui de métodos mais “agressivos”. A referência às chamadas táticas black bloc ou dano ao patrimônio não chega a 6% das menções.

87 Conferir p. 58.

88 Conferir p. 161.

A tendência das OSCs é também de recusar as ações que podem ser lidas e enquadradas como violentas e, ainda, preferir aquelas que ostentem menos atributos de agressividade. O nível de aprovação (e adoção) de ações ou táticas de ação vai diminuindo à medida que *percepção de violência* associada a elas vai aumentando: quanto menos “violentas”, mais aprovação e aceitação; quanto mais “violentas”, menos aprovação e menos aceitação.

A manifestação de rejeição explícita a determinadas práticas evidencia a posição das organizações pela não violência: agressão física, agressão verbal, ameaça/intimidação, perseguição estão no topo da lista daquilo que as organizações recusam⁸⁹.

A opção pela ação não violenta é uma constatação forte deste Estudo.

7. As OSCs não violentas

As organizações da sociedade civil brasileiras se entendem como não violentas. Do total de OSCs, 73,7% afirmam que suas práticas podem ser consideradas “totalmente” não violentas; outras 22,6%, que podem ser consideradas pelo menos “em parte” não violentas. Já 87,6% das organizações concordam em ser vistas como não violentas; outras 3,6%, por sua vez, não se sentem não violentas não porque discordem da ideia, mas porque apresentam questões organizacionais internas que as impedem de pretender essa condição⁹⁰.

O questionamento sobre o que seria “parcialmente não violento” nas ações das OSCs ainda resta por esclarecer, especialmente no que se refere ao que seria, por hipótese, “parcialmente violento” – uma pista é a consideração pelas organizações de que 1) suas ações não sejam *suficientemente* não violentas ou 2) porque em alguns contextos o uso

89 Conferir p. 173 e, em especial, p. 187.

90 Conferir p. 159.

da violência possa ser legitimado. De todo modo, o Estudo registra que somente 6,6% das OSCs efetivamente *rejeitam* a não violência (*ver tópico adiante*).

A hipótese que deu origem a esta investigação parece então comprovada: *as OSCs brasileiras, em sua ampla maioria, são não violentas – no mínimo, segundo o entendimento que elas próprias têm da não violência.*

8. Possibilidade de uso da violência

Embora as OSCs não façam uso da violência (nem em sua própria defesa), o Estudo mostra, no entanto, que atos ditos violentos não são totalmente descartados. Esta “consideração” do uso da violência aparece de modos diferentes ao longo do conjunto de respostas e proposições. Trata-se, em geral, mesmo de uma *consideração* – isto é, da manifestação de abordagem ou tratamento de uma questão – e não, pelo que os dados demonstram, de uma *intencionalidade* de violência (muito menos de uma prática). Ainda assim, trata-se de um achado relevante: *a opção pela não violência não impede as OSCs de considerar eventualmente usar a violência.*

Essa ideia se verifica, por exemplo, quando cerca de 54% das pessoas que entendem a não violência “como não ferir alguém” também aceitam *usar a violência em situações de violência*; ou quando 29,1% acreditam que “nunca pegar em armas” *não seja* uma característica da não violência⁹¹.

Onde a possibilidade de uso da violência surge de maneira mais explícita é na avaliação da ideia de autodefesa. Definida aqui como “ação de uso de força ou violência com a finalidade de se proteger, escapar ou

91 Conferir p. 130. Nesse último caso salta aos olhos uma possível contradição entre os termos: “Seria possível uma não violência armada?”, alguém poderia perguntar.

colocar fim à violência sofrida”⁹², a autodefesa recebeu o segundo maior índice de aprovação entre 16 práticas avaliadas: 73% das pessoas entrevistadas consideram-na aceitável para se proteger da violência. Trata-se de um conjunto muito grande: 86,1%, se acrescentarmos os 13,1% de pessoas que deram a ela sua “aprovação condicionada”⁹³. A justificativa é sempre fundamentada no direito à vida e na manutenção da integridade das pessoas e/ou grupos. **“Não queremos ser a pessoa da violência direta, mas se tiver que se defender, a gente se defende”**, diz alguém, numa síntese desse posicionamento.

A OPÇÃO PELA NÃO VIOLÊNCIA NÃO IMPEDE AS OSCs DE CONSIDERAR, EVENTUALMENTE, A POSSIBILIDADE DE EMPREGO DA VIOLÊNCIA

Em outros casos, porém, a ressalva que abre espaço para o uso, ainda que excepcional, da violência é a *justificativa política e o objetivo final da luta*. Trata-se de argumento de natureza muito distinta da noção de autodefesa, uma vez que eventual “defesa” contra algum tipo de violência sequer está subentendida aqui. Ao contrário, o motivo está à frente: são os *fins*. Esse argumento foi verificado na defini-

ção do posicionamento das organizações diante dos métodos de ação mais “agressivos” avaliados⁹⁴. Em geral, a avaliação nesses casos indicava uma discordância (ou desaprovação) *preferencial*, mas a posição de aprovação podia ser alterada *se algumas condições fossem satisfeitas*. No caso das opções eventualmente caracterizadas por algum traço de “agressividade” – exemplos: pressão/coação, sabotagem, dano ao patrimônio privado etc – a condição para sua aceitação respaldava-se em ge-

92 Conferir Anexo 3 – Glossário de Termos e Expressões, p. 229.

93 Conferir p. 178.

94 Conferir seção 6.3, p. 173.

ral em sua (possível) natureza politicamente “justa”⁹⁵. Embora esta seja uma posição *minoritária* entre as organizações ouvidas pelo estudo, a *justificação finalística de alguma violência está identificada aqui*.

9. Rejeição da não violência

É minoritária, mas é identificável também uma posição de rejeição à ideia de não violência. A começar da própria auto-imagem das organizações. Como relatado no Capítulo 6, um pequeno grupo de organizações discorda taxativamente de serem vistas como não violentas – representando 6,6% da amostra. **“A violência é uma forma de reinventar a sociedade ou mudar a realidade”**, diz um comentário.⁹⁶

Como justificativa da oposição à não violência, algumas lideranças declaram que a não violência desconsidera a luta de classes e a legitimidade da violência dos trabalhadores contra a burguesia; contribui com **“a lógica de manutenção do sistema, que é opressora”**; e se trata de **“um conceito burguês, racista e classista”**. Há aquelas que consideram ainda o debate sobre não violência como “paralisador” para a militância; outras pontificam que **“a não violência é uma estratégia do opressor”** e de que não passa de um fetiche. Em síntese, para uma pequena parcela a não violência parece situar-se no campo *adversário*, isto é, tornando-se, ao que tudo indica, também o que se deve combater.⁹⁷

Em alguns casos, ainda que não represente necessariamente uma “re-

95 Conferir p. 173 em diante. Esse posicionamento constitui um padrão nos comentários feitos durante as entrevistas quando a posição da organização recaía sobre a aprovação condicional de uma prática (o uso da opção “Depende”). Trata-se de uma resposta recorrente em todo o espectro de táticas analisado.

96 Conferir p. 165-166.

97 Não se pode afirmar que esse mesmo conjunto de organizações tenha a mesma posição antagônica no que se refere às práticas da não violência, uma vez que nos aspectos relativos a elas a oposição se dilui segundo a natureza de cada prática, ora havendo ampla adesão, ora discordância ou desaprovação.

jeição” (dado o contexto específico da questão em exame), a oposição à não violência ganha mais corpo, como nos 13,9% de menções à ideia de que produz alienação e despolitização, naturalização da violência e apagamento do conflito⁹⁸.

10. A dúvida sobre a eficácia da não violência

Embora a maioria das organizações acredite que a não violência seja eficaz, existem questionamentos – e eles são relevantes justamente por lançar luz sobre pontos essenciais desse debate. Parece inevitável que a discussão sobre a não violência convoque, em maior ou menor medida, a reflexão sobre a relação entre ação política e violência (discussão aliás que está longe de se confinar aos limites deste Estudo). Como vimos, a adesão à não violência não é absoluta; quando, vale dizer, uma hipotética admissão da ação violenta surge, aparece sempre na *condicional*. A primeira condição (confira acima) concerne à auto-defesa; a segunda, à finalidade *justa* da luta. Agora aparece uma terceira condição: a *insuficiência* da não violência, sua incapacidade de dar conta da transformação almejada, ou a sua *ineficácia*. Esse último ponto merece ser analisado em detalhe.

A ideia de que a não violência traz avanços para a luta social é a predominante no âmbito do Estudo. Termos como resistência, luta, engajamento aparecem no topo dos atributos que caracterizam a não violência. Entre os pontos positivos da não violência, é significativa a proporção de menções a “engajamento”, “aumento do poder institucional, efetividade e impacto”. Não à toa, questões explícitas relacionadas à eficácia da não violência foram analisadas pelas organizações e as respostas dadas não deixam dúvidas sobre qual a posição quanto ao problema. Do total, 58,8% concordam com a afirmação de que “a não violência é uma estratégia e/ou uma tática eficaz para causar mudança” (5,1% discordaram da ideia). Uma proposição que afirma o contrário disso tam-

98 Conferir p. 121.

bém foi testada e *rejeitada* pelas organizações: “a não violência é uma postura *ineficaz* frente às estruturas de opressão e violência.” Foi aquela que recebeu o maior grau de *oposição* entre todas da lista (54,4%) e que obteve o *menor* índice de concordância entre todas (14%)⁹⁹. A questão da eficácia/ineficácia da não violência foi colocada sob exame outras vezes durante as entrevistas e *em todas elas prevaleceu a posição que afirma a eficácia da não violência*.

Porém, quando se observa o quadro de pontos negativos ou desvantagens atribuídos à não violência pelas organizações, cerca de 30% referem a uma *incapacidade de causar impacto* (isso sem falar da morosidade e da ineficiência da ação não violenta)¹⁰⁰. Em síntese, segundo essa visão, a não violência *não funcionaria* – especialmente se o que se pretende é uma transformação política mais profunda.

Uma afirmativa, que *a priori* trata precisamente dessa questão, foi submetida na entrevista a uma avaliação de concordância/discordância (aprovação/desaprovação) pelas organizações. Diz de forma explícita: “A não violência é eficaz para causar alguma mudança, mas não o suficiente para alterar a estrutura da sociedade: nesse caso, só uma ação violenta poderia alcançar esse objetivo”¹⁰¹. Essa frase contém em sua formulação não só o indicativo de uma suposta *insuficiência da não violência* como também de uma igualmente presumida *suficiência da violência*. Trata-se de uma afirmativa síntese de um grande problema estratégico-tático (mas também ontológico) da ação política. As respostas das pessoas entrevistadas indicam um razoável equilíbrio entre as posições. Trata-se de uma das afirmativas que mais produziram abstenções entre todas as proposições analisadas. O contraste entre as posi-

99 Conferir p. 132.

100 Conferir p. 121. Sem incluir as visões francamente minoritárias que indicam que passividade, inação e fuga do conflito sejam atributos da não violência (5,1%, cf. Gráfico 35, p. 107) ou que a finalidade da não violência seja a manutenção da ordem e do status quo (2,2%, cf. Gráfico 36, p. 112).

101 Conferir p. 132 e 139.

ções diferentes é um dos menores do conjunto: 26,5% concordam com a afirmação, 16,2% nem discordam nem concordam e 38,9% discordam da afirmação. Ainda assim a opção pela não violência continuou prevalecendo, reforçando a convicção de efetividade da não violência.

Mas o fato de essa escolha não ser tão enfática e de ser significativo o volume de não-respostas e posições neutras tornam a *ambiguidade* um dado relevante da análise geral. Essa *ambiguidade* aparece em vários momentos deste Estudo. Não se trata de uma mera distinção de posicionamento entre organizações que pensam diferentemente umas das outras (note-se: 6,6% rejeitam a não violência; 87,6% concordam em ser vistas como não violentas). Os números demonstram que *mesmo as OSCs que “assumem” a não violência* hesitam no tratamento do tema, num movimento pendular ora de afirmação, ora de contestação ou descrença na ação não violenta – especialmente no que se refere à sua eficácia. Daí que esse – impacto, eficácia – parece ser o ponto-chave a ser melhor investigado.

11. Força (ou fraqueza)

As críticas mais contundentes à não violência parecem ser desdobramentos da avaliação de uma variável decisiva: a noção de força. Ou de fraqueza. Por isso, voltar ao debate sobre eficácia é importante para destacar aspectos relacionados a *representações* subentendidas nos debates e nos posicionamentos – mas, de algum modo, reveladas pelas próprias organizações. Vale mais uma vez examiná-las em função do que manifestam.

Quando se observa o conjunto das desvantagens atribuídas à não violência verifica-se que, junto com ineficácia ou ineficiência, a quase totalidade delas têm a ver com a *inação* ou a *falta de capacidade de lutar*. Um quarto de todas as organizações (segundo lugar no ranking dos pontos negativos) identifica o *não agir* – o contrário da luta – como a

grande desvantagem da não violência¹⁰². Em outro momento, também verificou-se que “Evitar o confronto” caracterizaria a não violência (um total de 47,4% das organizações, parcela bastante significativa da Amostra)¹⁰³. Em síntese, considerando outras críticas e ressalvas apresentadas, a não violência não conseguiria *“produzir fissuras significativas”* nem *“mudar a correlação de forças”*, não seria capaz de desenvolver uma *“negatividade disruptiva”*, impediria reações mais fortes e, ainda, inibiria *“ações que poderiam ter resultados significativos”*.

De que forma essas ressalvas à não violência verificadas pelo Estudo podem ser então compreendidas?

Um comentário pode ajudar a explicar o problema da insuficiência da não violência: *“Há um limite de eficácia”* – diz uma pessoa entrevistada. Em seguida, na mesma frase, ela estabelece parâmetros de análise: *“dependendo do contexto e de quais resultados consegue produzir”*. Fechando a sentença, ela evidencia o ponto central do seu argumento: *“depende de uma abertura das partes envolvidas, sobretudo da parte conflitante”*. Nesse comentário, o “limite de eficácia” da não violência está associado diretamente a uma certa anuência dos adversários (a “parte conflitante”) ao propósito de *resolução do conflito*. Aqui se poderia circunscrever a ideia de não violência à sua versão empática/conciliatória (como vimos à p. 148) e, nesse sentido, obviamente a eficácia da ação estaria limitada pela boa vontade dos oponentes na busca de uma solução.

AS NOÇÕES DE FORÇA OU FRAQUEZA) ESTÃO NA ORIGEM DAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A EFICÁCIA (OU INEFICÁCIA) DA AÇÃO POLÍTICA NÃO VIOLENTA

¹⁰² Passividade, inação, resignação, conformismo, comodismo, apatia, paralisia, covardia são outros termos utilizados.

¹⁰³ Conferir p. 127.

Contudo, outro comentário, de uma liderança de outra organização, revela que o questionamento da eficácia não se refere a apenas “um tipo” de perspectiva de não violência (aquela que busca a conciliação e o acordo). Diz a liderança quando se refere a uma desvantagem da não violência: **“Não poder agir à altura esmaga o emocional das pessoas que são violentadas, alonga o processo de reação, prolonga o processo de juntar forças, o tempo de luta aumenta.”** (grifo nosso). Aqui os elementos da ineficiência da não violência são arrolados de forma didática – tudo sendo consequência de uma ação que, por algum motivo, não é capaz de fazer frente, *como deveria*, ao tamanho ou proporção do desafio (não está “à altura” dele). O que mais chama atenção aqui é a existência de um *impedimento*: “não poder agir” é o problema, do qual o resto decorre. Se se pudesse fazer diferente, as consequências seriam outras – e a ineficiência declarada talvez não existisse.

Embora este seja apenas um comentário entre tantos registrados pelo Estudo, outros dados vêm corroborar o que ele expressa de forma contundente: a maior parte das desvantagens atribuídas à não violência concernem a uma *falta de capacidade* – ou a uma *falta de força*; numa expressão, à sua suposta *fraqueza*. Tal referência à fraqueza não surge à toa. “Produção (ou impressão) de fragilidade, fraqueza, isolamento político” aparece na lista dos aspectos negativos, tendo recebido 7,3% das menções¹⁰⁴.

Este é um ponto que merece atenção também porque informa da preocupação com um componente *expressivo* ou *comunicativo* da ação política (portanto, um componente *tático*). Do mesmo modo como o problema da não violência seria o de fazer “parecer”, “ser interpretada como”, “ser confundida com” ou “dar a ideia de” passividade, inação, conformismo ou covardia, também a não violência poderia

104 Conferir p. 121 e 123.

fazer parecer que se é fraco, frágil ou “sozinho”.¹⁰⁵ Demonstrar fraqueza seria já começar a luta *derrotado*.

Ao que tudo indica, as críticas mais contundentes à não violência parecem então ser desdobramentos da consideração deste único elemento-chave: a noção de *força*. Se o que se quer na prática política é *ação* em lugar de *inação*, *participação* em vez de *paralisia*, *atividade* em vez de *passividade*, *coragem* em vez de *covardia*, também é desejável ter *força* em lugar de *fraqueza*. A ideia de força incorpora a ideia de capacidade – e, por extensão, a expectativa de uma dada eficácia.

Tomada assim em seu sentido mais amplo, é em torno da força (capacidade) de produzir mudança que gira a *oposição* à ideia de não violência. A força, nesse sentido, estaria diretamente relacionada à eficácia. Portanto, a razão da suposta ineficácia da não violência residiria nesta *falta de força*.

Essa constatação suscita então uma série de perguntas:

- **Se a não violência seria ausência de força, a força estaria presente na violência?**
- **Os atributos desejáveis de força e capacidade, supostamente ausentes da não violência, podem ser fornecidos à luta pela violência (ou somente pela violência)?**
- **Haveria uma força não oriunda da violência?**
- **Estão presentes neste debate noções de violência que se afirmam como alternativas viáveis e legítimas de ação política?**

105 Conferir p. 121. Isso sem mencionar a posição de 9,5% das organizações que veem na não violência fator de aumento do risco e da vulnerabilidade e criminalização de pessoas e grupos que já sofrem violência, de certa forma favorecendo ainda mais a própria violência.

AS RELAÇÕES ENTRE
FORÇA/FRAQUEZA
E VIOLÊNCIA/NÃO
VIOLÊNCIA APONTAM
PARA A NECESSIDADE DE
MAIS ESTUDOS E DEBATES
SOBRE O TEMA

Usando essa mesma noção de força/eficácia como premissa, é possível também elencar outra série de perguntas, desta vez a partir da ideia de *eficácia* da não violência (que o Estudo revelou ser a visão predominante entre as OSCs).

- **Se a não violência é eficaz, haveria força na não violência?**
- **Se existe força na não violência, qual seria a natureza dessa força?**
- **Qual seria o limite de eficácia da força da não violência? Do mesmo modo, qual seria o limite de eficácia de uma força baseada em violência?**
- **A noção de força associada à eficácia permite pensar em diferentes modulações táticas de luta política conforme seu grau de violência ou não violência?**

Essas questões não foram objeto de atenção do Estudo e emergem aqui como temas que podem ser relevantes para o debate sobre a ação política das organizações e para uma reflexão futura sobre as condições de luta, a capacidade de incidência, o planejamento das estratégias e a consecução dos objetivos políticos das OSCs. Essas indagações emergem como resultantes da interpretação dos dados coletados pelo Estudo – e não à toa têm a natureza de *perguntas*. Novas investigações (de caráter teórico ou empírico) podem partir ou levar em conta esses pontos – que estudos de natureza exploratória são úteis para identificar.

12. Duas perspectivas de não violência

Conforme afirmamos anteriormente, haveria no conjunto de formulações das OSCs entrevistadas, pelo menos duas perspectivas di-

ferentes de não violência: a empática/conciliatória e a pragmática/antagonista.¹⁰⁶ Essas duas perspectivas podem ser pensadas como parte de dois espectros dentro de um mesmo *continuum*, ou como duas possibilidades de ação em uma dinâmica de conflito em constante evolução – nesse caso, duas perspectivas que se entrelaçam e se complementam, embora *essa visão integrada e não fragmentária da não violência não esteja presente na visão e na prática das organizações na grande parte dos casos estudados*. Quando a temática da não violência é abordada, o registro é condicionado em grande medida por uma das duas perspectivas, mesmo que ela possa incluir elementos característicos da outra. Por isso, essa classificação esquemática não é estanque, tem sobreposições, tensionamentos e complementariedades.

O *ponto de chegada* da perspectiva empática seria o acordo para resolver os conflitos por meio do diálogo. O conflito, portanto, precisa ser resolvido, superado. Já o *ponto de partida* da perspectiva antagonista seria o *impasse*. Quando estamos diante da *impossibilidade* do acordo e do diálogo, a não violência pragmática pode vir a ser uma alternativa de ação. Se, de um lado, temos a *colaboração* como preceito basilar da não violência empática, de outro temos o *confronto* (ou a *escalada do tensionamento*) como constitutivo da não violência antagonista.¹⁰⁷

Há diferenças significativas entre as duas abordagens, mas que do ponto de vista político podem ser estrategicamente complementares. Essas diferenças podem indicar quando é fundamental se sentar à mesa para negociar e tentar chegar a um acordo e quando é viável medir forças no momento em que a possibilidade de diálogo não existe.

106 Conferir p. 147.

107 Numa outra linha, poderíamos dizer que, enquanto uma se baseia na cooperação, a outra se fundamenta na não-cooperação.

Empática/Conciliatória	Pragmática/Antagonista
escuta empática	condição tático-estratégica
diálogo, negociação	impasse, confronto
acordo	finalidade política

O Estudo mostra como a perspectiva empática baseada no diálogo e na superação do conflito aparece com mais destaque. A perspectiva antagonista ainda é pouco conhecida. Isso fica evidente nas respostas sobre os principais métodos da não violência, na caracterização das práticas não violentas e suas vantagens, e nos conteúdos abordados nos debates internos das organizações. A pergunta que surge ao perceber que a não violência conciliatória aparece como sendo majoritária é *se essa manifestação se dá por escolha política, por desconhecimento da outra perspectiva ou por outra razão*. Apenas uma pequena parcela disse abordar nos debates internos os temas da não violência ativa, desobediência civil e táticas de ação não violenta (14,5%)¹⁰⁸. Fica evidente que a perspectiva antagonista aparece de maneira mais tímida como parte do repertório de atuação das organizações.

A opção pela não violência é vista por algumas organizações como uma escolha pela ineficácia, passividade, morosidade e alienação, devido em grande medida à leitura de que ela busca resolver os conflitos por uma tentativa de acomodação de interesses entre as partes. Essa impressão de que a não violência seria conformista e limitadora de outras opções de luta ganha mais força quando há *desconhecimento* da perspectiva que oferece resistência ativa à injustiça e à violência, com base em uma estratégia desenhada e um arsenal de táticas bem orquestrado. O desconhecimento da perspectiva antagonista pode dificultar que as organizações descubram ou formulem soluções de incidência e ação política capazes de superar impasses e limitações de eficiência e transformação.

108 Conferir p. 99.

13. Consolidação da extrema-direita

O debate sobre não violência tende a ganhar maior apelo em face de um cenário de crescimento ou consolidação da extrema-direita, que opera, se mantém e se fortalece pela apologia do ódio e da violência.

O cenário de consolidação de *força da extrema-direita* – verificado em todo o mundo, também no Brasil, especialmente a partir da eleição de Bolsonaro em 2018 – vem acrescentar e impor novas exigências e desafiar as formas de ação política empregadas pela sociedade civil. Especialmente devido ao modo como *a violência política é franqueada* e tratada como prática admissível e normalizável – embora este fenômeno não seja nem novo nem pouco frequente para um significativo conjunto de grupos e lutas nas periferias, campos e florestas do país.

Isso não só pode colocar em xeque as práticas não violentas de caráter empático/conciliatório, mais vocacionadas ao diálogo e ao acordo – ao eventualmente demonstrar sua recusa à negociação e ao entendimento comum, fazendo colapsar as tentativas de convergência e conciliação –, como pode também confrontar a própria natureza não violenta das práticas pragmáticas/antagonistas ao solicitar delas respostas mais duras e agressivas, dado o grau de violência com que a extrema-direita atua sobre pessoas e grupos vulneráveis, organizações e ativistas, em dinâmicas que podem escalar para atos de violência não-táticos e generalizados¹⁰⁹. Como se não bastasse, esse cenário também trouxe um desafio adicional: a apropriação, pelos grupos de extrema-direita, de métodos de ação tipicamente característicos da resistência civil e do ativismo não violento, num nível tal que, somente pelo uso das táticas (ocupações, marchas, ações simbólicas criativas etc), já pode não ser mais possível distinguir uns e outros.

Enfrentar esses novos desafios passa necessariamente pela ampliação do debate e do conhecimento das práticas políticas de incidência, e,

109 De novo: riscos que grupos periféricos, defensoras e defensores de direitos humanos, comunidades tradicionais e povos originários já conhecem e enfrentam há muito.

em especial aqui, sobre a ação política não violenta em suas diversas formas de manifestação. Os dados levantados e as análises apresentadas neste Estudo podem contribuir com tópicos e abordagens para esse debate: as diferentes perspectivas de não violência e a atualização de seu repertório de táticas, o debate sobre eficácia e força, a preparação para o enfrentamento da violência em níveis não previstos etc. Não consta que seja uma tarefa simples.

14. Desinformação e silêncio sobre não violência (de viés pragmático/antagonista)

As OSCs parecem desconhecer a perspectiva pragmática/antagonista da não violência. Este Estudo não tinha como propósito medir o grau de conhecimento das OSCs sobre não violência, mas, antes, compreender como as organizações entendiam a não violência e como (e se) mantinham práticas não violentas. No entanto, não deixa de ser surpreendente constatar como, sob uma camada de aparente proficiência, ocultam-se níveis acentuados de desinformação sobre um conjunto bastante relevante de abordagens e práticas não violentas, reunidos aqui sob a expressão “pragmática/antagonista”.

Como mencionado à página 96, 43% das organizações entrevistadas afirmam *conhecer bem* ou *estudam/trabalham* o tema da não violência e 54,6% dizem conhecer pouco ou nada sobre o assunto. A existência do primeiro conjunto, em proporção inesperada, de organizações com *proficiência* em não violência (pelo menos é o que se depreende de expressões como “conhecer bem” e “estudar/trabalhar com”) é, por si só, um achado significativo deste Estudo.

O fato de a não violência ser pouco abordada nos debates públicos travados no âmbito da sociedade civil parecia sinalizar a existência de alto grau de ignorância sobre o assunto. É verdade que a maioria da amostra da sociedade civil escutada não conhece bem a não violência, mas o nível de proficiência de 43% revela que a falta de debates públicos sobre o tema aponta um índice desproporcional de *silêncio*

não compatível com a existência de tantas organizações aptas a promover esse debate.

Quando se analisa o teor da discussão sobre não violência realizada internamente pelas organizações¹¹⁰, emerge outra constatação importante: a maior parte das organizações trata dos temas “comunicação não violenta, pacifismo ou cultura de paz”, numa proporção de mais do que o dobro das organizações que debatem não violência ativa ou táticas de ação não violenta (14,5%). Ou seja, há uma forte predominância da visão empática/conciliatória na composição do debate interno. Outro percentual significativo de organizações (cerca de 30%) revela ainda que faz o debate sobre *violência* (ou as *violências* enfrentadas) – quando o que se pedia na verdade era para informar sobre a realização de debates sobre *não violência*.

Ainda que 43% das organizações afirmem ter conhecimento de causa sobre não violência, *duas a cada três não tratam a perspectiva pragmática/antagonista em particular*. Uma outra evidência corrobora essa ideia: quando se compara o conteúdo dos debates relatados pelas organizações que dizem conhecer *muito* com o dos debates de quem conhece pouco a não violência, em relação ao tema da luta ou ação não violenta, não há qualquer diferença: *trata-se sempre de um debate marginal e pouco frequente*. Considerando apenas esses dados, o grau de *desconhecimento* daquilo que se denominou de visão pragmática/antagonista da não violência, que incorpora os aspectos táticos da chamada “não violência ativa” ou “resistência civil”, chega, portanto, a *83,1% das organizações*.

HÁ UM NÍVEL
DES PROPORCIONAL DE
SILÊNCIO SOBRE A NÃO
VIOLÊNCIA, INCOMPATÍVEL
COM O NÚMERO DE OSCs
QUE AFIRMAM CONHECER
BEM O TEMA

110 Conferir p. 97.

15. A relevância política do debate sobre não violência

As organizações da sociedade civil brasileiras consideram relevante o debate sobre a não violência para a prática do ativismo e da militância? As respostas a essa questão devem ser interpretadas à luz do grau de conhecimento sobre o tema (referido acima). Ainda que grande parcela não conheça o assunto (e, como vimos, muito menos a perspectiva pragmática/antagonista da não violência), 49,6% consideraram tal debate “muito relevante e urgente” e 35% consideraram esse debate “relevante” – totalizando 84,6%, portanto, uma grande maioria¹¹¹.

E, ainda que o grau de desconhecimento seja uma evidência importante e possa ser fator de dificuldade para as organizações avaliarem a necessidade de aprofundamento do tema, o conjunto dos comentários feitos para explicar a atribuição de relevância dada ao debate sobre a não violência não deixa de tocar em aspectos essenciais relacionados à luta política. Curiosamente, neste ponto as referências a aspectos típicos da perspectiva empático/conciliatória foram quase residuais (não chegaram a 10% das menções) – bem como os discursos desqualificadores *a priori* da não violência¹¹².

O combate e o enfrentamento da violência continua a ter destaque no cômputo das justificativas. O debate sobre não violência seria relevante e urgente porque faz ressaltar as várias manifestações da violência e as diferentes maneiras de enfrentá-la. Aqui não violência e combate a violência permanecem em direta associação.

O outro destaque é a ênfase no avanço e no horizonte finalístico das lutas. Mesmo organizações que vocalizam um viés crítico à não vio-

111 Apenas 1,4% não vê relevância na discussão do tema no atual momento. Conferir p. 143.

112 Como: “*Há coisas mais importantes e urgentes para o ativismo no Brasil hoje*” [do que falar em não violência].

lência (com base no que entendem ser não violência) – como as que denunciam seu caráter fetichista e paralisador, por exemplo – consideram importante o debate em função da consecução da luta política. Outras organizações afirmam querer aproveitar o debate para abordar e compreender a contraviolência das classes e populações oprimidas e refletir sobre o uso da força e a efetividade e necessidade da violência em alguns momentos ou contextos. Outras ainda enfatizam a importância de se pensar, por meio da não violência, a ação política em caráter estratégico.

Por fim, um outro conjunto de organizações compreende a relevância e urgência do debate sobre não violência – também numa chave finalística de ação política – à luz do contexto de polarização, desinformação, ódio e violência do último ano do governo Bolsonaro. O contexto político orienta assim a consideração sobre a relevância do debate – e, talvez, a mesma avaliação pudesse ser confirmada hoje, ainda que tenha havido uma importante (e desejada) mudança conjuntural.

O que se pode extrair do conjunto desses comentários é, assim, mais uma chave de leitura do que suas diferentes manifestações. O foco central orientador da análise de relevância foi, em sua grande maioria, a ação política, seus princípios e suas práticas. O que corresponde à intenção que, desde a origem, balizou a realização do Estudo.



Créditos



TEXTO E ANÁLISE**Cássio Martinho****Mikael Freitas****Marcel Taminato****Maria Teresa de Arruda Campos****CONCEPÇÃO E METODOLOGIA****Camila Fernandes****Cassio Martinho****Maria Teresa de Arruda Campos****Mikael Freitas****Apoio: Pablo Ortellado****TIME DE REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS****Clarissa Mendes Gonçalves****Debhora Fernanda Custódio Bento****Edeisa Amorim****Evanielly Velozo****Jéssica Vanessa dos Santos****Lays Cristina Araújo Silva****Maria Clara Belchior****Nadiella Monteiro****Nara Perobelli de Moraes****NathIELLY Darcy Ribeiro Araújo****Nina Liesenberg****PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO****Maria Fernanda Gama****REVISÃO****Arthur Dantas Rocha****PRODUÇÃO GRÁFICA****Pedro & João Editores**



Anexos



Anexo 1 – Categorias de pautas e temas correlacionados

Para fins de análise e organização do trabalho, algumas categorias que estabelecem as pautas e temas abordados pelas OSCs abrigam outras pautas e temas específicos com os quais mantém correlação e afinidade. Todas as referências abaixo foram elaboradas com base nas respostas das pessoas entrevistadas.

Exemplos: na categoria “Saúde” está incluído o tema da “Saúde mental”; na categoria “Direito à Cidade” estão incluídas as pautas de “Habitação”, “Moradia” e “Mobilidade Urbana”.

PAUTAS TRABALHADAS PELAS ORGANIZAÇÕES E TEMAS CORRELACIONADOS

Temas/pautas	Outros temas correlacionados
Clima e justiça socioambiental	Água, direitos da natureza, gestão ambiental
Feminismo	Violência contra a mulher, gênero, direitos sexuais e reprodutivos, trabalhadoras sexuais
Enfrentamento ao racismo	(sem outros temas)
Defesa do território	(sem outros temas)
Direitos humanos	Refugiados
Povos originários e comunidades tradicionais	Quilombolas
Defesa da democracia, educação política e controle social	Transparência, formação política, orçamento público, carreiras de Estado
Segurança pública e política de drogas	Acesso ao sistema de justiça, antiproibicionismo, abolicionismo penal, desmilitarização

Direito à terra e agricultura familiar	Agroecologia, reforma agrária
Educação	Direitos da criança e do adolescente
Direitos LGBTQIAPN+	(sem outros temas)
Saúde	Saúde mental
Segurança alimentar e nutricional	Alimentação, consumo sustentável e defesa do consumidor
Desigualdade e justiça social	Inclusão social
Comunicação e direitos digitais	Segurança digital
Direito à cidade	Moradia, habitação, mobilidade urbana
Juventude	(sem outros temas)
Trabalho e seguridade social	(sem outros temas)
Inclusão produtiva, geração de trabalho e renda	Empreendedorismo
Religião e liberdade religiosa	(sem outros temas)
Ciência e tecnologia	Pesquisa
Cultura	(sem outros temas)
Outros	Autocuidado, não violência
Direitos dos animais	(sem outros temas)

Anexo 2 – Nomes de referência no tema da não violência

Nome	Nº de menções	Nome	Nº de menções
Gandhi	54	Eduardo Suplicy	2
Martin Luther King	37	Elza Soares	2
Nelson Mandela	30	Malcolm X	2
Malala	7	Margarida Maria Alves	2
Lula	7	Marina Silva	2
Chico Mendes	7	Pastor Henrique Vieira	2
Dalai Lama	7	Rosa Parks	2
Padre Julio Lancelotti	7	Sônia Guajajara	2
Angela Davis	6	Vandana Shiva	2
Marielle Franco	6	Abdias do Nascimento	1
Jesus Cristo	6	Alessandra Munduruku	1
Lélia Gonzalez	5	Alessandro Molon	1
Madre Tereza de Calcutá	5	Antonio Jorge	1
Marshall Rosenberg	5	Aristóteles	1
Greta Thumberg	4	Armstrong	1
Raoni	4	Aurico	1
Dom Helder Câmara	4	Barack Obama	1
Ailton Krenak	3	Benedita da Silva	1
bell hooks	3	Bob Marley	1
Carolina Maria de Jesus	3	Buda	1
Dom Pedro Casaldáliga	3	Caetano Veloso	1
Herbert de Souza (Betinho)	3	Carolina Ricardo	1
Irmã Dorothy	3	Catia Souza	1
Irmã Dulce	3	Che Guevara	1
Papa Francisco	3	Conceição Evaristo	1
Paulo Freire	3	Cristóvão Buarque	1
Zumbi dos Palmares	3	Dandara	1
Chico Buarque	2	Djamila Ribeiro	1
Desmond Tutu	2	Dona Dije	1
Dom Paulo Evaristo Arns	2	Dona Penha	1
Dom Thomas Balduino	2	Dona Regina	1

Nome	Nº de menções	Nome	Nº de menções
Elis Regina,	1	Princesa Diana	1
Fernando Holiday	1	Rafael Poço	1
Fidel Castro	1	Roseli Nunes	1
Flávio Dino	1	São Francisco de Assis	1
Friedrich Nietzsche	1	Silvio Almeida	1
Galdino Pataxó	1	Sueli Carneiro	1
Gene Sharp	1	Taca Durá (xavante)	1
Gilberto Gil	1	Vinicius Lima	1
Guacira	1	Zé Claudio e Maria	1
Heloisa Helena	1	Zezé Motta	1
Ícaro Silva	1		
Irmã Cleusa	1	Outras respostas	21
Irmã Isabel	1	Total de menções	341
Jean Piaget	1		
John Lennon	1		
José Iporra Plantes	1		
Julia Abreu	1		
Karina Penha	1		
Ilona Szabo	1		
Luísa Erundina	1		
Marcelo Freixo	1		
Michel Foucault	1		
Milagro Sales	1		
Milton Santos	1		
Monja Cohen	1		
Naomi Klein	1		
Nego Bispo	1		
Padre Ezequiel	1		
Padre Josimo	1		
Paul Watson	1		
Pedro Ramos	1		

Anexo 3 – Glossário de termos e expressões empregados durante as entrevistas

ACAMPADA (Ver Ocupação)

AÇÃO DIRETA

Conjunto de táticas e métodos de ação política que realize diretamente o objetivo pretendido, sem a anuência ou a participação de intermediários. **Exemplos:** libertar animais ou pessoas escravizadas você mesmo; fechar os dutos de efluentes de empresa poluidora você mesmo (sem esperar a visita dos agentes de fiscalização); retirar os invasores de uma floresta (sem esperar que o governo aja); impedir a saída de uma carga ou o corte de uma árvore, etc.

ADVOCACIA POPULAR

(promoção e defesa jurídica)

Assistência jurídica, acompanhamento em processos judiciais, apoio na litigância etc às pessoas ou grupos atendidos/ parceiros. **Exemplos:** gabinete de atendimento popular jurídico, acompanhamento de advogados em atos e protestos etc.

AGRESSÃO FÍSICA

Ato de ferir ou produzir dano físico a adversária/o. Neste caso, sempre se trata de uma pessoa física, por exemplo, representante de uma organização contra a qual se luta (diretor, ministro, dono de empresa, um segurança etc).

AGRESSÃO VERBAL

Ação de hostilização verbal do adversário, por meio de xingamentos ou ameaças. Neste caso se trata sempre de uma pessoa física; por exemplo, representante de uma organização contra a qual se luta (diretora, ministro, dona de empresa, um segurança etc).

AMEAÇA / INTIMIDAÇÃO

Demonstrar ao adversário a possibilidade de uma reação violenta caso ele mantenha sua posição/atuação política. A ameaça invoca a

possibilidade de produzir dano ao adversário e a possibilidade de usar a força e a violência. **Exemplos:** sugerir que a pessoa pode levar uma surra, alertar para tomar cuidado quando sair de casa ou andar sozinha, avisar que alguma propriedade pode ser danificada, ameaçar expor *nudes* na internet, etc.

ARTICULAÇÃO E/OU INCIDÊNCIA NO LEGISLATIVO/EXECUTIVO

Contatos e conversas com agentes públicos em nome da causa ou dos objetivos de incidência. **Exemplos:** articulações na Câmara Municipal ou Assembleia Legislativa, visitas a parlamentares ou gestores públicos etc.

ASSESSORIA TÉCNICA

Prestação de assessoria ou apoio de caráter técnico, especializado, em quaisquer áreas. **Exemplos:** apoio na comercialização de produtos; assessoria em gestão ou em captação de recursos; assessoria técnica em plantio etc.

ATENDIMENTO DIRETO E/OU ENCAMINHAMENTO

(psicossocial, esportivo, saúde, abrigo, alimentação, proteção animal etc)

Encaminhamento a serviços ou prestação de serviço diretamente ao público beneficiário: por exemplo, consultas ou exames médicos, fornecimento de abrigo, fornecimento de cesta básica ou comida etc.

AUTODEFESA

Ação de uso de força ou violência com a finalidade de se proteger, escapar ou colocar fim à violência sofrida, seja de forma circunstancial (**exemplos:** reação a uma desocupação pela polícia, enfrentamento das forças de segurança num protesto de rua etc) ou de forma mais duradoura e sistemática (**exemplos:** cerco de jagunços a uma aldeia ou acampamento, brigada de vigilância contra a invasão de terras etc).

BOICOTE

Promoção ou participação nesse método de pressão política: recusa em comprar produtos ou serviços de determinadas marcas ou empresas, ou de frequentar determinados lugares, em protesto contra a ação desses agentes. **Exemplos:** não comprar na loja Riachuelo, não comprar produtos Nestlé, não assistir a TV Globo etc.

CARTAS ABERTAS, MANIFESTOS, NOTAS DE REPÚDIO, PETIÇÕES

Promoção, convocação ou participação nesses instrumentos de pressão política, de forma online ou offline. **Exemplos:** petições na AVAAZ, Carta dos Povos da Floresta, Manifesto pela Democracia etc.

COMUNICAÇÃO

(relações com imprensa, mídias sociais, campanhas)

Operação de canais de comunicação de todos os tipos, inclusive mídias sociais; assessoria de imprensa, entrevistas, contatos com jornalistas em qualquer âmbito; realização de campanhas de mobilização e engajamento social usando canais diversos.

CUIDADOS DIGITAIS

(comunicação e navegação seguras, criptografia etc)

Oferta de serviços, assessoria ou aprendizagem em segurança digital, prevenção de ameaças digitais, operação e comunicação seguras. **Exemplos:** oficinas de segurança digital, pesquisa de casos de invasão, apoio a grupos sobre uso seguro de mídias sociais etc.

CURSOS, DEBATES E OUTROS PROCESSOS DE APRENDIZAGEM

Qualquer atividade ou evento de debate ou de aprendizagem, seja presencial ou online, formal ou informal.

DANO A PATRIMÔNIO PRIVADO

Ação que produz, de forma imprevista ou deliberada, dano provisório ou permanente a bens móveis ou imóveis de propriedade de empresas, organizações privadas (ou pessoas físicas), como prédios,

instalações, veículos, equipamentos etc. **Exemplos:** quebrar uma vidraça, pichar uma parede, furar o pneu de um carro, incendiar um prédio ou carro, demolir um muro, arrancar uma cerca etc.

DANO A PATRIMÔNIO PÚBLICO

Ação que produz, de forma imprevista ou deliberada, dano provisório ou permanente a bens móveis ou imóveis de propriedade pública ou governamental, como prédios, instalações, praças e logradouros, veículos, equipamentos etc. **Exemplos:** quebrar uma vidraça, pichar uma parede, furar o pneu de um carro, incendiar um prédio ou carro, demolir um muro, arrancar uma cerca etc.

DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO**DE TECNOLOGIAS DIGITAIS**

Qualquer atividade que envolva habilidades e técnicas de computação e processamento de dados, na internet, em redes privadas ou em computadores pessoais. **Exemplos:** criar e desenvolver aplicativos, criar sistemas de ensino a distância, desenvolver dispositivos anti-rastreamento etc.

DESOBEDIÊNCIA CIVIL

Recusa em obedecer ou seguir leis e regras injustas impostas pelo Estado ou governo. Em geral, não se trata apenas de um ato individual, mas de uma mobilização organizada de muitos atores para suspender ou impedir a tirania e a injustiça num determinado lugar. **Exemplos:** Marcha dos Direitos Civis nos anos 60, movimento de independência da Índia, recusa a prestar serviço militar etc.

EMPATE/BLOQUEIO

Promoção ou participação nesses métodos de ação política. Bloqueio é o ato de impedir a entrada, saída ou passagem de pessoas ou cargas em ruas, estradas, ferrovias, rios ou acesso de áreas e edifícios. Empate é a versão amazônica de bloqueio feita historicamente pelos seringueiros.

ESCRACHO PÚBLICO

Ação de exposição pública ou ridicularização do adversário em atividades ou locais de sua atuação, inclusive em situações privadas (almoços ou encontros sociais, na porta de casa, nos espaços de trabalho etc). O adversário, nesse caso, é a pessoa ou o representante da organização contra quem se luta. **Exemplos:** prefeito, governador, empresário, diretor de órgão público, político, etc.

GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA, ECONOMIA SOLIDÁRIA

Atividades de mobilização e organização de pessoas para gerar renda, formação de grupos associativos ou cooperativas com finalidade econômica (consumo, produção, distribuição, comercialização etc), práticas de economia solidária (moeda social etc).

GREVE E PARALISAÇÃO

Promoção ou participação em atividades de paralisação coletiva do trabalho. **Exemplos:** greve dos bancários, operação-tartaruga dos metroviários, paralisação por um dia dos professores etc.

HACKEAMENTO

Ação de dano, sabotagem, raspagem de dados ou protesto em canais ou sistemas digitais de empresas, governos ou pessoas físicas, como forma de suspender práticas ou protestar com finalidade política. Não se inclui aqui a prática de roubo de dados, sequestro de computadores (*ransomware*) ou extorsão com finalidade de lucro. **Exemplo:** invadir o site do governo e deixar uma mensagem de protesto, exposição de dados de governantes e de dados secretos do governo etc.

INFILTRAÇÃO

Ação de manter agente “disfarçado” ou oculto no meio adversário para obter informações que orientem a ação política. **Exemplo:** ter um informante na diretoria de uma empresa, ou num ministério etc.

JEJUM, GREVE DE FOME

Ato pelo qual se busca obrigar o adversário a ceder de uma posição ou tomar uma decisão favorável ao objetivo político pretendido. Nessa ação está em jogo a possibilidade de morte de quem realiza o jejum ou greve de fome e a responsabilização do adversário caso isso venha a acontecer.

MANIFESTAÇÕES CULTURAIS E ARTÍSTICAS

(música, artes do corpo, artes visuais etc)

No caso específico, somente se desenvolvidas ou promovidas pela própria organização. **Exemplos:** Festival de Música, peça teatral encenada por adolescentes do projeto, etc. Não se aplica às atividades culturais realizadas de forma autônoma pelos grupos ou comunidades atendidas.

OCUPAÇÃO

Ação de invadir e ocupar fisicamente instalações, prédios ou espaços públicos ou privados pelo tempo necessário para se obter o resultado político pretendido. **Exemplos:** ocupação de escolas pelos alunos, ocupação temporária da sede de um ministério, ocupação de uma fazenda improdutiva, ocupação de prédios abandonados para moradia etc.

ORGANIZAÇÃO, ENGAJAMENTO E MOBILIZAÇÃO POPULAR

Atividades de convocação e mobilização de pessoas, facilitação de reuniões, formação de grupos, estruturação de organizações de caráter associativo, planejamento participativo de estratégia e ação coletiva de grupos ou comunidades etc.

PARTICIPAÇÃO EM INSTÂNCIAS COLETIVAS

(fóruns, articulações, redes)

Atuação coletiva junto com múltiplos parceiros (públicos, privados, estatais ou civis), em redes, frentes ou fóruns de ONGs, em pactos intersetoriais ou em conselhos de políticas públicas. **Exemplos:**

Conselho Municipal de Meio Ambiente, Frente Brasil Povo Sem Medo, Pacto pela Educação etc.

PERSEGUIÇÃO

Ato de acompanhar de forma insistente e sistemática o adversário em suas atividades e locais de atuação, como forma de pressão e coerção política. O adversário, nesse caso, é a pessoa ou o representante da organização contra quem se luta. **Exemplos:** prefeito, governador, empresário, diretor de órgão público, político etc.

PESQUISA E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

(relatórios, estudos, livros etc), produção de materiais informativos ou educativos (zines, cartilhas, audiovisuais etc)

O grupo deve realizar ou promover essas pesquisas, produções e materiais, e não apenas distribuir, usar ou fazer circular. **Exemplo:** cartilha sobre coleta seletiva, pesquisa sobre garimpo na Amazônia, vídeo sobre o genocídio da juventude negra no Rio de Janeiro etc.

PRESSÃO / COAÇÃO

Ação de pressão ou constrangimento de modo a obrigar o adversário a realizar o que não deseja. Não implica o uso de ameaça ou uso de violência, mas certamente invoca a possibilidade de recorrer a níveis mais fortes de pressão ou ação. **Exemplos:** um aviso de paralisação ou greve caso a empresa não aumente os salários, a ideia de levar o caso a uma corte internacional, enviar emails/correspondências para a caixa de mensagem de parlamentares etc.

PROTESTOS, ATOS SIMBÓLICOS, MANIFESTAÇÕES DE RUA

Promoção ou participação nessas formas de ação política.

Exemplos: Marchas, passeatas, pedaladas, *flashmobs*, vigílias etc.

RESGATE DE PESSOAS OU ANIMAIS

Ato de invadir instalações públicas ou privadas para resgatar pessoas ou animais aprisionados, ameaçados ou vítimas de violência, neste

caso sem a anuência ou a participação de agentes governamentais.

Exemplos: libertar cães de um laboratório, libertar pessoas mantidas em cárcere privado numa fazenda etc.

SABOTAGEM

Ação que produz a suspensão, interrupção ou paralisação, em caráter temporário ou permanente, do funcionamento de uma operação, serviço ou equipamento; pode causar dano material ou não. **Exemplos:** produzir interferência num sistema de rádio ou comunicação, desconectar a energia de um lugar ou de uma máquina, implantar um vírus num sistema, quebrar ou retirar uma peça de um motor, etc.

SEGURANÇA FÍSICA

(proteção, prevenção a ameaças)

Socorro e/ou proteção de pessoas ameaçadas, prevenção de riscos à integridade física de pessoas ou grupos etc.

Exemplos: programas de proteção a testemunhas/defensores de direitos humanos, pesquisa de casos de ameaça, trabalho de guarda-costas, reconhecimento de terreno e plano de segurança etc.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Não violência, princípios e práticas políticas da sociedade civil brasileira / Cássio Martinho ... [et al.] . – 1. ed. – São Paulo: Escola de Ativismo, 2024.

Outros autores: Marcel Taminato, Maria Teresa Arruda Campos, Mikael Freitas.

Bibliografia.

ISBN 978-65-01-05275-5

1. Cidadania 2. Democracia 3. Direitos fundamentais sociais 4. Justiça social 5. Organizações da sociedade civil de interesse público 6. Organizações da sociedade civil – Brasil 7. Políticas públicas I. Martinho, Cássio. II. Taminato, Marcel. III. Campos, Maria Teresa Arruda. IV. Freitas, Mikael.

24-211306

CDD-060

Índices para catálogo sistemático:

1. Organizações da sociedade civil 060

Aline Grazielle Benitez – Bibliotecária – CRB - 1/3129

Escola de Ativismo

ativismo.org.br

2024

naoviolencia.org.br

**Não violência, princípios e práticas
políticas da sociedade civil brasileira**
está sob a Licença Internacional Creative
Commons 4.0.

Pode ser copiado e redistribuído em
qualquer meio ou formato, adaptado e
transformado, desde que a fonte seja
citada e que o projeto resultante esteja
sob a mesma licença.





**ESC
OLA
DE A
TIVI
SMO**
.org.br



ISBN: 978-65-01-05275-5

CD



9 786501 052755